



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA MESTRADO EM FILOSOFIA

IAGO MARQUES BARBOSA

**CONSCIÊNCIA E REPRESENTAÇÕES META-PSICOLÓGICAS: um exame das
teorias de Franz Brentano e David Rosenthal**

RECIFE

2023

IAGO MARQUES BARBOSA

**CONSCIÊNCIA E REPRESENTAÇÕES META-PSICOLÓGICAS: um
exame das teorias de Franz Brentano e David Rosenthal**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Filosofia. Área de concentração: Filosofia.

Orientador (a): Prof. Dr. Tárík Athayde Prata.

RECIFE

2023

IAGO MARQUES BARBOSA

**CONSCIÊNCIA E REPRESENTAÇÕES META-PSICOLÓGICAS: um
exame das teorias de Franz Brentano e David Rosenthal**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação Em Filosofia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Filosofia. Área de concentração: Filosofia

Aprovado em: 28 / 02 / 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. TARIK DE ATHAYDE PRATA (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. Marcos Antônio da Silva Filho (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. SERGIO FARIAS DE SOUZA FILHO, UFRPE (Examinador Externo)
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

AGRADECIMENTOS

Gostaria de primeiramente agradecer ao meu orientador e amigo, Tárík Prata que compartilhou comigo seus conhecimentos, reflexões e discussões ao longo do período do mestrado. Agradeço também à CAPES, pela bolsa concedida que tornou possível a elaboração deste trabalho.

Agradeço também a todos os professores da UFPE que tornaram possível a minha formação neste período de dois anos, assim como a todos os professores da UFC que foram responsáveis pela minha graduação e por muito do meu conhecimento.

Ao grupo de estudos de filosofia da mente e todos os seus membros também agradeço pelos inúmeros conhecimentos trocados, artigos discutidos e apontamentos de extrema relevância para esta pesquisa e para o meu conhecimento filosófico.

Por fim, agradeço a minha família em especial a minha mãe, Eleide Marques que sempre se mostrou resiliente em todas as dificuldades delas e minhas e me deu forças para continuar, e condições para me manter focado em meus estudos mesmo com as inúmeras adversidades destes últimos anos. Também agradeço a minha companheira de todas as horas, Alana, cuja preocupação e carinho me trouxeram a sabedoria de saber quando parar, quando descansar e quando continuar. Aos meus amigos, em especial, Rômulo, Everson, Humberto e Isadora, pelas inúmeras conversas dos mais variados assuntos e por sempre me lembrarem de quem sou, do que gosto e por dividirem comigo os preciosos segundos de suas vidas. Agradeço também a minha antiga e fiel companheira canina, Rifa, que compartilhou comigo toda a sua vida e que me lembrou, tristemente, da finitude do tempo. Assim como também agradeço a Quina, que agora compartilha seus latidos comigo e me lembra diariamente como um tempo para diversão e brincadeira é importante diante da seriedade dos estudos.

“Deep in the human unconscious is a pervasive need for a logical universe that makes sense. / from “The Sayings of Muad’Dib” by the Princess Irulan” (HERBERT, 2006, p. 399)

RESUMO

Rosenthal descreve a consciência de criatura como o simples fato de uma criatura estar desperta e atenta aos estímulos externos da natureza. Estas criaturas conscientes possuem determinados estados mentais que representam os fenômenos da natureza, isto é, uma certa propriedade mental que estabelece uma relação entre o fenômeno da natureza, e aquilo que percebemos desse fenômeno. Estes estados mentais podem ou não estarem presentes na consciência de criatura. O que é responsável por tornar esses estados mentais conscientes? Para tentar responder a essa pergunta, Rosenthal propõe uma teoria baseada em estados mentais de ordem superior. Estes estados mentais, não representam fenômenos externos, mas outros estados mentais, tornando estes últimos em estados mentais conscientes. Entretanto, Charles Siewert (1996) afirma que Rosenthal comete o mesmo erro de Brentano ao responder esse problema da consciência com o uso de estados mentais de ordem superior. Porém, não é verdade que Brentano se utiliza da ordem superior para elaborar sua teoria sobre a consciência, Brentano (1874) utiliza estados mentais internos que se autorrepresentam de determinada forma. Outros autores, como Dan Zahavi (2004), Rocco Gennaro (1996) entre outros, também estabelecem uma ligação entre Rosenthal e Brentano, alguns afirmando que suas teorias são equivalentes, outros negando. Devido a essa recorrente confusão, o objetivo do trabalho é não só uma análise das teorias dos dois autores, mas também uma comparação entre os fundamentos, as argumentações e as características de ambas as teorias. Dessa forma, pretendo ao final deste dissertação mostrar que as teorias da consciência de Rosenthal e de Brentano são profundamente diferentes. Além disso, pretendo mostrar com base tanto no funcionamento da teoria, quanto em estudos empíricos, a teoria de Rosenthal parece estar mais adequada para explicar o fenômeno da consciência.

Palavras-Chave: consciência; estado mental; teoria do pensamento de ordem superior; teoria do pensamento interno; Rosenthal; Brentano

ABSTRACT

Rosenthal describes creature consciousness as the simple fact that a creature is awake and attentive to external stimuli from nature. These conscious creatures have certain mental states that represent the phenomena of nature, that is, a certain mental property that establishes a relationship between the phenomenon of nature, and what we perceive of that phenomenon. These mental states may or may not be present in the creature's consciousness. What is responsible for making these mental states conscious? To try to answer this question, Rosenthal proposes a theory based on higher-order mental states. These mental states do not represent external phenomena, but other mental states, making the latter into conscious mental states. However, Charles Siewert (1996) claims that Rosenthal makes the same mistake as Brentano in answering that problem of consciousness with the use of higher-order mental states. However, it is not true that Brentano uses the higher order to elaborate his theory about consciousness, Brentano (1874) uses internal mental states that represent themselves in a certain way. Other authors, such as Dan Zahavi (2004), Rocco Gennaro (1996) among others, also establish a link between Rosenthal and Brentano, some claiming that their theories are equivalent, others denying it. Due to this recurrent confusion, the objective of the work becomes not only an analysis of the theories of the two authors, but also a comparison between the foundations, arguments and characteristics of both theories. Thus, at the end of this dissertation, I intend to show that Rosenthal's and Brentano's theories of consciousness are profoundly different. In addition, I intend to show, based both on the functioning of the theory and on empirical studies, Rosenthal's theory seems to be more adequate to explain the phenomenon of consciousness.

Keywords: consciousness; mental state; higher order theory of thought; theory of inner thought; Rosenthal; Brentano

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
1.1	ESTADOS MENTAIS.....	10
1.2	CONSCIÊNCIA.....	14
1.3	TEORIAS REPRESENTACIONAIS DA CONSCIÊNCIA.....	15
1.3.1	Teorias Representacionais de Primeira Ordem.....	17
1.3.2	Teorias Representacionais de Ordem Superior.....	18
1.4	BRENTANO E ROSENTHAL.....	20
2	CONSCIÊNCIA EM ROSENTHAL.....	23
2.1	DIFERENCIAÇÕES ACERCA DA CONSCIÊNCIA.....	23
2.2	CONSCIÊNCIA TRANSITIVA.....	28
2.3	A TEORIA DE ROSENTHAL.....	29
2.4	ROSENTHAL E O MODO COMO É.....	34
3	CONSCIÊNCIA EM BRENTANO.....	46
3.1	A NÃO EXISTÊNCIA DE ATOS MENTAIS INCONSCIENTES.....	50
3.2	A TEORIA DE BRENTANO.....	54
3.3	BRENTANO E O MODO COMO É.....	62
4	BRENTANO E ROSENTHAL.....	66
4.1	SOBRE O PRINCÍPIO DA TRANSITIVIDADE.....	68
4.2	SOBRE A NATUREZA DA REPRESENTAÇÃO.....	72
4.3	VEÍCULOS REPRESENTACIONAIS.....	79
4.4	EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS.....	84
4.5	OUTRAS CONSIDERAÇÕES.....	88
5	CONCLUSÃO.....	93
	REFERÊNCIAS.....	97

1 INTRODUÇÃO

Estudar e pesquisar a consciência sobre qualquer aspecto, seja científico ou filosófico sempre apresenta a mesma dificuldade inicial: A polissemia do termo. Um dos primeiros significados do termo consciência que podem surgir na concepção de qualquer pessoa é seu significado social. Quando dizemos que “O povo trabalhador precisa ter consciência de classe” ou o moral ,por exemplo, em “Não faça isso, coloque a mão na consciência”. Esta concepção por si só é objeto de inúmeros estudos dentro da filosofia, mas, por se tratar de uma concepção moral, social ou ética, estas concepções não serão abordadas de nenhuma forma durante esta dissertação.

Guzeldere(1997, p.9) em seu texto *The Many Faces of Consciousness: A Field Guide* divide a consciência psicológica em duas partes. A primeira seria o estado ou a faculdade de estar consciente de todos os pensamentos, sentimentos, ações, etc. Já a segunda, é simplesmente estar acordado, em perfeito estado de saúde e portanto, ciente do que se passa ao seu redor. Todas essas concepções e entendimentos do termo consciência, são importantes para a elucidação das diversas teorias representacionais da consciência.

Gennaro (2018, p. 2) afirma que a concepção de consciência que tem como sinônimo a atenção, a ciência ou a experiência não é totalmente aceita pelas diferentes visões dentro da filosofia da mente, pois a existência de experiências inconscientes podem ser demonstradas. Por exemplo, o caso da percepção subliminar, que se trata de uma percepção que não atinge o ponto de consciência. Para esses casos, portanto, é interessante utilizar o termo de experiência consciente ou ciência consciente.

Ao observarmos a vida cotidiana tanto dos humanos quanto dos outros animais, veremos que as seguintes concepções de consciência podem surgir com facilidade: A consciência de criatura e consciência de estado. (Rosenthal, 1997).

Quando qualquer criatura está dormindo, em coma, ou em qualquer outro estado que não a permita responder aos estímulos do mundo, normalmente nós dizemos que essa criatura está inconsciente. Apesar da dificuldade de demarcar biologicamente e fisicamente quando uma criatura está inconsciente e outra não, a essa concepção nós chamamos de *consciência de criatura*. Gennaro (2018, p. 2)¹ conceitua consciência de criatura da

¹ Todas as citações presentes neste trabalho são traduções do autor.

seguinte forma: “A consciência da criatura se refere simplesmente ao fato de que um organismo está acordado, em oposição a dormir ou em coma.”

Quando determinada criatura está consciente, é normal supormos que essa criatura possua estados mentais conscientes. É claro que os estados mentais não se tornam conscientes da mesma maneira que criaturas se tornam conscientes. Essa *Consciência de Estado* quer dizer que um determinado estado mental está consciente, de uma forma diferente de como criaturas são ditas conscientes. Quando digo que um estado mental está consciente, digo que este estado mental está presente no fluxo do pensamento de uma criatura. Portanto, essa consciência é uma propriedade dos estados mentais, e não das criaturas que estão nesses estados, (ROSENTHAL, 2009, p. 157).

Quando uma criatura possui um estado mental consciente, ela normalmente está consciente de alguma coisa. Por exemplo, uma pessoa está consciente do cachorro, que está consciente da ração. A esse fenômeno nós damos o nome de consciência transitiva, isto é, a consciência de alguma coisa. Em contrapartida, quando falamos simplesmente que o cachorro está consciente, ou que a visão está consciente, nós estamos nos referindo à consciência intransitiva, uma propriedade não relacional da consciência.

Explicar as propriedades da consciência e o seu papel na natureza é uma tarefa árdua que instigou muitos filósofos a elaborar diferentes tipos de teorias para responder às questões que envolvem o fenômeno da consciência. Neste trabalho, primeiramente iremos elucidar alguns termos básicos e necessários dentro do campo da filosofia da mente, em seguida, iremos analisar a teoria de Rosenthal e depois a de Brentano, então, uma comparação entre ambas as teorias será realizada a fim de diferenciá-las e será feita uma tentativa de argumentar porque a teoria de Rosenthal possui vantagem explicativa sobre a teoria de Brentano.

1.1 ESTADOS MENTAIS

Mas o que seriam esses estados mentais? André Leclerc(2018, p. 25–27) dispõe uma lista de tudo aquilo que ele considera “sem hesitação como mental”. Essa lista é composta por:

As percepções externas e internas.

As sensações.

Imagens mentais.

Atitudes proposicionais

Emoções,

Atos, atividades ou operações mentais (Julgar, decidir, deliberar, etc)

Disposições. (Capacidades, competências, gostos, inclinações, etc)

A esse conjunto de fenômenos, Leclerc chamou de “estados, eventos, atos ou atividades” que pertencem ao domínio do mental. Tais fenômenos, são o que chamaremos ao longo desta dissertação de estado mental ou de ato mental ou simplesmente disposições mentais. Também existem as capacidades e habilidades mentais que acompanham o indivíduo durante todo ou bastante tempo. Dessa forma, diferenciamos entre os fenômenos que ocorrem em um determinado momento na mente e as habilidades mentais que acompanham o indivíduo.

Os estados mentais possuem duas características, entre várias, que são de interesse a essa pesquisa: a intencionalidade e a sensação do estado mental. De acordo com Rosenthal (1998) os estados mentais possuem pelo menos uma dessas duas características. O debate a respeito de se os estados mentais sempre possuem uma ou duas características é bastante amplo e não cabe no escopo desta pesquisa.

A intencionalidade é a característica do mental de ser acerca de alguma coisa, isto é, de representar coisas, seja do domínio do mental, seja do domínio físico. Quando um indivíduo qualquer possui um pensamento que representa algo, por exemplo: “Penso que o gato existe”, esse pensamento possui um conteúdo, uma representação do gato, isto é, do pequeno mamífero da família dos felinos domesticados.

Já a sensação, é quando um indivíduo possui um “modo como é”[What is it like] (Nagel, 2005) específico para aquele estado consciente. Por exemplo, quando vemos o vermelho, temos uma determinada relação com o objeto vermelho, uma relação que se difere da relação de ver o verde e que difere, de uma outra forma, da relação de ouvir a nota dó feita por um piano de cordas. Esse vermelho, o som da nota dó são chamados de *Qualia*, um modo particular de sentir alguma coisa. Por exemplo, quando sentimos uma dor qualquer, ela é sentida por nós de uma determinada maneira. Essa maneira particular de como a dor é sentida, e experienciada, esse caráter único que não pode ser compartilhado é o *quale*.

Não existe uma definição direta e precisa de *quale*, mas Leclerc conceitua *qualia* como “os aspectos qualitativos e subjetivos de nossas experiências sensoriais e conscientes” (LECLERC, 2018, p.26) sendo, portanto aquilo que nos permite diferenciar o que estamos sentindo. Sabemos que uma dor não é um cheiro, por conta dessa qualidade sensorial. Experimentamos as diferentes notas musicais de um instrumento devido às

qualidades sensoriais dessas notas serem diferentes.

Os estados que possuem essa característica da sensação, quando dotados de consciência, nos fornece uma característica chamada de “O modo como é” (What is it like) ou seja, existe um modo como é estar consciente desse estado qualitativo, ou um modo como é estar em um determinado estado qualitativo.

O modo como é apela para o caráter da experiência do sujeito, como diz Nagel:

É difícil compreender o que significaria o caráter objetivo da experiência separadamente do ponto de vista particular pelo qual o sujeito apreende. Ademais, o que restaria do que é ser como um morcego se fosse removido o próprio ponto de vista do morcego? (NAGEL, 2005, p. 255)

Quando falamos em como é ser algo, ou como é estar em um determinado estado, não estamos falando a respeito do caráter objetivo daquilo. É precisamente o caráter da experiência que importa, ou seja, o ponto de vista do próprio morcego e não qualquer explicação objetiva possível sobre como é ser um morcego.

No livro *Intencionalidade*, John Searle (1995, p.8–15) aborda algumas definições sobre a natureza dos estados mentais. Dentro dessas definições, Searle estabelece algumas similaridades entre os estados intencionais e os atos de fala. Nessas similaridades, algumas características a respeito dos estados intencionais podem ser expressas, sendo elas:

- Modo psicológico.
- Conteúdo Representacional.
- Direção da adequação
- Expressão do estado intencional
- Condições de satisfação
- Objeto Intencional

Ao longo desta dissertação, nós focaremos em quatro definições apontadas por Searle: O modo psicológico, o conteúdo representacional, a direção de adequação e o objeto intencional.

O modo psicológico é o tipo de estado mental, podendo ele ser uma crença, desejo, lembrança, etc. O conteúdo Representacional determina as propriedades e o objeto ou o estado de coisas representado pelo estado mental. Portanto, define também qual o foco da atenção do estado mental. Posso ter um desejo por chocolate branco, e um desejo por chocolate preto. Estes dois desejos possuem o mesmo modo psicológico, mas são

diferenciados pelo conteúdo representacional.

A direção da adequação diz respeito a se um estado intencional possui um direcionamento da mente para o mundo, do mundo para a mente ou nulo. Todo estado intencional representa alguma coisa no mundo, portanto, nos estados intencionais deve existir alguma natureza relacional entre os estados intencionais e o mundo. A direção da adequação é, portanto, uma propriedade relacional. Essa propriedade relacional diz respeito se o estado intencional está adequado ao mundo como ele é, existente da forma como ele existe, isto é, se o estado intencional é verdadeiro ou falso. Ou, se o mundo está, de certa forma, adequado aos meus estados intencionais, nesse caso os estados intencionais não podem ser verdadeiros ou falsos, mas sim, satisfeitos ou insatisfeitos, isto é, a posição do mundo depende de sujeitos para ser mudado.

Além disso, existem os estados intencionais com direcionamento nulo, como os sentimentos de satisfação, de remorso, de culpa, etc. Esses sentimentos não podem ser verdadeiros em comparação com o mundo, nem podem ser realizados como os desejos. Dessa forma, nem o mundo, nem a mente se adequam um ao outro. Searle (1995, p.12) afirma que os estados mentais com direcionamento nulo podem ser apropriados ou não por estados mentais de outro modo psicológico e com outra direção de adequação.

A respeito da expressão dos estados intencionais, isso é mais uma característica dos atos de fala do que necessariamente dos estados intencionais. Quando digo “amanhã irá chover” eu estou expressando um determinado estado mental, o estado de que “acredito que amanhã irá chover.” O estado intencional é, para Searle, necessário para qualquer expressão de fala, e mais do que isso, o estado intencional é o que define a sinceridade da expressão de fala. Por exemplo, se digo “Essa calça lhe cai bem” sem possuir o estado intencional de “que acredito que a calça sirva para você” meu ato de fala não foi sincero, pois os seus conteúdos representacionais não estão alinhados entre si.

As condições de satisfação dizem respeito às condições para o meu estado intencional ser verdadeiro ou falso, ou se meus desejos foram cumpridos ou não. Quando possuo um estado intencional do tipo “Acredito que esteja chovendo” para que ele seja verdadeiro, isto é, satisfeito, é preciso uma condição no mundo: que de fato esteja chovendo. É preciso olhar para o mundo e verificar se ele satisfaz os meus estados intencionais, se minha crença está alinhada ao mundo, se meu desejo foi realmente realizado, etc.

Finalmente, o objeto intencional é o objeto representado, ele é determinado pelo conteúdo representacional. Portanto, é exatamente o objeto intencional que será verificado no mundo para saber se as condições do estado intencional estão satisfeitas. O

objeto intencional é a chuva que está, ou não, caindo no mundo, independente de como a minha mente o percebe e o representa. Searle (1995) conceitua objeto intencional da seguinte forma:

Um objeto intencional é apenas um objeto como qualquer outro; não desfruta nenhuma posição ontológica peculiar. Chamar uma determinada coisa objeto intencional é apenas dizer a que se refere um estado intencional qualquer. Assim, por exemplo, se Bill admira o presidente Carter, o objeto intencional de sua admiração é o presidente Carter, o homem real e não alguma obscura entidade intermediária entre Bill e o homem.” (Searle, 1995, p. 22–23)

Leclerc define objetos intencionais da seguinte forma: “Os objetos intencionais, portanto, são simplesmente objetos de nossas atitudes, de nossos pensamentos, de nossos atos, eventos e estados mentais.” (LECLERC, 2018, p.40). Essa definição será utilizada ao longo desta dissertação por servir tanto aos propósitos aqui almejados, quanto por ser clara o suficiente para o entendimento deste trabalho. Entretanto, essa definição, assim como o próprio termo “objeto intencional” possui um caráter ambíguo. Para evitar essa ambiguidade é necessário termos em mente que o objeto intencional não é a representação e sim aquilo que é representado. Poderíamos então dizer que são Objetos “representacionáveis²” de nossas atitudes, pensamentos, atos, eventos e estados mentais.

Tanto as definições de Searle e de Leclerc tratam os objetos intencionais como algo externo à mente do sujeito. Brentano por sua vez, entende o objeto intencional de uma outra forma. Para o autor, o objeto intencional é imanente ao estado mental. O objeto que está sendo julgado existe no ato de julgar, o objeto que está sendo ouvido existe no ato de ouvir e assim por diante.

1.2 CONSCIÊNCIA

Existe outra característica dos estados mentais que é o tema fundamental do presente trabalho, a consciência. Quando um estado mental intencional possui a propriedade da consciência, significa que o sujeito portador tem de forma clara e aparentemente objetiva na sua mente o conteúdo do estado mental, além disso, parece que o sujeito possui, pelo menos, uma certa ciência de que é o sujeito portador daquele estado mental. Já quando um estado mental qualitativo possui a propriedade da consciência, existe para um indivíduo a sensação, “O modo como é” estar neste estado, como exposto na seção anterior.

Um dos primeiros filósofos a tratar como possibilidade a inconsciência dos estados

² Representacionável no sentido que esse objeto pode, e é o objeto que nossa mente está representando.

mentais foi Franz Brentano. No Livro *Psicologia para um ponto de vista Empírico*, Brentano pontua o seguinte:

Mas qualquer pessoa que tenha prestado atenção às definições anteriores dificilmente pensará assim. Ele reconhecerá que uma pessoa que eleva a questão de saber se existe uma consciência inconsciente não está sendo ridícula da mesma forma que ele seria se perguntasse se existe uma vermelhidão não vermelha. Uma consciência inconsciente não é mais uma contradição em termos do que um caso de uma visão não vista (BRENTANO, 2015, p. 108)

Porém, após estabelecer a possibilidade lógica da existência dessa consciência inconsciente — isto é, de estados ou atos mentais que ocorram na mente de um indivíduo sem que este perceba — Brentano argumenta a favor de que este não poderia ser o caso. Para isso, Brentano estabelece uma teoria da consciência que visa explicar como os estados mentais são conscientes, e no caso dele, porque nós somos conscientes de todos os estados mentais.

A partir de então diversas teorias da consciência foram elaboradas por diferentes filósofos em diferentes épocas da humanidade. Van Gulick (2022) no verbete sobre consciência da enciclopédia de filosofia de Stanford separa as diferentes teorias da consciência em duas, as teorias metafísicas gerais e as teorias específicas. Enquanto as teorias metafísicas estão preocupadas em posicionar a consciência na realidade trabalhando, por exemplo, com o problema mente-corpo, as teorias específicas estão interessadas em detalhes referentes a consciência, como as suas propriedades, o seu papel na realidade, e as funções que a consciência possui nessa realidade.

Gulick diferencia as teorias metafísicas entre teorias dualistas como: dualismo de substância, dualismo de propriedade, panpsiquismo, etc. e teorias fisicalistas como eliminativismo, funcionalismo, entre outras. Entretanto, dentro do escopo do nosso trabalho nós não lidaremos com as teorias metafísicas, e sim com as chamadas teorias específicas. Existem incontáveis teorias específicas da consciência, por exemplo, as teorias de ordem superior, as teorias cognitivas, representacionais, evolutivas, etc. Muitas dessas teorias não são excludentes, por exemplo, a grande maioria das teorias de ordem superior também são teorias representacionais. Nesta dissertação, nosso principal foco será em duas teorias representacionais de ordem superior: A de Rosenthal e a de Brentano. Mas o que são teorias representacionais de ordem superior ?

1.3 TEORIAS REPRESENTACIONAIS DA CONSCIÊNCIA

As teorias representacionais da consciência são um conjunto de teorias que

possuem em comum o seu apelo à representação³. Mas o que seria isso? A representação é como um espelho, ou como uma fotografia. A imagem que está sendo refletida no espelho, ou capturada pela foto, não é o objeto em si, mas uma cópia, ou uma representação do objeto. Pitt (2020) conceitua representação como um objeto mental com propriedades semânticas como, conteúdo, referência, condição de verdade, valor de verdade, etc.

Essa semântica da representação dá ao estado mental a capacidade de ser um veículo, isto é, de portar conteúdos. Drayson (2018) afirma que é tradicional que representações mentais sejam individualizadas em relação ao seu conteúdo intencional. Isto é, que um estado mental do tipo pensamento que possua como conteúdo intencional um gato, é um estado mental distinto de outro pensamento a respeito de um cachorro. Ou seja, estados mentais que possuem conteúdo intencional distintos são estados mentais distintos.

Como vimos anteriormente, os estados intencionais representam alguma coisa, e a maioria dos filósofos adeptos a essas teorias representacionais, buscam entender não só a consciência intencional ou de acesso, mas também a consciência fenomenal. Para isso, seria preciso reduzir a consciência fenomenal em termos intencionais e representacionais.

Gennaro (2018, p.107) afirma que para os representacionistas, os estados mentais, ou atos mentais, possuem uma capacidade de representar os objetos que estão fora da mente. Estados mentais que possuem essa representação são chamados de estados intencionais. Já, essa habilidade de representar, de ser acerca de algo é chamada de intencionalidade.

Por exemplo, quando tenho um desejo de que o Brasil seja hexacampeão na copa do mundo, eu tenho um estado intencional, o desejo, que representa alguma coisa: O Brasil ser hexacampeão. Essa representação, não é, o fato em si, pois este ainda não ocorreu. É, portanto, uma representação mental de um possível fato no mundo.

Por exemplo, quando vejo o vermelho de uma maçã, eu tenho uma consciência fenomenal da vermelhidão da maçã. Para um teórico representacionista, é necessário explicar a vermelhidão da maçã em termos representacionais. Podendo afirmar que, ver o vermelho é igual a ter a experiência da representação do vermelho, e essa propriedade de vermelhidão é uma propriedade da representação do objeto na experiência mental do indivíduo.

De acordo com Lycan(2019) existem diferentes tipos de teorias representacionais, o

³É importante destacar que existem diversas teorias da consciência, e não apenas as representacionais. Para mais informações consultar: Van Gulick, R. (2022). Consciousness. In E. N. Zalta & U. Nodelman (Eds.), The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2022 Edition). <https://plato.stanford.edu/archives/win2022/entries/consciousness/>

representacionalismo puro afirma que a representação por si só é a única coisa suficiente para explicar os fenômenos das qualidades sensoriais e a consciência fenomenal. Já o representacionalismo forte afirma que conteúdos representacionais de um certo tipo específico — normalmente materialista — são o suficiente para explicar a consciência fenomenal. Por fim, o representacionalismo fraco explica a consciência fenomenal afirmando que as qualidades sensoriais possuem conteúdos representacionais necessariamente compatíveis. Isto é, para qualquer indivíduo que possua a mesma qualidade sensorial, eles também terão os mesmos conteúdos representacionais.

Além disso, Lycan(2019) também aponta que existem teorias representacionistas não redutivas. Isto é, mesmo com a identidade entre as qualidades sensoriais e o conteúdo intencional, existem propriedades do conteúdo intencional que não podem ser caracterizadas ou definidas sem o uso, ou referência das qualidades sensoriais, dessa forma, Lycan (2019) aponta que a tentativa reducionista também apresentaria uma circularidade entre o conteúdo intencional e a qualidade sensorial.

1.3.1. Teorias Representacionais de Primeira ordem

Uma primeira tentativa de teoria representacionista, são as teorias de primeira ordem. “Uma teoria da consciência representacional de primeira ordem é aquela que tenta explicar a experiência consciente principalmente em termos de estados intencionais dirigidos ao mundo (ou de primeira ordem)”. (GENNARO, 2018, p.108). Na visão da teoria de primeira ordem, todos os estados mentais são uma representação, e o que nos torna conscientes é determinado normalmente pelo conteúdo dessa representação.

Não existe, portanto, nada externo ao próprio estado mental, e a representação que seja responsável pela consciência do estado mental. Dessa forma, o estado mental está em contato quase que direto com o mundo externo, as únicas coisas que separam o mundo externo do estado mental consciente são os órgãos responsáveis por experienciar o mundo, e, isto é, por exemplo, os olhos para a visão, o nariz para o olfato.

Podemos entender a teoria de primeira ordem de uma maneira que lembra, em partes, o funcionamento de um computador. Dessa forma, a experiência consciente é como um *output* dos sistemas perceptivos citados no parágrafo anterior, esses *outputs* são então enviados para os sistemas cognitivos do indivíduo. A partir disso, o indivíduo formula suas próprias crenças, desejos e ações.

Mas o que difere exatamente as representações conscientes das representações inconscientes nessa teoria? Tye elabora o que ele chama de Teoria PANIC, isto é, conteúdo

intencional, não conceitual, abstrato e preparado. Para entender melhor a teoria de Tye de como o PANIC funciona, é necessário analisar individualmente cada aspecto da sigla.⁴

O estado precisa ter um conteúdo intencional, pois é justamente a representação a responsável pela experiência consciente do indivíduo. Além disso, o indivíduo só consegue diferenciar as experiências conscientes diferentes, como ver o vermelho de ver o verde, através do conteúdo representacional.

O estado é não conceitual, pois eles podem representar o mundo mesmo que o portador dos estados mentais não possua os conceitos necessários para especificar o conteúdo representado, existem diferentes visões e teorias sobre os estados não conceituais, e muitas delas não são consistentes umas com as outras.⁵

Abstrato, pois o estado não necessariamente é particular. Isto é, os objetos representados não são necessariamente sobre objetos individuais e se misturam na consciência do sujeito. É exatamente isso que Tye utiliza para explicar casos de alucinação, ou má-representação dos estados mentais. Além disso, esse aspecto do estado mental é utilizado na teoria para explicar a experiência consciente de objetos que não existem na realidade, como em casos de alucinações.

Preparado diz respeito a função do estado mental da consciência.

Esta condição é essencialmente um papel funcional. A ideia-chave é que experiências e sentimentos, de caráter fenomenal, desempenham um certo papel funcional distinto. Eles surgem na interface dos domínios não conceitual e conceitual, e estão preparados e disponíveis para causar um impacto direto nas crenças e/ou desejos. (TYE, 2000,p. 62)

Isto é, o estado mental está sempre preparado e disponível para alterar, impactar, sustentar, reprimir as ações motoras, as crenças, os desejos do indivíduo. Por exemplo, quando estamos com sede temos o desejo de beber água, quando avistamos perigo, temos o desejo de fugir, etc.

1.3.2. Teorias Representacionais de Ordem Superior.

Além da teoria de primeira ordem, existem também as teorias representacionais de ordem superior. O fundamental das teorias de ordem superior é que os estados mentais responsáveis pela consciência não são direcionados ao mundo, e sim, a outro estado

4 Em Inglês: Poised, Abstract, Non-conceptual, Intentional Content. É do inglês que a sigla é formada
5 Bermúdez, J., & Cahen, A. (2020). Nonconceptual Mental Content. In E. N. Zalta (Ed.), The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2020 Edition):
<https://plato.stanford.edu/archives/sum2020/entries/content-nonconceptual/>

mental. Gennaro(2004, p.1) chama estes estados de estados mentais metapsicológicos. Já Rosenthal(2008, p.835) chama de simplesmente estados mentais de ordem superior. Existem diversas teorias de ordem superior, a maioria concordam que, para um estado mental ser consciente, é necessário outro estado mental que representa o primeiro. A discordância, portanto, surge quando se diz respeito ao que eleva o estado mental à consciência. Isto é, o que torna o estado mental consciente.

É pensando nesse aspecto central das teorias de ordem superior que o princípio da transitividade é formulado. Gennaro (2018, p. 109) formula esse princípio da seguinte forma: “Um estado consciente é um estado cujo sujeito está, de alguma forma, ciente de estar no estado.”. Portanto, qualquer estado mental que não esteja relacionado(atraves da ciência) com outro estado mental é um estado mental inconsciente para o indivíduo.

Uma das teorias mais famosas de ordem superior é a teoria do pensamento de ordem superior. Como essa teoria é fundamental para o escopo do trabalho, o próximo capítulo é inteiramente dedicado a ela.

Uma outra ramificação importante das teorias de ordem superior é a teoria da percepção. A teoria da percepção de ordem superior defende que as criaturas conscientes possuem uma espécie de sentido interior que consegue perceber o que se passa na própria mente. Esse sentido interior é análogo aos sentidos exteriores como a visão, audição e o tato.

De certa forma, essa hipótese já se mostrou presente no passado quando John Locke no *Ensaio sobre o Entendimento Humano* diz “Consciência é percepção do que se passa na mente do próprio homem” (Locke, 2012, p.110).

Assim, a teoria da percepção de segunda ordem defende que não apenas os estados mentais de primeira ordem podem possuir conteúdo não conceitual, mas também, que os estados mentais de ordem superior são não conceituais e fruto de percepções assim como o primeiro.

Os principais defensores dessa teoria são Armstrong e Lycan. Eles defendem que esse sentido interno da consciência é o responsável por diferenciar, em caráter fenomenal, os estados mentais inconscientes dos estados mentais conscientes. Por exemplo, no caso da visão cega, os pacientes conseguem adivinhar corretamente as formas mostradas mesmo sem possuir a experiência fenomenológica da forma. Nestes casos, os pacientes não tiveram o estado mental de primeira ordem (Visão da forma O ou X) percebidos pela percepção interna. Desse modo, eles não possuem a visão fenomenal, ou a subjetividade de ver aquela forma específica. Sem essa percepção interna, os sujeitos falham em obter um estado de ordem superior que possibilite à experiência visual da forma.

Todas as teorias representacionistas apresentadas até aqui possuem uma coisa em comum: os estados mentais representativos são externos ao estado mental alvo da representação. Isso não ocorre na teoria autorepresentativa da mente, por exemplo. “Em graus variados, essas teorias têm em comum a ideia de que os estados mentais conscientes, em certo sentido, representam a si mesmos.” (GENNARO, 2018, p.116).

Gennaro também afirma que os estados mentais conscientes, assim como na teoria do pensamento de ordem superior, continuam envolvidos com um pensamento acerca de um estado mental. A principal diferença, portanto, é que esse pensamento, essa representação não é externa, e sim que o mesmo estado mental se auto representa.

Essa teoria é defendida por Kriegel, e se aproxima bastante do pensamento do filósofo Franz Brentano quando ele afirma que:

A representação do som e a representação da representação do som forma um único fenômeno mental; é apenas considerando (*betrachten*) a sua relação com dois objetos diferentes, um sendo o fenômeno físico e o outro o fenômeno mental, que nós dividimos conceitualmente em duas representações. (Brentano, 2012, p. 98; 2015, p. 132)

Como visto no trecho citado, a diferença entre o estado representativo e o estado representado é apenas conceitual, e não uma diferença real do estado. Essa teoria também terá grande relevância dentro deste trabalho e, portanto, o capítulo dois será inteiramente sobre ela.

1.4 BRENTANO E ROSENTHAL

Ao longo desta introdução, muitos dos conceitos mais importantes para o bom entendimento e acompanhamento desta dissertação foram abordados. Primeiramente os mais diversos termos que são conhecidos como consciência, em seguida o que seria o mental, o que são estados mentais, intencionais, qualitativos e quais suas principais características.

Finalmente, nesta introdução também foram expostas diversas teorias representacionais da mente, tanto as de primeira quanto de segunda ordem. A de principal valor para os fins desta pesquisa é a teoria de pensamento de ordem superior formulada por David Rosenthal. Portanto, essa teoria será amplamente apresentada e discutida no próximo capítulo.

Denis Fisette em um artigo intitulado *Franz Brentano and higher-order theories of consciousness*(2015) aponta que muitos outros filósofos argumentam uma ligação entre a

teoria de Rosenthal com a de Brentano, ou que ambas são indistinguíveis, e tenta nesse artigo fazer uma espécie de diferenciação entre essas teorias, afirmando que a interpretação que Rosenthal tem é divergente do que aponta a maioria dos Neo-Bretonianos sobre a teoria da consciência de Brentano.

Fisette (2015, p. 35) aponta que a teoria de Brentano e de Rosenthal são teorias duas teorias distintas. Nesse aspecto concordo com a conclusão de Fisette, entretanto, Fisette não destaca muito bem quais são os pontos exatos dessa diferença, e chega a algumas conclusões das quais discordo. Por exemplo, Fisette defende que a teoria de Brentano não concorda com o princípio da transitividade, no capítulo três desta dissertação tentarei mostrar o oposto.

Charles Siewert em *The Significance of Consciousness* (1998) no capítulo 6 traça um paralelo entre Rosenthal, Lycan, Brentano e Sartre, onde diz que todos os quatro filósofos caem no que ele chama de armadilha da “Consciência de”, ou seja, que atribuem um objeto para a consciência, levando-os a algum tipo de teoria de ordem superior. Por outro lado, o filósofo Dan Zahavi (2004) diz que a teoria de ordem superior de Rosenthal é criticada – de forma anacrônica – por Brentano, e que o filósofo alemão descarta a possibilidade de um segundo estado mental, um estado mental metapsicológico, ser o agente causal da consciência.

É importante perceber que na teoria de Brentano não existe um estado mental de ordem superior, e sim um conteúdo mental de ordem superior. Dessa forma Zahavi (2004) não concorda que a teoria de Brentano seja uma teoria de ordem superior, e sim uma teoria de um nível (One-level Theory).

Concordo com Zahavi e tento mostrar que a teoria de Brentano não poderia ser uma teoria de ordem superior, pois a entidade responsável por fornecer a propriedade da consciência para o estado mental está no mesmo “nível psicológico” do estado mental consciente.

Tanto Rosenthal quanto Brentano são relacionados em muitos outros artigos e possuem suas teorias comparadas por diversos outros filósofos como: Gennaro, Güzeldere, Janzen, entre outros. Até mesmo o próprio Rosenthal (1991; 1993; 1997; 2003; 2005; 2009; 2011) por diversas vezes falou sobre a teoria de Brentano, sendo que em duas vezes (1991, p.30; 2005, p.145) destacou em uma nota de rodapé as similaridades entre a teoria da consciência de Brentano e a sua própria teoria, afirmando que ambas podem ser até “praticamente indistinguíveis”.

Dessa forma, o principal objetivo desta dissertação é diferenciar e pontuar as diferenças entre ambas as teorias representacionais da consciência, de Brentano, uma teoria

considerada autorepresentacionista, e de Rosenthal, a teoria do pensamento de ordem superior.

Inicialmente, a teoria de Rosenthal será exposta, em seguida a de Brentano, somente após a exposição das duas teorias, as considerações finais serão formuladas, e ambas as teorias terão seus fundamentos diferenciados. Será mostrado que apesar da teoria de Brentano e de Rosenthal possuírem um elevado grau de semelhanças, elas não dividem as mesmas teses a respeito da natureza da consciência e da natureza do estado mental. Portanto, diferem em seu núcleo mais rígido. Além disso, alguns estudos empíricos recentes dão vantagem à teoria de Rosenthal em relação a de Brentano. Essa vantagem surge ao estudar a metacognição, que possui um funcionamento hierárquico parecido com a teoria do pensamento de ordem superior. Ademais, uma defesa da teoria do pensamento de ordem superior será feita em relação às críticas sobre o caráter extrínseco da consciência em relação ao estado mental.

2 CONSCIÊNCIA EM ROSENTHAL.

Na introdução desta dissertação, foi possível elencar uma série de teorias representacionais da mente. Entretanto, das teorias apresentadas, a que mais interessa a nossa pesquisa é a teoria dos pensamentos de ordem superior. Portanto, no capítulo abaixo, apresentaremos com mais detalhes essa teoria.

Uma teoria de ordem superior tenta explicar a consciência se utilizando de representações metapsicológicas, isto é, um estado mental que possui como conteúdo representacional um outro estado mental. No caso dessa teoria, esse estado mental de ordem superior é do tipo pensamento, isto é, um estado proposicional e intencional.

O principal proponente dessa pesquisa é o filósofo David Rosenthal. Para tentar explicar como determinados estados mentais são conscientes, Rosenthal desenvolve a teoria dos pensamentos de ordem superior. Nessa teoria, assim como nas teorias citadas na introdução, Rosenthal tenta responder a seguinte questão: “O que torna um estado mental consciente?”.

Para apresentar a teoria de Rosenthal, precisaremos primeiro expor algumas diferenciações acerca da palavra consciência. Algumas dessas diferenciações já foram feitas na introdução desta dissertação, e portanto, não irão se repetir aqui. Em seguida, a consciência transitiva será o destaque, e terá o seu papel dentro da teoria esclarecido e defendido de possíveis ataques. Finalmente, a teoria em si será apresentada e formulada, onde será explicada a função dos pensamentos de ordem superior, suas características e como eles são responsáveis pela consciência dos estados mentais. Por fim, para que a teoria esteja bem fundamentada, entraremos em detalhes a respeito de sua fenomenologia, isto é, de como a teoria explica a forma como experienciamos o mundo.

2.1 DIFERENCIAÇÕES ACERCA DA CONSCIÊNCIA.

Rosenthal considera de profunda importância que antes de respondermos diretamente a essa questão, é preciso estabelecer alguns significados ao termo consciência, e também diferenciá-los.

Parte da dificuldade se deve ao nosso uso do termo ‘consciente’ e seus cognatos para dar conta de diversos fenômenos distintos, cujas conexões entre si não são sempre claras(...) Qualquer tentativa de explicar a consciência, portanto, deve começar distinguindo as várias coisas que nós chamamos de consciência. (Rosenthal, 2021, P. 291)

A partir das diferenciações realizadas, o autor utiliza os novos termos

apresentados para explicar tanto a sua teoria, quanto a alguns aspectos da consciência que precisam ser explicados em uma teoria desse tipo.

O simples estar acordado e ciente do que se passa ao seu redor, é o que Rosenthal chama de consciência de criatura. Além disso, Rosenthal também distingue a consciência de estado, isto é, quando um estado mental está presente no fluxo do pensamento do sujeito. É justamente sobre essa consciência de estado que Rosenthal desenvolve sua pesquisa e sua teoria sobre a consciência.

Devido aos estados mentais possuírem um objeto intencional —aquilo que é representado pelo estado mental— é comum estarmos conscientes de alguma coisa, sendo esse algo o próprio objeto intencional. A este tipo de consciência de alguma coisa, Rosenthal chama de Consciência Transitiva.

No meu entendimento, Rosenthal diferencia a relação do sujeito com o estado mental em três níveis.

Independente de qualquer coisa que nós possamos descobrir sobre a consciência, é claro que se um indivíduo não tem ciência alguma de um estado mental, esse estado não é consciente. Um estado pode, é claro, ser consciente sem que se dê atenção consciente a ele e, na verdade, mesmo que não se tenha consciência sobre cada aspecto mental do estado. Mas se o indivíduo não tem ciência alguma [is not at all aware] de um estado, esse estado não é consciente. [...] De acordo com os propósitos ora presentes, vou falar intercambiavelmente sobre estar ciente [aware] de algo e estar consciente desta coisa. (Rosenthal, 2021, P. 293)

A partir deste trecho mencionado do artigo de Rosenthal, é possível identificar os três níveis que compõem a relação citada anteriormente, sendo estes do mais fraco ao mais forte:

1. Ignorância
2. Ciência inconsciente
3. Consciência

Quando um sujeito está ignorante de um determinado estado mental, obviamente que este estado mental não está consciente. É importante dizer que, o estado mental existe, e portanto existe uma relação entre ele e o sujeito. O que não existe nesse caso, é a ciência do sujeito ao referido estado mental.

Já a ciência inconsciente de determinado estado mental é quando o sujeito tem uma representação inconsciente de algo, apesar dessa representação ser inconsciente, ela ainda produz efeitos no comportamento do indivíduo, porém, isso não garante a consciência

desta representação. Rosenthal deixa clara a existência dessa relação, quando diz que “A percepção subliminar de algo torna a pessoa consciente dessa coisa, embora não da maneira como estamos conscientes dela quando a sentimos conscientemente.” (Rosenthal, 2009, p.240)

As nossas crenças, por exemplo, são estados mentais dos quais não estamos conscientes, entretanto eles são de fácil acesso a nossa memória e moldam alguns dos nossos comportamentos (crenças religiosas por exemplo) mas não estão necessariamente presentes no fluxo mental do nosso pensamento. Esses estados mentais inconscientes nos tornam inconscientemente cientes de certos objetos e estados de coisas.

Prata (2019) analisa a teoria da consciência de Armstrong que fala a respeito da consciência mínima. O autor (2019, p. 210) propõe uma relação do termo “consciência mínima” e o termo “ciência inconsciente” baseado em Gennaro. Prata destaca o seguinte trecho a respeito da ciência inconsciente de Gennaro:

É claro que ‘ciente’ (aware) e ‘consciente’ (conscious) não são meramente sinônimos [...]. Não é contraditório falar de ser ‘inconscientemente ciente’ de algo. De modo similar, a expressão conscientemente ciente não é redundante. Ciência não necessariamente carrega conotações de consciência. (GENNARO, 1996, p. 05).

É possível ver que essa declaração de Gennaro apontada por Prata está em concordância com a posição adotada no presente trabalho e em concordância com Rosenthal em separar os termos “consciente” e “ciente” (Rosenthal, 2021, p.293). Essa separação é importante para explicar diversos acontecimentos e fatos que ocorrem cotidianamente acerca do fenômeno da consciência. Armstrong sugere a situação em que uma determinada pessoa está em um sono profundo sem nenhum sonho. Dessa forma, nenhum ato ou evento mental está ocorrendo na mente do indivíduo. Entretanto, esse indivíduo continua com as suas disposições mentais, isto é, suas habilidades e capacidades. É pouco provável imaginar que um indivíduo nesta situação tenha desaprendido as línguas que fala, os instrumentos musicais que porventura toca, e enfim, as suas habilidades e capacidades.

Importante destacar que no caso acima, como o indivíduo não possui nenhum ato ou evento mental e continua apenas com as suas disposições mentais, o indivíduo, portanto, não possui a consciência mínima. É muito diferente dos casos apresentados a seguir, onde o indivíduo dorme, mas estados ou atos mentais continuam a acontecer.

Sobre a ciência inconsciente, Rosenthal diz que:

Muitas vezes nós nos questionamos conscientemente sobre o que fazer ou como resolver um problema, e a resposta chega a nós apenas num momento posterior, sem que o assunto tenha estado absolutamente conscientemente diante de nossa mente neste meio tempo. Embora não

pareça, de um ponto de vista de primeira pessoa, que nós estivéssemos pensando a respeito da questão, é evidente que nós devíamos estar. (Rosenthal, 2021, p.295)

Já Prata, evidencia a seguinte passagem de Armstrong:

pensemos, por exemplo, no caso de pessoas que despertam sabendo a solução para um problema matemático, a qual eles desconheciam antes de ir dormir: parece necessário admitir que ocorreu atividade mental durante o sono (Armstrong, 1997, p.722 apud Prata, 2019, p.206)

Quando colocamos estes dois trechos em evidência, combinado à passagem de Gennaro, fica muito claro afirmar que o que Armstrong quer dizer com consciência mínima e a ciência inconsciente de Gennaro é bastante similar com o que proponho com o termo “ciência inconsciente” de Rosenthal. Para que a diferenciação entre “Ciência” e “Consciência” seja destacada, proponho usar a terminologia de Gennaro ao falar da simples ciência da teoria de Rosenthal, isto é, a ciência inconsciente.

Existe, é claro, uma dificuldade inerente na análise de um sistema para descobrir se este é ou não consciente. Descobrir se um sistema é consciente ou não é um trabalho no mínimo psicológico, filosófico e neurológico de grande esforço. Afinal, se pegarmos qualquer animal, para descobrir se este animal possui uma consciência, será preciso primeiro entender o que é a consciência e como funciona. A situação se complica ainda mais em casos extremos como máquinas conscientes. Tratar sobre como identificar um sistema consciente está muito longe do escopo deste trabalho, esta discussão para ser bem aprofundada, é necessário um trabalho de pesquisa tão longo ou maior do que este. Entretanto, o conceito de sistema consciente ainda é importante para o trabalho, pois, ao estudarmos a natureza da consciência, não faz sentido estudá-la apenas observando os humanos.

Isto ocorre por dois motivos, o primeiro é que, se as teorias aqui apresentadas estiverem bem fundamentadas e explicarem a consciência humana, é muito provável que os animais –ou pelo menos os animais taxologicamente mais próximos dos humanos– compartilhem do mesmo fenômeno da consciência. Caso as teorias aqui apresentadas sejam bem fundamentadas, mas por motivos evolutivos e biológicos não sejam acuradas quanto a verdadeira forma do humano ser consciente, ela ainda poderia ser usada para a construção de consciências artificiais.

Dessa forma, uma pessoa em um sono sem sonhos é um sistema consciente sem consciência de criatura, e uma pedra, ou uma árvore é um sistema não consciente e conseqüentemente, também não pode possuir consciência de criatura. Já as inteligências

artificiais precisam de uma investigação própria para descobrir se são sistemas conscientes ou não.

Por fim, a consciência, é quando o sujeito está não só ciente do estado mental, mas também possui ou acesso livre ao estado mental ou uma característica qualitativa do estado mental. Portanto, existe também um caráter não apenas epistemológico do estado mental, mas também um caráter fenomenológico, pois é possível perceber e sentir de alguma forma o estado consciente.

Por exemplo, um indivíduo bastante católico tem o costume de, ao passar em frente a uma igreja, realizar o sinal da cruz. Muitas vezes ele realiza esse ato sem sequer estar realmente consciente disso, ou pelo menos estar consciente do motivo para fazê-lo. Ao ser perguntado por uma outra pessoa o motivo de estar fazendo o sinal da cruz, o sujeito prontamente responde que é devido a sua crença religiosa. Todas as vezes que o sujeito fez, sem perceber, o sinal da cruz ao passar em frente a uma igreja, ele estava ciente de sua crença, e provavelmente, ciente do movimento que os seus braços estavam fazendo, mas, apenas ao ser perguntado e ter essa crença como objeto intencional de um estado metapsicológico que o sujeito se tornou consciente da crença.

Existe também uma outra relação entre o sujeito e o estado mental, a atenção. Este nível de relação está separado dos demais por estar mais relacionado a um esforço de estar atento e focado ao estado mental.

A maneira como nós estamos normalmente conscientes dos nossos estados conscientes é diferente da maneira como nós estamos conscientes de estados mentais dos quais nós estamos introspectivamente conscientes. Ter consciência introspectiva de um estado mental envolve, mais ou menos, nossa atenção deliberada focada nesse estado, e apenas alguns poucos dos nossos estados conscientes são objeto de um tal escrutínio introspectivo. (Rosenthal, 2021, P. 302)

Dessa forma, podemos entender que existe essa relação do sujeito com o estado mental que consiste na atenção. Além disso, é possível perceber duas novas diferenciações que Rosenthal formula sobre a consciência. Quando existe uma atenção deliberada do sujeito ao estado mental, Rosenthal chama de **Consciência introspectiva**. Já quando o indivíduo está com sua atenção não a um estado mental, mas ao estado de coisas do mundo, Rosenthal chama de **Consciência não introspectiva**.

Rosenthal, portanto, descarta a ideia de que ao estarmos conscientes de determinada coisa, nós também estamos conscientes daquilo que nos torna conscientes dessa coisa. Isto é, consciente do estado mental de segunda ordem que estabelece essa conexão psicológica.

2.2 CONSCIÊNCIA TRANSITIVA

Dentro dos diferentes significados da palavra “consciência” que Rosenthal estabelece, o termo mais importante para a sua teoria é o da consciência transitiva. Acerca da consciência transitiva, Rosenthal diz que:

E nós entendemos a consciência transitiva – a consciência que temos de coisas – independentemente de entender o que é para estados mentais serem estados conscientes. Nós temos consciência transitiva de algo em virtude de estar ou num estado intencional ou sensorial cujo conteúdo é dirigido a esse algo. (Rosenthal, 2021, p. 302)

Isto é, estar transitivamente consciente de algo, significa que um estado mental representa algo ou alguma coisa. Por exemplo, quando temos um pensamento, esse pensamento é acerca de algo, seja sobre o copo, sobre a cadeira ou sobre a mesa. Existe sempre um objeto desse pensamento mesmo que o objeto não exista de verdade no mundo. Mesmo em estados sensoriais como a dor ou a visão, também existe uma representação.

Essa representação pode até mesmo ser classificada, como os diferentes espectros de cores, ou as diferentes intensidades das dores. Portanto, Rosenthal afirma que “Todos os estados mentais, são intencionais ou sensoriais. Portanto, estar em um estado mental é muitas vezes suficiente para que alguém tenha consciência transitiva de algo”(Rosenthal, 1993, p. 356).

Fred Dretske discorda da posição de Rosenthal no que diz respeito à necessidade da consciência transitiva para que ocorra uma consciência de estado⁶. Para ir contra a necessidade de Rosenthal, Dretske arquiteta um experimento mental onde pede para imaginarmos duas cenas bastante parecidas, e através dessas cenas, Dretske guia o experimento mental a fim de chegar a sua própria conclusão. No experimento de Dretske, ele pede para compararmos duas constelações, Alpha e Beta. Essas constelações são idênticas exceto por um único ponto diferente que Alpha possui a mais do que Beta. Se imaginarmos um caso em que os observadores estão conscientes do ponto a mais e portanto conscientes da diferença entre as constelações, mas não estão conscientes que as constelações são diferentes então a experiência consciente do ponto a mais não reflete na crença consciente de que as duas constelações são iguais. Dretske conclui que

“A Consciência do Ponto requer uma experiência consciente do Ponto, um E(Ponto) consciente; ainda assim, não há nada nas crenças conscientes de uma pessoa – seja sobre o ponto, sobre a diferença entre Alpha e Beta, ou sobre a diferença entre E(Alpha) e E(Beta) – que registre essa diferença. O que temos nesses casos é a consciência do estado interno sem nenhuma consciência de criatura correspondente (transitiva) do estado consciente.” (Dretske, 1993, p. 275).

O que Dretske portanto quer afirmar é que existe uma experiência consciente, do

⁶ Cf. DRETSKE (1993).

ponto a mais, sem que o sujeito esteja transitivamente consciente dela. Quais as implicações desse caso para a teoria de Rosenthal? Mais especificamente, quais as implicações para a consciência transitiva?

O próprio Rosenthal formula o experimento mental de Dretske nos seguintes termos:

Considere duas cenas, uma com dez árvores e outra exatamente igual, porém sem uma destas árvores. E suponha que eu veja conscientemente as duas cenas, e que eu vejo, de fato, cada uma das árvores em cada uma delas. Mas suponha, por fim, que a despeito de tudo isso eu não perceba a diferença entre as duas. (ROSENTHAL, 2021, p. 295)

Rosenthal termina de apresentar o experimento mental de Dretske da seguinte forma: “Assim, se o argumento de Dretske for correto, nós comumente falhamos em estarmos conscientes de nossas experiências conscientes” (ROSENTHAL, 2021, p. 295). Mas em seguida ele afirma que o argumento não está correto, e diz que um indivíduo pode estar consciente de uma experiência sob um ponto de vista e não consciente sob outro ponto de vista. Mas como é isto de estar consciente sob um ponto de vista e não consciente sob outro?

Rosenthal identifica um erro no argumento construído por Dretske, no experimento mental existe uma presunção de que ao estar consciente dos fatores que diferenciam uma cena da outra, o sujeito automaticamente está ciente de que existe uma diferença entre as cenas. Isso ocorre porque de acordo com Rosenthal “Um estado pode, é claro, ser consciente sem que se dê atenção consciente a ele e, na verdade, mesmo que não se tenha consciência sobre cada aspecto mental do estado.” (ROSENTHAL, 2021, p. 293).

Devido a essa afirmação de Rosenthal, é possível abstrair que um indivíduo pode estar consciente de determinada coisa, sem estar consciente de todos os aspectos que envolvem ou que constituem essa coisa. Portanto, o indivíduo está consciente sob o ponto de vista de que está consciente da árvore extra. Entretanto, o indivíduo não possui consciência de todos os aspectos a respeito daquela árvore extra, incluindo o fato de que esta árvore é uma árvore extra que é o elemento responsável por diferenciar as duas cenas.

Dessa forma, o experimento mental de Dretske falha em atacar a teoria do pensamento de ordem superior proposta por Rosenthal, e ainda é utilizada como um exemplo para ilustrar melhor a consciência transitiva e destacar o fato de que estar consciente de algo, não é estar consciente de todos os aspectos de algo.

2.3 A TEORIA DE ROSENTHAL

Mas como um estado mental se torna consciente? o que faz com que um estado

mental, similar a muitos outros, esteja presente no fluxo do pensamento e se torne consciente para o indivíduo?

Para responder estas questões, Rosenthal desenvolve o que ele chama de princípio da transitividade. Rosenthal (2009, p. 240) diz que “um estado é consciente se alguém estiver consciente desse estado de alguma maneira adequada. Isto é chamado de princípio da transitividade (TP), pois explica a consciência de estado em termos da consciência transitiva.”

Em diferentes escritos (ROSENTHAL 2009, p. 240; 2005, p. 4; 2021, p. 299) Rosenthal afirma que a forma como estamos conscientes de alguma coisa pode se dar de duas maneiras. A primeira, através do caráter sensorial, quando, vemos, ouvimos, percebemos algo de algum modo. A segunda, quando temos um pensamento sobre algo. O que as duas formas concordam é que, é necessário um estado mental, seja ele uma percepção sensorial, ou um pensamento.

É possível afirmar que exista uma circularidade no princípio da transitividade, entretanto, essa afirmação não se sustenta. Aqueles que desejam afirmar a circularidade, diriam que não é possível explicar a consciência de um estado utilizando a própria consciência durante a explicação.

Rosenthal(2009, p. 240) se defende dessa circularidade afirmando que, para alguém se tornar consciente de alguma coisa é necessário um outro estado mental. Como esses estados mentais não precisam necessariamente serem conscientes, não há nenhuma circularidade em explicar os estados mentais conscientes se utilizando desses outros estados mentais que permanecem inconscientes.

Além dessa defesa formulada pelo próprio Rosenthal, eu também gostaria de propor mais uma: A afirmação de circularidade do princípio da transitividade parece tentadora devido aos termos utilizados. Ao entender a separação entre os diferentes conceitos de consciência, essa circularidade tende a diminuir, ou desaparecer completamente. Para isso, vamos reformular o princípio da transitividade da seguinte forma: um estado é levado a consciência de forma intransitiva, se alguma criatura estiver transitivamente consciente desse estado de alguma maneira adequada.

Ao inserir no princípio da transitividade as palavras-chaves para a separação dos diferentes conceitos de consciência, é possível tornar o princípio mais claro dentro da teoria de Rosenthal, e facilita a suprimir a intuição de considerar o princípio como algo circular. Além disso, essa mudança deixa clara a distinção entre os dois tipos de consciência (a transitiva e a intransitiva). Superando o problema da circularidade do princípio da transitividade, podemos entender o papel do princípio na teoria de Rosenthal.

As teorias representacionais de ordem superior utilizam o princípio da transitividade para explicar a consciência de estado (ROSENTHAL 2005, p. 4; GENNARO 2018, p.109). Ao utilizar o princípio da transitividade, essas teorias garantem uma explicação para o fenômeno de que os diferentes estados mentais são conscientemente sentidos de diferentes formas.

Uma vez que a consciência de um estado consiste em alguém estar de alguma forma consciente dele, podemos explicar as diferenças em como vários estados são conscientes apelando para diferenças na maneira como estamos conscientes desses estados. (ROSENTHAL 2005, p. 4)

Para exemplificar, as sensações conscientes de ver uma maçã e cheirar uma pera são bastante distintas, já a sensação consciente de cheirar a maçã e sentir o sabor da maçã, se aproximam um pouco. Ver uma maçã e ver uma pera, apesar de ambos os estados serem uma visão, possuem algo de diferente. Para explicar o que difere nas sensações conscientes nessas diferentes situações, Rosenthal utiliza o princípio da transitividade. Para o autor as diferentes sensações conscientes são causadas por diferentes maneiras de se estar consciente destes estados, isto é, cada estado transitivo particular possui um conteúdo sensorial particular equivalente.

Se vejo uma pera, estou consciente dela de uma maneira específica. Existe uma forma específica de estar consciente dessa pera. Da mesma forma, existe uma maneira específica de estar consciente de ver uma maçã. Essas duas maneiras se diferem de uma forma diferente da maneira em que ver uma maçã e comer uma maçã se difere. Existe um modo como é estar em cada uma dessas situações.

Apesar de Rosenthal apresentar duas formas diferentes em que é possível obter a consciência através do princípio da transitividade. Isso vai depender da natureza do estado de ordem superior. Esse estado mental superior também pode ser considerado uma representação metapsicológica, já que possui como objeto representacional um outro estado mental. Essa maneira pode ser através dos pensamentos ou das sensações, Rosenthal rapidamente descarta a teoria das sensações. O autor (Rosenthal, 2009, p. 241) afirma que essa forma de entender o princípio enfrenta algumas dificuldades.

Quando temos alguma sensação, qualquer que seja, como a visão ou o olfato, esse estado mental é sempre acompanhado por uma propriedade qualitativa. Essa propriedade é aquilo que nos permite diferenciar o que é ver uma maçã e ver uma pera, ou sentir o cheiro de uma outra coisa. É exatamente essa propriedade qualitativa que diferencia os estados mentais sensoriais dos estados mentais cognitivos.

Rosenthal (2009, p.241) afirma que as qualidades sensoriais que temos acesso e que de fato sentimos são as qualidades sensoriais do fenômeno, e não do segundo estado

mental. Esse segundo estado mental, ou a representação metapsicológica (pois possui como conteúdo representacional um outro estado mental) não apresenta nenhuma qualidade sensorial por si só. Dessa forma a consciência dos estados não pode surgir através das sensações.

Uma vez que estamos conscientes das coisas percebendo-as ou tendo um pensamento sobre elas como estando presentes, se nossa consciência de ordem superior sobre nossos estados conscientes não é perceptiva, deve ser devido ao fato de termos tais pensamentos sobre esses estados. Esses pensamentos serão cada um para o efeito de que se está em algum estado particular. (ROSENTHAL, 2009, p. 243)

O outro modelo de consciência transitiva, que se baseia no pensamento, não encontra tais dificuldades. O pensamento não é específico para uma gama particular de objetos, e não envolve nenhum órgão dedicado como as modalidades dos sentidos. Além disso, a relação entre o pensamento e seu objeto é intuitivamente pelo menos tão imediata quanto aquela entre a percepção e o objeto da percepção. Nem ter pensamentos sobre as coisas envolve quaisquer qualidades características. Parece, portanto, que tal modelo fornece a melhor esperança para explicar o que é para os estados mentais serem conscientes em termos de estarmos conscientes desses estados. (ROSENTHAL, 1997, p.140-141)

Dessa forma é através da eliminação da teoria das sensações que Rosenthal chega a conclusão a seguir: que a forma como nós alcançamos esse princípio da transitividade é através de pensamentos, ou seja, são os pensamentos que são os estados metapsicológicos, e são eles os responsáveis por tornarem os estados mentais conscientes.

É devido a esses pensamentos serem acerca de um outro estado mental, que Rosenthal decide chamá-los de pensamento de ordem superior. (ROSENTHAL, 2021, p.300). Para Rosenthal, o conteúdo desse pensamento não é simplesmente de que o estado mental de primeira ordem está consciente, mas sim de que um indivíduo está nesse estado mental de primeira ordem. (ROSENTHAL, 2021, p.300-301).

Como se trata de uma consciência transitiva, o pensamento de ordem superior deve ser acerca de alguma coisa. Por esse motivo, o pensamento é intencional. Além de ser intencional, esse pensamento deve ser assertórico, isto é, um pensamento que afirma ou nega algo no mundo. Como visto na introdução quando um estado mental pode ser verdadeiro ou falso, significa que o mundo está adequado a ele ou não, ou seja, o direcionamento do pensamento é da mente para o mundo. É exatamente essa característica do pensamento que dá a ele a capacidade de elevar o estado mental de primeira ordem à consciência. Quando tenho qualquer pensamento sobre um determinado objeto, está implícito nesse pensamento que esse determinado objeto existe de alguma maneira.

Portanto, é possível resumir a hipótese de Rosenthal da seguinte forma:

Nossa hipótese, portanto, é que um estado mental é consciente somente no caso de ser acompanhado por um pensamento não-inferencial, não-

disposicional e assertórico acerca de que o indivíduo está exatamente neste estado (ROSENTHAL, 2020, p.301)

De acordo com Rosenthal a consciência de um estado mental não pode surgir de uma mera expressão de uma terceira pessoa sobre o estado mental. Por exemplo, se uma pessoa possui um desejo inconsciente de matar outra, esse desejo não se tornará consciente pela simples citação desse desejo pelo terapeuta. Quando alguém está inconscientemente irritado, ele não se torna consciente de sua irritação ao ter seu estado mencionado por alguém. Rosenthal diz que “Para que meu estado mental seja consciente, meu pensamento de ordem superior sobre ele não deve ser baseado em inferências, pelo menos não em nenhuma inferência de que eu esteja ciente.” (ROSENTHAL, 2005, p.57).

O estado mental de ordem superior não pode ser disposicional para Rosenthal, pois “ser simplesmente disposto a ter um pensamento sobre uma coisa não pode tornar um indivíduo consciente dessa coisa” (ROSENTHAL, 2021,p.304). Apesar de Rosenthal não deixar claro o que ele quer dizer exatamente com estado disposicional, ele argumenta que se fosse esse o caso não seria possível explicar como um estado com conteúdo particular é ora consciente, ora não. Afinal, como podemos estar introspectivamente conscientes do segundo estado mental se ele é apenas disposicional ? Devido à possibilidade da introspecção, que será discutida em breve, o estado mental de ordem superior precisa ser atual e não disposicional.

Então, a teoria de Rosenthal é que para um estado mental ser consciente, é preciso que uma criatura consciente possua um outro estado mental, que por sua vez é uma representação metapsicológica do tipo pensamento, é assertórico e de ordem superior, cujo objeto representacional é que o indivíduo é portador do primeiro estado mental.

É importante perceber essa sutileza dentro da teoria de Rosenthal. A representação metapsicológica não possui como objeto representacional simplesmente o primeiro estado mental. O que ele possui como objeto representacional é, na realidade, que o indivíduo possui o primeiro estado mental. (ROSENTHAL, 1997, p. 741; 2005, p .145; 2020, p. 300-301) É exatamente essa inclusão do indivíduo como portador do primeiro estado mental que conecta o indivíduo e o estado mental agora consciente.

Gennaro (2018, p.111) afirma que uma preocupação da teoria dos pensamentos de ordem superior é que ela pode ser levada a uma regressão ao infinito. A regressão ao infinito pode ocorrer da seguinte forma, se um pensamento de ordem superior é necessário para que o estado mental de ordem inferior seja consciente, então, para que exista consciência no pensamento de ordem superior, é preciso de um pensamento de ordem

ainda mais superior, isto é, de terceira ordem e assim sucessivamente.⁷

Rosenthal parece ciente dessa possível crítica, e estabelece uma característica no pensamento de ordem superior que ajuda a sua teoria. O pensamento de ordem superior não precisa ser consciente para elevar o pensamento de primeira ordem ao estado de consciência. (ROSENTHAL, 2020, p. 302; ROSENTHAL, 2009, p. 243). É possível que o pensamento de ordem superior se torne consciente, e para isso, é necessário um pensamento (que por sua vez é inconsciente) de terceira ordem.

Para ser portador desse pensamento de terceira ordem, é preciso que o indivíduo esteja introspectivamente consciente do estado de segunda ordem.

A maneira como nós estamos normalmente conscientes dos nossos estados conscientes é diferente da maneira como nós estamos conscientes de estados mentais dos quais nós estamos introspectivamente conscientes. (ROSENTHAL, 2020, p.302)

É possível perceber que na teoria de Rosenthal, estar introspectivamente consciente de algo requer um esforço consciente do sujeito. É preciso que o indivíduo tenha sua atenção deliberadamente voltada para o estado mental. Devido a esse esforço deliberado, é difícil que todos os nossos estados mentais possuam essa propriedade.

Devido aos estados mentais inconscientes não possuírem um estado mental de segunda ordem e também ao esforço deliberado necessário para que um pensamento de ordem superior se torne consciente a crítica à teoria usando da possível regressão ao infinito não pode ser utilizada.

Afinal, a crítica diz que se a consciência é uma propriedade externa aos estados mentais, e um estado mental de ordem superior é necessário para atribuir esta propriedade da consciência a um estado mental de primeira ordem, então, existe um regresso ao infinito. Entretanto, na teoria de Rosenthal, apesar de a consciência ser uma propriedade externa dos estados mentais, o estado mental de ordem superior não precisa ser consciente. Logo, não existe regresso ao infinito.

2.4 ROSENTHAL E O MODO COMO É

Dentro do que entendemos por estados mentais conscientes, existe um tipo de estado mental que requer explicações mais elaboradas devido ao seu caráter particular em relação aos outros estados, estas são as sensações. Quando temos consciência de uma sensação, nós obviamente sentimos algo, existe um modo

⁷Essa crítica em particular será melhor tratada nos capítulos seguintes, pois Brentano, de forma anacrônica, acaba por criticar a concepção metapsicológica de ordem superior do qual Rosenthal defende.

como é (What is it like) ter aquela sensação, e, nós podemos até mesmo classificar o que estamos sentindo: Uma vista, um som, uma pressão em alguma parte do corpo, etc. Portanto, ter consciência de uma sensação não é simplesmente ter um pensamento de ordem superior sobre um determinado estado mental, há também uma qualidade sensorial deste estado.

Para Rosenthal, a consciência sensorial é “o caso especial no qual o estado que é consciente é um estado sensorial” (ROSENTHAL, 2020, p. 304). Dessa forma, ele elenca duas propriedades necessárias para que um estado sensorial se torne consciente. A primeira propriedade é a qualidade sensorial e a segunda é a consciência de estado.

É comum, quando falamos de estados sensoriais, estarmos falando necessariamente de consciência sensorial. Afinal, temos uma qualidade sensorial, isto é, sentimos algo, nós só a sentimos por estarmos conscientes daquilo que sentimos. Caso esse senso comum seja assumido, então, estamos falando que a propriedade da consciência de estado é intrínseca e essencial para a qualidade sensorial.

Entretanto, Rosenthal discorda desse senso comum.

Argumentarei que esta imagem está equivocada. As propriedades de ser consciente e ter qualidade sensorial são independentes uma da outra, e uma descrição satisfatória de cada propriedade exige que as investiguemos separadamente. (ROSENTHAL, 2005, p. 135)

Para o autor, esse senso comum intuitivo de que as propriedades são intrínsecas depende do tipo de estado mental de que estamos falando. Enquanto os estados sensoriais são fortemente ligados à consciência, os estados intencionais são mais facilmente aceitos como estados inconscientes. Entre os próprios estados sensoriais, existem também estados que são facilmente ligados à consciência, como dores, coceiras, cócegas e outros que são menos relacionados à consciência, como os estados perceptivos da visão e audição. Dessa forma, intuitivamente é mais difícil imaginar uma dor inconsciente do que uma visão inconsciente. Entretanto, ambos os casos são possíveis.

Existem diversas situações rotineiras do dia a dia que podem exemplificar como as sensações podem ser inconscientes. Por exemplo, em questão da visão é muito comum o cenário em que alguém está procurando algo, como um chaveiro. Após procurar em uma determinada gaveta e não encontrar, uma outra pessoa decide procurar na mesma gaveta e encontra o chaveiro. Isso ocorre porque a primeira pessoa viu o chaveiro de forma inconsciente, a luz chegou aos seus olhos e houve todo o processo fisiológico da visão, entretanto, a consciência da visão do chaveiro não ocorreu.

Quanto a experiências sensoriais como as dores, é comum que nós tenhamos consciência de uma dor de cabeça, e no momento em que percebemos essa dor, também

temos uma vaga impressão de que essa dor não surgiu agora, e que estávamos sentindo a um bom tempo mas estávamos distraídos demais para perceber. Além disso, é comum sentirmos uma dor, e procurar algo para nos distrair da dor, e após um certo tempo, voltamos a sentir essa mesma dor. A dor nunca passou e surgiu novamente, apenas estávamos, enquanto distraídos, inconscientes da sensação da dor.

Dessa forma, é perceptível que os estados sensoriais não possuem de forma intrínseca a eles a propriedade da consciência. Entretanto, isso não significa que os estados sensoriais inconscientes não são por si próprios fenômenos mentais, como afirma Rosenthal (2021, p. 306). Além disso, Rosenthal afirma também que

os estados não-conscientes da percepção subliminar, visão periférica e da visão cega têm papéis que, ao menos sob alguns aspectos, são análogos aos papéis exercidos pelos estados sensoriais conscientes. Rosenthal (2021, p. 306)

Isto é, os estados sensoriais não conscientes executam papéis e funções parecidas com os estados conscientes. Para fundamentar suas duas proposições, tanto a de que os estados sensoriais não conscientes são fenômenos mentais, quanto a de que eles executam papéis análogos dentro do sistema mental, Rosenthal se utiliza do fenômeno chamado de “Efeito de coquetel” ou “Efeito da Festa de coquetel”.

Esse fenômeno ocorre em locais com muitos sons vindo de diferentes fontes. Por exemplo, em uma festa. Quando estamos em uma festa, temos o som da música, o som dos passos, o som de todas as conversas ao nosso redor, dentre outros diversos sons de diversas fontes diferentes. Entretanto, mesmo em um cenário tão caótico, nós conseguimos nos concentrar em uma conversa que seja do nosso interesse, ou que estejamos participando. O restante das conversas se tornam apenas sons indistintos, que não atrapalham o nosso interesse. O mais interessante desse efeito de coquetel é quando algo em uma outra fonte de som que não a do nosso interesse chama a nossa atenção. Por exemplo, quando em uma conversa paralela alguém cita o nosso nome, mesmo que não seja com referência a nós é possível que nós possamos escutar com clareza essa conversa.

Essa mudança de atenção, só é possível de ser percebida porque nós estávamos, de certa forma, com acesso auditivo claro a todo o conteúdo da conversa. Entretanto, o conteúdo dessa conversa que não nos interessava estava circulando de forma inconsciente no nosso sistema mental. É apenas quando a conversa chama a nossa atenção que nós nos tornamos conscientes e podemos conscientemente perceber com clareza o conteúdo da conversa. Esse efeito só seria possível se, mesmo estando inconsciente, o fenômeno auditivo ainda desempenhasse um papel semelhante ao fenômeno auditivo consciente.

Mas se a qualidade sensorial executa o mesmo papel estando consciente ou

inconsciente, então qual seria a diferença entre uma qualidade sensorial consciente para uma inconsciente? Para responder essa questão, é necessário desenvolvermos os conceitos de consciência definidos por Ned Block.

Existem diferentes formas de como podemos dizer que determinados estados mentais estão conscientes. Block (1995) estabelece duas delas:

1. Consciência Fenomenal
2. Consciência de Acesso

É importante perceber que Block não trata sobre teorias que explicam como o fenômeno da consciência ocorre na mente dos indivíduos, mas sim, as formas em que a consciência de estados mentais pode aparecer.

A primeira forma em que a consciência pode aparecer nas mentes dos indivíduos é o que Block chama de consciência fenomenal. “A consciência fenomenal é experiência; o que torna um estado fenomenalmente consciente é que há algo ‘como é’ (Nagel, 1974) estar nesse estado.” (BLOCK, 1995, p. 2). Isso quer dizer que a consciência fenomenal é aquela mais intuitiva para nós, é simplesmente experienciar algo. Portanto, as propriedades de uma consciência desse tipo são propriedades da experiência.

Nós podemos experienciar uma série de coisas como, sensações, emoções, e percepções. Estar feliz, por exemplo, é uma experiência, logo, ter consciência dessa felicidade é uma consciência fenomenal. A mesma coisa acontece quando vemos, ouvimos, cheiramos, sentimos ansiedade, entre outros.

O que é ouvir um som vindo da esquerda difere do que é ouvir um som vindo da direita. Além disso, as diferenças da consciência fenomenal, muitas vezes fazem uma diferença intencional. E isso é parcialmente explicado pelo fato de que a consciência fenomenal é frequentemente – talvez até sempre – representativa.(Block, 1995, p. 3)

É importante destacar que Block não retira da consciência fenomenal o caráter representativo dos estados mentais. É esse caráter representativo que difere a experiência de sentir uma dor no ouvido e uma dor no dente, por exemplo. Assim, Block afirma, portanto, que todos os estados mentais possuem uma intencionalidade.

A segunda forma é o que Block chama de consciência de acesso. Inicialmente, Block conceitua a consciência de acesso como um estado em que seu conteúdo está pronto para ser usado como uma premissa racional, em um controle de ação racional ou em um controle de fala racional.

Entretanto, o próprio Block admite que essa conceituação traz um caráter disposicional para a consciência de acesso. Dessa forma, ele conceitua consciência de

acesso como:

Uma representação é A-consciente se for transmitida [broadcast] para uso livre no raciocínio e para controle “racional” direto da ação (incluindo relatos). (BLOCK, 1995, p. 05).

Ou seja, a consciência de acesso acontece quando um determinado estado intencional é necessário e utilizado para uma premissa racional, ou para uma ação racional.

Exemplos de consciência de acesso são, crenças, desejos, e pensamentos e estados mentais intencionais que servem para um uso racional do indivíduo consciente. Por exemplo, a minha crença de que hoje choverá, é a responsável e serve como base para a minha ação racional de levar um guarda-chuva ao sair de casa. Dessa forma, a crença em questão está A-consciente.

Block, no seu artigo, defende que esses dois tipos de consciência podem acontecer de forma independente, isto é, consciência de acesso sem consciência fenomenal e vice-versa. Por exemplo, em pacientes que possuem a “visão cega”, os indivíduos não possuem a consciência fenomenal, isto é, a experiência da visão em determinadas regiões do seu campo de visão, entretanto, conseguem adivinhar corretamente qual a forma (X ou O) apresentada na sua frente. Ou seja, o indivíduo possui acesso ao conhecimento da forma, sem possuir acesso à experiência daquela forma.

Já para dar um exemplo contrário, Block pede para imaginarmos uma situação em que estamos de certa forma distraídos, como em uma conversa interessante. Em um determinado momento da conversa nós ficamos conscientes de um barulho que estava a acontecer durante toda a duração da conversa. “Você estava ciente do barulho o tempo todo, pode-se dizer, mas somente ao meio-dia você está conscientemente ciente dele” (BLOCK, 1995, p. 15). Ou seja, para Block o tempo todo nós tínhamos consciência fenomenal do barulho, mas apenas depois nós também tínhamos consciência do acesso dele.

Block afirma que “A consciência fenomenal é experiência; o que torna um estado fenomenalmente consciente é que existe um ‘modo como é’ estar nesse estado.” (BLOCK, 1995, p. 02).

Então, a diferença entre uma qualidade sensorial consciente para uma inconsciente é exatamente essa experiência de estar nesse determinado estado de consciência de acesso. O modo como é estar com dor na cabeça, ou o modo como é ver o chaveiro na gaveta. Todas essas experiências são possíveis devido à consciência fenomenal do estado mental.

Tanto Rosenthal quanto Block defendem que a consciência de acesso é necessariamente transitiva.

Os estados A-conscientes são necessariamente transitivos: Os estados A-conscientes devem ser sempre estados de consciência de. (BLOCK, 1995, p.8)

Então, para que um estado seja consciente por acesso, o indivíduo deve ter acesso ao estado, presumivelmente, tendo consciência transitiva de uma maneira intuitivamente imediata (ROSENTHAL, 2021, p. 307-308)

Como visto anteriormente, alguns dos nossos estados mentais inconscientes executam o mesmo papel que estados mentais conscientes, e isso pode ocorrer também no caso da consciência de acesso. Alguns estados inferenciais, isto é, estados mentais utilizados em um pensamento inferencial moldam as nossas ações e falas sem que estejamos necessariamente conscientes deles. Dessa forma, é incorreto afirmar que ter acesso a determinados estados intencionais eleva esses estados à consciência. Afinal, muitas das nossas ações são baseadas em determinadas crenças, que são acessadas no momento em que realizamos a ação, mas não estão necessariamente presentes no nosso fluxo de pensamento. Por exemplo, no já citado caso do religioso que passa em frente a uma igreja.

Portanto, como o simples acesso a determinados estados mentais, não garante ao indivíduo a consciência desse acesso, é preciso que o indivíduo tenha consciência transitiva para ter a consciência de acesso, como visto na teoria de Rosenthal. Logo, é somente através do pensamento de ordem superior que o indivíduo pode ter a consciência de acesso presente no fluxo da sua mente. O pensamento de ordem superior nos garante a consciência do acesso ao estado intencional.

É importante notar que, enquanto o acesso aos estados mentais pode ocorrer sem a consciência fenomenal, a consciência intransitiva desses estados não pode. Como visto anteriormente, a consciência de um estado intencional só é possível através de uma consciência transitiva desse estado (O pensamento de ordem superior). O simples acesso a esse estado mental como uma crença inconsciente pode ocorrer sem a consciência transitiva, então, pode existir acesso, em forma de crença inconsciente, sem existir o caráter experienciável, ou o modo como é ter acesso a esse estado.

A consciência de acesso exige uma relação entre um estado mental com diversos outros estados mentais em um processo mental, por exemplo, em um raciocínio lógico de diversas premissas. Já a consciência de estado exige a relação do estado mental com um estado mental de tipo muito específico: um HOT assertórico

No exemplo do indivíduo religioso que passa por uma igreja, o indivíduo está consciente dos seus movimentos para realizar o sinal da cruz, mas não está consciente da

sua crença. O indivíduo portanto, tem acesso inconsciente a sua crença, e não precisa de um pensamento de ordem superior que representa a sua crença. Apenas ao ser perguntado sobre sua crença, e por isso ter um pensamento de ordem superior que a represente que o indivíduo terá consciência dela, ou possuirá consciência da sua crença como o motivo para realizar o sinal da cruz ao passar por uma igreja.

Em relação a consciência fenomenal, como esta consciência é dotada de um caráter experienciável, o indivíduo precisa ter acesso às propriedades distintas dessa experiência. Por exemplo, o que distingue uma bola vermelha de uma azul é a cor, para que tenha uma experiência de como é ver uma bola vermelha em vez de uma azul, é necessário a consciência de acesso a respeito dessa propriedade do azul da bola. Portanto, “a consciência fenomenal não pode ocorrer sem a consciência de acesso.” (ROSENTHAL, 2020, p. 308)

Como a consciência de acesso só pode ocorrer através de uma consciência transitiva, então, a consciência fenomenal também exige uma consciência transitiva. Portanto, a partir do momento que temos consciência transitiva a respeito de alguma coisa, nós também possuímos uma experiência, um modo como é estar consciente. Como isso ocorre? Como um determinado estado intencional resulta em uma experiência para o indivíduo?

Rosenthal aponta duas formas que isso poderia ocorrer dentro da sua teoria de pensamento de ordem superior.

Uma seria mostrar que é evidente, a partir de um ponto de vista em primeira pessoa, que um indivíduo tem um HOT adequado quando, e somente quando, existe o modo como é para ele ter um estado sensorial. (Rosenthal, 2021, p. 309)

Isto é, o responsável pelo modo como é seria o próprio pensamento de ordem superior. Entretanto, essa hipótese não parece se sustentar dentro da formulação teórica do Rosenthal. Afinal, como poderia se mostrar evidente em uma perspectiva de primeira pessoa se os pensamentos de ordem superior são, muitas vezes, pensamentos inconscientes? Dessa forma, só seria possível explicar o modo como é quando o indivíduo tivesse não só o pensamento de ordem superior, mas também estivesse no estado introspectivo, ou seja, com o pensamento de terceira ordem. Obviamente que este não é o caso, já que temos o caráter experienciável da consciência sem estarmos necessariamente em um estado introspectivo em relação ao que estamos conscientes.

Dessa forma, a segunda hipótese deve desconsiderar o ponto de vista de primeira pessoa como o responsável pelo estado experienciável.

Em particular, existe uma conexão notável entre quais HOTS nós conseguimos ter e de quais qualidades sensoriais nós podemos ter ciência. E a melhor explicação para tal conexão é que o HOT associado resulta, efetivamente, em que haja o modo como é para um indivíduo ter um estado com tais qualidades sensoriais. (Rosenthal, 2021, p. 310)

Para Rosenthal, existe um número limitado de estados sensoriais dos quais nós podemos ter ciência. Evidentemente, para este número limitado de estados sensoriais, também existe um número limitado de representações metapsicológicas que dão consciência a estes estados sensoriais. Para Rosenthal, é o pensamento de ordem superior específico que além de gerar a consciência do estado sensorial, também gera o modo como é para um indivíduo ter esse estado sensorial.

Para compor seu argumento, Rosenthal irá se utilizar de uma capacidade que indivíduos conscientes parecem ter: a capacidade de ter novos estados sensoriais. Conseqüentemente, novos “modos como é”. Para ilustrar esse ganho de conceitos sensoriais, Rosenthal se utiliza do exemplo do enólogo. Para Rosenthal, um enólogo experiente, consegue diferenciar os diferentes sabores e texturas de um determinado vinho, que este mesmo enólogo – antes da aquisição dos conceitos – não conseguia diferenciar.

Ora, é evidente que ao longo do seu trajeto na enologia, o enólogo experiente adquiriu novos “modos como é”. Afinal, hoje ele consegue ter a experiência gustativa de sabores que antes ele aparentemente não tinha como possuir. O que acontece nesses casos?

No caso do enólogo experiente, não é que ele não possuía os estados sensoriais do vinho. O que ocorreu é que o enólogo consegue que mais desses estados sensoriais se tornem conscientes. “Os novos conceitos nos permitiriam ter consciência de qualidades sensoriais que nós já possuíamos, mas das quais não estávamos conscientes” (ROSENTHAL, 2021, p. 311). O enólogo já possuía todos os estados sensoriais quando experimentava o vinho, entretanto, alguns destes estados não possuíam uma representação metapsicológica apropriada, isto é, um pensamento de ordem superior que os eleva ao estado de consciência. Por não estarem conscientes, não poderia haver um caráter qualitativo dos estados sensoriais. Dessa forma, o enólogo não ganhou novos estados sensoriais, apenas aprendeu conceitos que antes eram desconhecidos.

Para se tornar consciente destas qualidades sensoriais, o enólogo deve ter desenvolvido pensamentos de ordem superior sobre estas qualidades. Como as qualidades sensoriais já existiam, e as únicas coisas novas na mente do enólogo são exatamente os pensamentos de ordem superior e o caráter qualitativo das qualidades sensoriais, então, “A única explicação plausível é que a consciência de uma qualidade sensorial consiste, efetivamente, na nossa posse de um HOT sobre esta qualidade.” (ROSENTHAL, 2020, p.

311).

Então, o modo como é estar em um determinado estado mental não é apenas determinado pelo tipo de representação metapsicológica que o indivíduo tem, mas também pela experiência⁸ do indivíduo com aquele tipo específico de estado sensorial, do seu interesse e da sua atenção neste determinado estado.

Isto é, o indivíduo possui uma representação metapsicológica do tipo pensamento, que de acordo com a teoria de Rosenthal e o princípio da transitividade, é a maneira apropriada para um estado mental se tornar consciente. Entretanto, apenas essa representação metapsicológica apropriada não é o suficiente para explicar o caráter fenomenal, isto é, a vivência do indivíduo com aquele tipo específico de estado mental. Para explicar isso, é necessário também a atenção do sujeito, como nos casos da festa de coquetel, além da experiência do indivíduo no decorrer da sua vida, como no caso do enólogo.

Para exemplificar isso, vamos pensar em dois casos bastante parecidos, onde o indivíduo possui contato com um estado sensorial. Voltaremos ao exemplo do enólogo. A enologia é uma área extremamente rica neuropsicologicamente, como apontado por Shepherd (2016) portanto nós conseguimos usá-la como exemplo nos dois casos. Na primeira ocasião, temos um estudante de enologia em sua primeira aula. Na segunda ocasião, o mesmo indivíduo mas agora com anos de experiência em enologia elaborando uma análise profissional.

Ao experimentar o vinho na primeira ocasião, o indivíduo sem vivência⁹ nenhuma na enologia é capaz de perceber alguns fatores mais óbvios a respeito do vinho, se é doce ou amargo, se é seco etc. Entretanto, é apenas com a vivência da enologia que o indivíduo passará a perceber os detalhes do vinho, os toques de frutas específicas e os aromas mais refinados que o vinho pode conter.

Em outras palavras, as conexões entre os neurônios no córtex olfativo são “plásticas”; elas mudam com a experiência de modo que o aumento da atividade discriminatória pode levar a um aumento aprendido e duradouro da atividade discriminatória subsequente. (SHEPHERD, 2016, p.270)

Portanto, de acordo com Shepherd, a experiência da degustação de vinhos está intrinsecamente ligada com a capacidade dos sujeitos de discriminarem os diferentes tipos de vinho, e as diferentes notas de sabores tanto nos vinhos já tomados, como no caso de um vinho inédito que o sujeito possa vir a experimentar. Dessa forma, a literatura empírica está de acordo com a ideia de Rosenthal de que o enólogo adquire novos conceitos através da experiência e do aprendizado.

⁸Experiência no sentido de experiência de vida, das vivências acumuladas do sujeito ao decorrer de sua vida

⁹Isto é, experiência de vida

Devido a essa quantidade de fatores que determinam o caráter qualitativo, não é a sensação que determina o pensamento de ordem superior e sim o contrário. Podem existir diversas situações em que os pensamentos de ordem superior representam incorretamente o estado sensorial do indivíduo. Dessa forma, é possível pensarmos que estamos em diversos estados intencionais como percepções, crenças e desejos sem de fato estarmos nesses estados intencionais. Além disso, nós experimentamos sensações em primeira pessoa em que nós realmente não estamos, ou que não faz sentido estarmos. Por exemplo, quando sentimos dor quando deveríamos sentir frio, ou até casos em que nossas respostas emotivas não condizem com a situação, como risadas nervosas, ou uma melancolia diante de uma situação agradável.

Pode parecer que essa capacidade dos pensamentos de ordem superior de representarem erroneamente os estados mentais seja uma falha na teoria. Entretanto, essa abertura é possível de ser feita em diversas outras teorias da mente. Qualquer teoria na qual a consciência de um estado mental consiste na consciência transitiva que o indivíduo tem do estado também dará esse espaço. (ROSENTHAL, 2020, p. 316).

Entretanto, isso pode ajudar a sustentar ainda mais a teoria. Por exemplo, Rosenthal propõe que essa capacidade de má representação dos pensamentos de ordem superior pode ser a causa de crenças e desejos reprimidos.

Assim alguém pode vivenciar o desejo por uma coisa inaceitável como o desejo por uma outra coisa. Em tal caso, o desejo não é literalmente inconsciente; é um desejo consciente cujo caráter é distorcido por HOTS imprecisos. O modo como é para um indivíduo ter este desejo falha precisamente em representar seu conteúdo real (ROSENTHAL, 2020, P. 314)

Ou seja, essa capacidade não é de fato um problema dentro da teoria, e pode até mesmo explicar fenômenos psicológicos que acontecem e são estudados como é o caso dos desejos e crenças reprimidas. Para a teoria de Rosenthal, “Estados conscientes são estados dos quais nós estamos conscientes de nos encontrar, independente de se nós nos encontramos realmente neles ou não.” (ROSENTHAL, 2020, P. 316).

É evidente que as más interpretações dos pensamentos de ordem superior ocorrem durante o nosso dia a dia, todos nós temos com certa regularidade sensações, ou crenças que não deveriam estar lá. Talvez, o exemplo mais prático que possa ser utilizado seja o caso da iniciação na fraternidade que Kriegel e Horgan(2007, p. 130) tratam no seu artigo.

Em um determinado trote da faculdade, os alunos veteranos põem vendas nos olhos dos alunos novatos e avisam que irão fazer um pequeno corte no seu pescoço utilizando uma lâmina. Ao invés de usarem uma lâmina, os veteranos apenas encostam um pedaço de gelo na pele do novato. O resultado disso é que durante os segundos iniciais, o novato não

sente o frio do gelo, mas sim a dor que a lâmina provocaria.

Devido aos alunos veteranos enganarem os alunos novatos, eles possuem uma experiência de dor. Apesar dos efeitos físicos não serem compatíveis com a experiência de dor, é esta a experiência que os alunos novatos narram. Além disso, não apenas a experiência da dor é sentida, como também os alunos possuem a crença de que estão sentindo dor.

Portanto, se esses enganos no caráter qualitativo são comuns no dia a dia, então, uma teoria da consciência precisa explicar esses enganos, e a teoria do pensamento de ordem superior consegue explicar dentro de seus próprios termos como esses enganos acontecem. De acordo com Rosenthal, a explicação para esse fenômeno é que a representação do pensamento de ordem superior que é a responsável pelo caráter qualitativo e não as propriedades intrínsecas do estado sensorial. Como qualquer representação pode apresentar falhas e discrepâncias com o objeto representado, então é natural que as representações dos pensamentos de ordem superior também apresentem essas falhas.

No caso do trote de iniciação a fraternidade, devido ao medo, a ansiedade e aos sentidos visuais privados dos alunos novatos, junto com a predisposição e a expectativa da dor causada pelo relato dos alunos veteranos os alunos novatos sentem a dor, e acreditam sentir a dor que fora previamente anunciada pelos veteranos. A partir do momento que o cubo de gelo é revelado, ou que um certo tempo se passe, as representações dos alunos novatos começam a ficar mais acuradas e a sensação de dor passa a ser de frio.

O conteúdo dos HOTs não precisa, e muitas vezes não irá, descrever o caráter qualitativo dos seus estados qualitativos de forma completa e exaustiva. Em vez disso, os HOTs, assim como todos os pensamentos e descrições, desempenham um papel parcialmente interpretativo. Ao nos representar para nós mesmos como estando em estados de vários tipos, os HOTs são, na verdade, interpretações de nós mesmos como estando nesses estados. (Rosenthal, 2005, p. 211)

É devido ao fato que os pensamentos de ordem superior representam que o indivíduo está em determinado estado que o pensamento de ordem superior é interpretativo e não expositivo.

É o sujeito pensante que interpreta para si mesmo, através do pensamento de ordem superior, o estado mental de primeira ordem e, portanto, os pensamentos de ordem superior não descrevem as propriedades mentais do seu estado alvo de forma completa. De uma certa forma, a ideia de que os pensamentos de ordem superior são interpretativos e não representam cada detalhe do estado mental de primeira ordem não é uma novidade. Afinal, é devido a isso que Rosenthal escapa da já citada crítica de Dretske no exemplo dos

cenários diferentes.

3 CONSCIÊNCIA EM BRENTANO

Brentano vem sendo revisitado por inúmeros filósofos da mente nos últimos anos (por exemplo: Zahavi, 2004; Kriegel, 2003, 2017,2018; Textor, 2006, 2015). Esse interesse em retomar o filósofo alemão surge do atual debate sobre o que torna os estados mentais conscientes. Diante disso, muitos filósofos desenvolveram uma série de teorias que procuram explicar esse fenômeno. Muitas dessas teorias são as que chamamos de teorias representacionais da consciência. Na introdução desta dissertação, uma série de teorias representacionais foram citadas.

Já no capítulo anterior, a teoria dos pensamentos de ordem superior proposta por Rosenthal foi amplamente discutida e elucidada. Entretanto, Brentano em 1874 com a publicação do seu livro *Psicologia do ponto de vista empírico* já nos fornece uma resposta ao mesmo problema. Ele articula uma teoria que muitos consideram como uma teoria representacional da consciência que visa explicar porque nossos estados mentais são conscientes.

Diversos filósofos contemporâneos traçaram paralelos entre as teorias de ordem superior com a teoria que Brentano formulou em sua época. Por exemplo:

Mas era realmente Franz Brentano, mais do que talvez qualquer outro filósofo ou psicólogo, que estava preocupado com o papel da “metaconsciência” de ordem superior na psicologia humana. (GUZELDERE, 1997, p. 800)

O próprio Rosenthal estabelece um paralelo curioso entre ambas as teorias, ao dizer que:

Mas ele(Brentano) não dá razão para sua insistência de que essa percepção de estados mentais conscientes seja intrínseca a esses estados; e se não for, a teoria resultante é virtualmente indistinguível daquela para a qual argumento abaixo (ROSENTHAL, 2005, p.145)

Devido a isso, a própria teoria que Brentano desenvolveu vem sendo revisitada, reinterpretada e desde então, os neo-brentanianos vem ganhando espaço dentro do debate a respeito da consciência. Muitas dessas revisões (Kriegel, 2003; Zahavi, 2004; Fisette, 2015) comparam a teoria de Brentano com as teorias de ordem superior, e afirmam que a teoria de Brentano possui até mesmo uma vantagem em relação às teorias contemporâneas, por exemplo:

De fato, a espantosa similaridade entre os modelos Neo-Brentaniano e os de Monitoramento de ordem superior pode ser tomada como um argumento para a teoria Neo-Brentaniana, uma vez que a teoria Neo-Brentaniana, ao contrário da teoria de Monitoramento de ordem superior, é fenomenologicamente adequada. (Kriegel, 2003, p. 488)

Mas e quanto a teoria do pensamento de ordem superior abordada no capítulo anterior? Para responder a essa e outras perguntas, neste capítulo iremos abordar a teoria de Brentano para que no próximo capítulo eu possa dar minhas considerações sobre as semelhanças e principalmente as diferenças entre ambas as teorias, além de estabelecer qual delas possui uma vantagem explicativa sobre a outra.

Neste capítulo, pretendo iniciar com uma discussão exegética sobre o que Brentano quer dizer com a palavra “consciência”, em seguida, a tese de Brentano de que não existem estados mentais inconscientes será apresentada, assim como a forma que Brentano chegou à essa conclusão e se defendeu da proposição contrária. Finalmente, a teoria da consciência de Brentano será apresentada, e com isso a sua resposta para a pergunta de como os estados mentais são conscientes. Por fim, assim como no capítulo anterior, serão apresentadas as particularidades do pensamento de Brentano em respeito ao modo como é, ou seja, a consciência fenomenal.

Como visto tanto na introdução quanto no capítulo dedicado a Rosenthal, o termo consciência é um termo com muitos significados diferentes em seu uso. O primeiro desafio ao estudar a consciência em um autor de épocas passadas como é o Brentano é estabelecer o que o autor quis dizer com o uso da palavra consciência.

Kriegel (2018, p.19-20) afirma que ao estudarmos a consciência em Brentano, estamos lidando com o que hoje é chamado de consciência fenomenal. O “modo como é” para alguém ter uma a experiência, ou “Como é estar” em determinado estado da experiência.

Para isso, Kriegel fornece duas argumentações. A primeira é que, se um autor não sugere, explícita ou diz o contrário durante sua discussão sobre a consciência, é porque ele muito provavelmente está se tratando da consciência fenomenal. Isso ocorre porque a consciência fenomenal é nosso contato mais direto e pessoal com o fenômeno da consciência.

A segunda argumentação é baseada em Block (1995) que sugere que a consciência fenomenal é aquilo que aparece de forma categoricamente diferente de tudo o que é físico. Além disso, a sua aparição é fruto de uma lacuna explicativa. Isto é, não conseguimos explicar ou entender como aquele determinado fenômeno não físico nos foi apresentado.

A lacuna explicativa surge quando mesmo com todo o conhecimento físico, químico, biológico do funcionamento do corpo humano não se pode explicar o modo como é da consciência fenomenal. Isto é, não conseguimos explicar como esses processos físicos geram as experiências subjetivas como dor e prazer. É claro que a discussão a respeito da lacuna explicativa continua ativa, e existem diferentes entendimentos sobre a natureza

dessa lacuna, entretanto, o que importa para este trabalho é apenas a noção de que aquilo que nos aparece como consciência fenomenal é bastante diferente daquilo que nos aparece como físico.¹⁰

Brentano, na *Psicologia do um ponto de vista empírico* trata o psicológico, ou como chamamos, o mental da seguinte maneira:

A diferença entre processos fisiológicos e processos químicos e físicos realmente parece ser apenas que os processos fisiológicos são mais complexos. (...) Dificilmente podemos dizer o mesmo do conceito de vida quando o aplicamos aos domínios fisiológico e psicológico. Pelo contrário, se voltarmos nossa atenção do mundo externo para o interno, nos encontraremos, por assim dizer, em um novo reino. Os fenômenos são absolutamente heterogêneos, e mesmo as analogias ou nos abandonam completamente ou assumem um caráter muito vago e artificial. (BRENTANO, 2009, p. 66)

Quando Brentano afirma que “Se voltarmos nossa atenção do mundo externo para interno, nos encontraremos em um novo reino” ele está invocando a experiência de “Como é estar em um” determinado estado. Já quando ele afirma sobre o caráter vago e artificial das analogias entre os fenômenos físicos e os fenômenos psicológicos, ele parece falar da lacuna explicativa que Block aponta como resultado de uma experiência fenomenologicamente consciente.

Dessa forma, Kriegel acredita que esteja suficientemente claro que Brentano trata da consciência fenomenal durante a sua obra. Brentano está interessado, portanto, no fenômeno que todos nós estamos individualmente habituados, mas cujo valor e experiência é impossível de ser passado para terceiros. O fenômeno que está no domínio das sensações.

Entretanto, MENDELOVICI (2021) sugere uma outra interpretação. Em resposta direta a Kriegel, a autora sugere que Brentano não está falando apenas da consciência fenomenal em si, mas sim da consciência transitiva. Enquanto a declaração de Kriegel diz respeito à consciência como em Nagel (1974) no famoso ensaio intitulado “Como é ser um morcego”, Mendelovici defende que Brentano trata a consciência de forma similar ao fenômeno apresentado pela consciência fenomenal, entretanto, a autora defende que isto não é o suficiente.

Para sustentar o argumento de Mendelovici, é interessante observar um trecho do próprio Brentano em que ele discute o uso do termo consciência.

Para qualquer uso da palavra (consciência), teremos que decidir se ela não pode ser mais prejudicial do que útil. Se quisermos enfatizar a origem do termo, sem dúvida teríamos que restringi-lo aos fenômenos cognitivos, seja a todos ou a alguns deles. Mas é óbvio que raramente faz sentido fazê-lo, já que as palavras muitas vezes mudam de seu significado original e nenhum dano é causado. Obviamente, é muito mais conveniente usar esse termo de maneira a designar uma importante classe de fenômenos, especialmente quando falta um nome adequado para ele e uma lacuna

¹⁰Para mais informações sobre a lacuna explicativa, consultar o item 5.2 de Van Gulick (2022)

discernível é preenchida. Por esta razão, portanto, prefiro usá-lo como sinônimo de “fenômeno mental” ou “ato mental”. Pois, em primeiro lugar, o uso constante dessas designações compostas seria incômodo e, além disso, o termo “consciência”, por se referir a um objeto do qual a consciência é consciente, parece ser apropriado para caracterizar fenômenos mentais precisamente em termos de sua característica distintiva, ou seja, a propriedade da in-existência intencional de um objeto, para o qual não temos uma palavra de uso comum. (Brentano, 2009, p. 78-79)

Fica claro nessa passagem que o uso do termo consciência em Brentano não é apenas o conceito de consciência fenomenal de forma intransitiva, mas sim que o autor utiliza o fenômeno transitivo do ato mental da experiência, de forma similar à consciência fenomenal. Dessa forma, o autor entende o fenômeno da consciência fenomenal, e de certa forma, esse fenômeno está contido no seu conceito de consciência, mas isso não é o suficiente para igualar o termo “consciência” em Brentano ao termo contemporâneo de “consciência fenomenal”.

Apesar dos argumentos de Kriegel estarem corretos e fazerem sentido, eles são insuficientes para concluir o seu ponto de vista. Na verdade, esses argumentos são compatíveis com a visão de Mendelovici. Portanto, eu considero que Brentano, ao utilizar o termo consciência, não está simplesmente utilizando – anacronicamente – o termo consciência fenomenal.

Esta passagem de Brentano deixa mais claro que o autor entende a consciência de forma transitiva. Quando Brentano diz:

o termo “consciência”, por se referir a um objeto do qual a consciência é consciente, parece ser apropriado para caracterizar fenômenos mentais precisamente em termos de sua *característica distintiva*, ou seja, a propriedade da in-existência intencional de um objeto, para o qual não temos uma palavra de uso comum. (Brentano, 2009, p. 79; 2015. P 107) (grifo meu).

O que Brentano está deixando explícito nessa passagem é que ele entende a consciência como algo que se refere a um objeto. A consciência é consciência de alguma coisa, dessa forma, a consciência não trata os fenômenos mentais como um fenômeno por si só, mas ele traça uma relação entre os fenômenos mentais e os objetos aos quais o fenômeno mental se refere. Por exemplo, quando digo que estou consciente da bola, não estou simplesmente afirmando que a minha visão está consciente, mas sim que existe uma relação entre o fenômeno mental da visão, e a bola, inclusive, este mesmo indivíduo portador do fenômeno mental pode estar consciente da bola, mas ignorante de diversos outros objetos presentes no mesmo cenário, ou até mesmo sob certos aspectos visuais particulares da bola, como uma possível mancha na bola.

Dessa forma, concordo com a proposição de Mendelovici de que no conceito de

consciência de Brentano o fenômeno da consciência fenomenológica está presente, mas isso não é o suficiente para definir como o autor trata a consciência. Afinal, o autor não trata a consciência como um fenômeno separado de outras entidades. A Consciência, em Brentano, seria uma propriedade relacional¹¹ dos estados mentais, e portanto, a tese de que Brentano entende a consciência de maneira transitiva faz bastante sentido.

3.1 A NÃO EXISTÊNCIA DE ATOS MENTAIS INCONSCIENTES

Em sua teoria sobre a consciência, Brentano deixa claro a seguinte proposição: “Não existe consciência inconsciente”. Apesar de parecer uma obviedade, Brentano argumenta que não. Para isso, em uma nota de rodapé ele diferenciara o termo “inconsciente” de duas maneiras, uma passiva e outra ativa.

Nós usamos o termo “inconsciente” de duas maneiras. Primeiro, em um sentido ativo, falando de uma pessoa que não tem consciência de uma coisa; em segundo lugar, em um sentido passivo, falando de uma coisa da qual não temos consciência. No primeiro sentido, a expressão “consciência inconsciente” seria uma contradição, mas não no segundo. É neste último sentido que o termo “inconsciente” é usado (BRENTANO, 2009, p. 79; 2015, p. 108)

Ao aplicarmos o primeiro sentido de inconsciente à frase, temos como resultado um absurdo, pois significaria que alguém estaria consciente de alguma coisa, sem estar consciente dessa coisa. Ora, se alguém está consciente de alguma coisa, esse estar consciente pressupõe ser consciente de algo. Existir um sujeito consciente de alguma coisa sem que o sujeito tenha consciência dessa coisa é contraditório. Dessa forma, quando uso “inconsciente” no sentido ativo, eu estou tanto afirmando quanto negando a consciência do sujeito, assim fica claro perceber que se “inconsciente” é entendido no sentido ativo, a expressão “consciência inconsciente” é contraditória.

Dessa forma, para que a frase de Brentano tenha algum sentido é preciso aplicar o sentido passivo para a frase. Nesse segundo caso, alguém teria um estado mental, e esse estado mental apesar de ser consciência de algo, não estaria intransitivamente consciente, isto é, não seria objeto da consciência do indivíduo.

Podemos entender essa distinção de inconsciente de uma outra maneira, através do

¹¹ Existem controvérsias quanto à propriedade relacional da consciência em Brentano devido o objeto ser imanente ao estado mental. Esse debate não será tratado aqui devido a sua grande extensão. Cf: JACQUETTE, Dale. Brentano’s concept of intentionality. *The Cambridge Companion to Brentano*, p. 98-130, 2004.

seu oposto. A inconsciência em um sentido ativo é o oposto da consciência transitiva. Ou seja, o indivíduo não está consciente de alguma coisa. Já o oposto da inconsciência no sentido passivo é a consciência de estado, ou seja, como objeto da ação de estar consciente, dizer que existe um estado mental que o indivíduo não está consciente dele.

Ao explicar a diferença entre inconsciência ativa e inconsciência passiva, o que Brentano procura é deixar claro que “consciência inconsciente” sendo o inconsciente no sentido passivo, não é um conceito logicamente contraditório. O motivo do autor afirmar que “Não existe consciência inconsciente” não é a aparente contradição do termo.

Para melhor entendermos a proposição de Brentano, Kriegel(2018, p.21) sugere uma substituição de um dos termos de consciência para simplesmente ciência¹². Assim, acredito que o melhor termo para ser substituído seja a concepção ativa de consciência. Dessa forma, a proposição de Brentano pode ser formulada da seguinte maneira: *Não existe consciência sem ciência*. Ao afirmar isto, o que Brentano quer negar é a afirmação de que existem estados conscientes dos quais não estamos cientes. Isto é, não existe consciência de estado sem consciência transitiva.

Para mostrar que não existem atos mentais inconscientes, Brentano procura refutar quatro argumentos a favor dessa existência.

- Prova Causal
- Prova do Efeito.
- Prova da Intensidade
- Prova do Regresso ao Infinito

A prova causal tenta provar que de alguma forma os estados mentais inconscientes são causas de certos fatos da experiência. A segunda é o oposto, prova do efeito, tenta provar que os estados mentais inconscientes são, de alguma forma, causados por algum fato da experiência. A Prova da intensidade defende que os estados mentais só se tornam conscientes quando o fenômeno mental chega a um certo nível de intensidade. Finalmente, a prova do regresso ao infinito tenta mostrar que, se todos os estados mentais são conscientes passivamente, isto é, são objetos da consciência, e os estados dos quais eles são objetos, são também conscientes de modo que teriam de ser objeto de um outro estado. Dessa forma, a negação do inconsciente levaria a um regresso infinito de estados mentais

¹²No original em inglês Kriegel utiliza a palavra “Awareness” para traduzir “Bewusstsein” do alemão e decide não utilizar a palavra “consciência” para evitar confusão. Eu decidi evitar a palavra “consciência” pelo mesmo motivo de Kriegel. Dessa forma, utilizo a palavra “ciência” como tradução de “Bewusstsein” e “Awareness”. Do contrário a frase ficaria “Não existe consciência sem consciência” o que pode causar uma confusão desnecessária.

conscientes, o que seria, obviamente, um absurdo.

Existem três formas do modelo causal ocorrer, a primeira é mostrando que os fenômenos clarividentes como pressentimentos, premonições e coisas dessa ordem são produtos de estados mentais inconscientes. Brentano rapidamente descarta essa possibilidade, afirmando que “as tentativas de provas baseadas nos fenômenos da chamada clarividência, pressentimento, premonição, etc., só podem ser de valor duvidoso.”(BRENTANO, 2009, p 81; 2015, p 111). A segunda maneira é através dos feitos de gênios. Brentano também descarta essa possibilidade, ao afirmar que se os feitos de grandes gênios, como Newton são bem documentados, e caso não fossem documentados, o motivo é que os gênios atrás desses feitos simplesmente esqueceram os passos ou simplesmente não os documentaram. Brentano afirma que, ao colocar estados mentais inconscientes como causas dos feitos de gênios, ou de qualquer outro fato da experiência é convocar um *deus ex machina* para explicar tais fenômenos. A terceira maneira seria mostrar que os estados inconscientes são causas de certos fatos empíricos, como memória muscular, julgamentos instintivos, etc. Brentano descarta essa possibilidade, e o faz ao dizer que “O que é possível no reino físico, no entanto, também é possível no reino psicológico.” (BRENTANO, 2009, p 84; 2015, p.114). Portanto, esses fatos empíricos podem acontecer devido a diversas causas, assim como no reino físico, uma situação pode acontecer com diversas causas. Além disso, Brentano classifica esses exemplos anteriores tanto como psicológicos quanto como físicos.

Brentano fornece alguns exemplos para mostrar que os fatos empíricos citados não são causados por estados mentais inconscientes, um destes exemplos é o caso da visão cega (BRENTANO, 2009, p.85) , que também foi discutido no capítulo anterior. Brentano tenta explicar que esse e outros fenômenos não são causados por estados mentais inconscientes, e que os pesquisadores inferem que são causados por estados mentais inconscientes devido à falta de um outro conceito. Por exemplo, sobre a visão cega, Brentano diz que “Lange não conseguiu excluir a possibilidade de qualquer outra hipótese.” (BRENTANO, 2009, p.85 ; 2012, p. 116). A seguir, Brentano tenta fornecer explicações de ordem fisiológica para os demais exemplos (2009, p. 87; 2012, p. 118-119).

Ou seja, Brentano critica que os pesquisadores simplesmente assumam que as causas dos fenômenos sejam atos mentais inconscientes sem que excluam outras hipóteses. Para o autor, esses fenômenos possuem explicações que se adequam perfeitamente a sua tese de que não existem estados mentais inconscientes.

Para ilustrar uma situação da prova do efeito, Brentano utiliza o exemplo do som das ondas:

Quando uma onda atinge a praia, ouvimos o rugido das ondas e temos consciência de ouvir. Mas quando apenas uma gota é posta em movimento, pensamos que não ouvimos nenhum som. No entanto, diz-se, devemos supor que também neste caso temos uma sensação auditiva, pois o movimento da onda é o movimento simultâneo de suas gotas individuais, e a sensação da onda rugindo só pode ser composta pelas sensações auditivas produzidas pelas gotas. Ouvimos, mas ouvimos inconscientemente. (BRENTANO, 2009, p.90; 2015, p.121-122)

Brentano considera esse argumento falacioso, e portanto, o descarta. Para o autor, a soma de forças gera uma mudança qualitativa além de uma quantitativa (BRENTANO, 2009, p.90; 2015; p. 122). Para ilustrar isso, Brentano dá o exemplo da mudança de estados da água, que mudam as propriedades qualitativas da água conforme a variação de temperatura. Importante notar que não é apenas quantidade de temperatura que muda a qualidade da água, já que uma água a 5 °C não é menos congelada que a água a 0 °C, ela simplesmente não é congelada, assim como uma água a 90 °C também não está congelada.

Usando essa analogia, Brentano afirma que mesmo que um evento físico muito forte aconteça, isso não é garantia para que uma versão menos intensa desse mesmo evento produza as mesmas qualidades da versão mais intensa. Portanto, as pequenas gotas de água que formam uma onda não são necessariamente audíveis.

A prova da intensidade, tem como base a lei de Weber e Fechner que diz que “a intensidade da sensação é igual à intensidade com que o fenômeno físico aparece na sensação.” (BRENTANO, 2009,p.93; 2015,p.125). Brentano descarta essa relação, e afirma que não existem provas para afirmar essa relação entre as duas intensidades (BRENTANO, 2009,p.92; 2015,p.125). Brentano também discorda do que Fechner chama de representação inconsciente e afirma que o que Fechner chama de representação inconsciente é apenas uma disposição para uma representação. Portanto, a prova da intensidade não possui fundamentação.

“Não há atos mentais inconscientes, pois onde quer que exista um ato mental de maior ou menor intensidade, é necessário atribuir igual intensidade à apresentação que o acompanha e da qual esse ato é objeto.” (Brentano, 2009, p.93)

Além disso, Brentano argumenta que, caso a lei de Weber e Fechner fosse correta, a conclusão seria o contrário do que os autores acreditam. Ora, se a intensidade de uma representação é igual à intensidade do fenômeno físico, isso quer dizer que a intensidade da representação da representação (percepção interna) também seria igual à do fenômeno físico.

Finalmente, a prova do regresso ao infinito é a mais importante tentativa de provar os estados inconscientes, pois não só tenta reduzir ao absurdo a existência de estados inconscientes como é através do seu desenvolvimento que Brentano chega ao principal

aspecto da sua teoria.

Para melhor entender como Brentano se livra do regresso ao infinito, é preciso entender o principal conceito dentro da sua teoria da consciência: A percepção interna. Para isso, precisaremos explicar a teoria da consciência de Brentano.

3.2 A TEORIA DE BRENTANO

A inexistência de estados mentais inconscientes é uma das grandes teses que Brentano assume na psicologia do ponto de vista empírico. Além disso, outras duas grandes teses aparecem e elas são o centro da teoria Brentaniana sobre a consciência. No começo do capítulo dois do segundo livro da *Psicologia do ponto de vista empírico*, Brentano cita o que seriam essas duas teses: “Vimos que não existe fenômeno mental que não seja, no sentido indicado acima, consciência de um objeto. [...] Todos os fenômenos mentais são estados de consciência.” (BRENTANO, 2009, p. 79; 2015, p. 107).

Estas duas teses podem ser expostas de uma outra maneira.

B) Os indivíduos são ativamente conscientes.¹³

A) Todo estado mental é passivamente consciente.

Como o sentido ativo está ligado a consciência que um sujeito tem de algo, isto é, da consciência transitiva, e o sentido passivo de consciência, é uma consciência de estado, isto é o objeto sofre a ação da consciência do sujeito, teremos que:

A1) Todos os estados mentais são conscientes de algo.

B1) Todos os estados mentais são objetos da consciência.

Ainda referente às suas duas teses, Brentano afirma que:

Há, sem dúvida, ocasiões em que estamos conscientes de um fenômeno mental enquanto ele está presente em nós; por exemplo, enquanto temos a representação de um som, temos consciência de tê-lo. Agora surge a pergunta, nesse caso, temos várias representações heterogêneas ou apenas uma?(Brentano, 2009, p.97-98; 2015, p. 132)

O que Brentano diz é que enquanto um som está consciente (no sentido de objeto da consciência) nós também estamos conscientes de ouvir o som (no sentido transitivo). Essa consciência de ouvir o som necessita de uma segunda representação?

Para responder a pergunta do próprio Brentano, Kriegel (2018, P. 21) formulará o que ele chamou de Princípio da Ciência [Awareness] Este princípio diz que: *Para qualquer*

¹³A distinção original de Brentano é a respeito do termo “inconsciência”. Usarei os mesmos termos “ativo” e “passivo” para distinguir dois tipos do termo “consciência”

estado mental M de um sujeito S, se M é um estado da consciência de S, então S possui ciência de M. Então, a experiência consciente de uma árvore envolve necessariamente a ciência desta experiência. Como a ciência é por si só um ato mental, além da ciência da árvore também deveria existir a ciência da ciência da árvore, então como Brentano se livra do quarto argumento a favor da existência de estados inconscientes, isto é, do regresso ao infinito?

A representação do som e a representação da representação do som formam um único fenômeno mental é apenas considerando (*betrachten*) a sua relação com dois objetos diferentes, um sendo o fenômeno físico e o outro o fenômeno mental, que nós dividimos conceitualmente em duas representações. (Brentano, 2009, p. 98; 2015, p. 132)

Então, ao considerarmos uma situação normal de um indivíduo escutando um som, temos primeiramente uma relação entre o estado mental de ouvir o som, e o fenômeno físico do som, isto é, do objeto intencional. Essa relação é uma representação do som. Em seguida temos uma segunda relação entre o estado mental do som consigo mesmo. Essa relação também é uma representação. Uma aparente representação metapsicológica. Portanto, teríamos duas representações, a representação do som, e a representação da representação do som?

Se o objeto intencional da primeira representação é o fenômeno físico do som, qual seria o objeto intencional da segunda representação? Para responder isso, Brentano afirma que “Podemos dizer que o som é o objeto primário do ato de ouvir, e que o próprio ato de ouvir é o objeto secundário.” (BRENTANO, 2009, p.98; 2015, p. 133)

Portanto, a ciência da árvore não é um estado mental separado, e sim uma percepção interna do próprio estado mental sobre ele mesmo. Para Brentano, todos os atos mentais conscientes são internamente percebidos. Dessa forma, dentro do estado mental existe um conteúdo metapsicológico, isto é, uma parte do estado mental cuja função é representar a si mesmo.

Esse direcionamento a si mesmo, é a percepção interna, e isso é o que leva o ato mental a ser conscientemente experienciado. Por exemplo, quando vejo uma árvore existe um objeto primário da minha visão, a árvore. Mas também, existe um objeto secundário que é a representação da árvore. Consequentemente, isso gera um conteúdo metapsicológico do estado mental. Brentano deixa clara a divisão entre objeto primário e secundário no seguinte trecho: “A consciência do objeto primário e a consciência do objeto secundário não são cada um fenômeno distinto, mas dois aspectos de um e o mesmo fenômeno unitário;” (Brentano, 2009 ,p. 120; 2015, P.162).

Portanto, em qualquer estado mental, existem duas partes de um mesmo fenômeno

mental. A primeira parte é a percepção externa, que capta o estado físico (ouvir um som, por exemplo), a outra parte é a percepção interna do estado mental do qual ele faz parte (o ato de ouvir, por exemplo). Como existe apenas um único estado mental, e ele é tanto consciência do objeto quanto consciente de si mesmo, não existe nenhum regresso ao infinito. Com a última possibilidade de existência de estados mentais inconscientes refutados, Brentano reafirma a sua declaração de que não existem estados mentais passivamente inconscientes.

Entretanto, é possível argumentar que existe uma regressão ao infinito interno dentro da teoria de Brentano. Marchesi(2018, p. 1) argumenta “que a regressão infinita interna acaba sendo inerente à consciência interior brentaniana.” Como a percepção interna representa a representação da árvore, poderia existir uma terceira parte do estado mental que representasse a percepção interna. Marchesi afirma que:

- A percepção interna é parte de um estado mental M.
- A consciência de M implica consciência de todas as partes de M.
- A percepção interna de X não é igual à percepção interna de uma parte de X.

Se temos um estado mental M qualquer, temos uma percepção interna de M. Essa percepção interna é parte de M e representa todas as partes de M. Portanto, existe uma representação da percepção interna, isto é, uma representação da representação. Marchesi continua, a representação da representação é também uma parte de M, logo, é preciso uma outra representação sobre essa parte e assim *ad infinitum*.

Para simplificar: M é um estado mental qualquer; P1 é a percepção interna que representa M; P2 é a percepção interna que representa P1 representando M; P3 é a representação interna que representa P2 representando P1 representando M e assim sucessivamente.

Brentano está ciente dessa possível crítica e se pergunta: “Quando temos a representação de um som ou outro fenômeno físico e temos consciência dessa representação, também temos consciência dessa consciência ou não?” (BRENTANO, 2009, p.99; 2015, p.134). O que Brentano quer perguntar é se temos uma percepção interna que represente a representação da representação do som, isto é, uma tripla representação.

Brentano responde que sim, que existe consciência da consciência. Entretanto, se existe a consciência da consciência, como podemos negar a consciência da consciência da consciência e portanto, o novo regresso ao infinito?

Brentano tenta, sem sucesso, solucionar essa questão resgatando a ideia Aristotélica

de que diferentes tipos de percepção estão envolvidas na visão, na audição, etc. Brentano resgata a noção de que “através da audição não apenas o som, mas também o ato de ouvir (é percebido) , mesmo que esta última percepção não seja realmente um ato de audição.”(BRENTANO, 2009, p.101; 2015, p.136). Ou seja, tanto o silêncio quanto o som e o ato de ouvir estão intimamente relacionados, eles se integram para formar um todo. Isto é, “o ato mental de ouvir torna-se ao mesmo tempo seu próprio objeto e conteúdo, tomado como um todo.” (BRENTANO, 2009, p.100; 2015, p.135).

Essa relação de um todo complexo fica explícita quando Brentano afirma que o som somente existe quando há algo ou alguém para ouvi-lo.(BRENTANO, 2009, p. 101; 2015, p.136) Portanto, quando a parte do estado mental executa a percepção interna, ele percebe não apenas o primeiro objeto, mas o estado mental como um todo do qual ele faz parte. Dessa forma, nós estamos conscientes da nossa consciência sem a necessidade de um estado mental externo.

“Esses resultados mostram que a consciência da representação do som ocorre claramente junto com a consciência dessa consciência, pois a consciência que acompanha a representação do som é uma consciência não tanto dessa representação quanto de todo o ato mental em que o som é representado, e no qual a própria consciência existe concomitantemente.” (BRENTANO, 2009, p. 100)

O que Brentano argumenta é que a percepção interna representa não apenas a parte de si mesma responsável por representar o mundo externo, mas também, ela funciona como uma consciência tripla. Isto é, ela representa a si mesma como um todo, incluindo a parte do estado mental que é metapsicológico. Dessa forma, existe sim a representação da representação da representação, como apontado anteriormente, mas esta tripla representação está incluída na entidade metapsicológica que faz parte do estado mental, pois esta entidade representa o estado como um todo, e portanto representa também a si mesmo.

Portanto, o argumento de Marchesi de que existe um regresso ao infinito interno na teoria de Brentano se sustenta em relação às representações, mas não em relação às entidades metapsicológicas. É verdade que em um estado mental M existe uma percepção interna P1 que representa M. Também é verdade que P1 é também uma parte de M e existe uma representação de P1, isto é, uma percepção interna de P1, P2. Entretanto, o que Marchesi deixa de lado é a relação mereológica entre essas partes, $P2 \subset P1 \subset M$. Assim como $P1 \subset$ em $P2$, pois a representação interna representa o estado como um todo. Dessa forma, a entidade metapsicológica P2 já existe em P1. Caso ocorra um P3, $P3 \subset P2 \subset P1 \subset M$. Entretanto, por mais que as percepções internas aumentem, todas elas já faziam parte da primeira percepção interna, portanto a suas existências separadas não fazem sentido,

elas continuam como partes de um todo, dessa forma apesar do aparente regresso ao infinito, as entidades metapsicológicas não são infinitas. Se temos uma representação qualquer M que possui uma percepção interna P1 que representa M e temos uma representação P2 que representa P1 que representa M, na teoria de Brentano $P2 \subset P1$. O próprio estado P1 representa a si mesmo enquanto representa M.

Apesar de não existir regresso ao infinito das entidades metapsicológicas, o mesmo não pode ser dito das representações. Tanto M quanto P1 e P2 são representações do mesmo estado mental. Apesar de P2 estar contido em P1 o número de representações não diminui. Portanto, ainda existiria um número infinito de representações mesmo que exista um número limitado de entidades metapsicológicas. Isso ocorre porque as entidades metapsicológicas, na teoria de Brentano, não são limitadas a apenas uma representação.

Dessa forma, nós temos um estado mental M que possui uma entidade metapsicológica interna E que através da representação interna P1 representa M como um todo. Devido à entidade metapsicológica E não se limitar a apenas uma representação e existir a necessidade de representar a si mesmo, então existe uma outra representação interna à P1, P2 e assim por diante.

É como se um espelho pudesse se auto refletir, a quantidade de espelhos se manteria igual, mas o seu reflexo de si mesmo seria infinito pois ele sempre teria que refletir o seu próprio reflexo.

É importante deixar claro que existe uma diferença entre a percepção interna, e a introspecção (observação interna) como aponta Brentano(2009, p. 22; 2015, P.29). Em Brentano, a introspecção é como um ato mental de ordem superior, ou seja, um ato mental que possui como objeto um outro ato mental temporalmente anterior à introspecção. (BRENTANO, 2009, P. 26; 2015, p. 35). A observação interna direta em Brentano é impossível, só é possível uma observação interna indireta, mediada pela memória. Já a percepção interna é quando o ato mental é direcionado ao objeto, mas também é direcionado a si mesmo. Por ser um estado mental que possui como objeto um outro estado mental, a introspecção também é uma atitude metapsicológica.

Uma das características da percepção interior é que ela nunca pode se tornar uma observação interior. Podemos observar objetos que, como dizem, são percebidos externamente. Na observação, dirigimos toda a nossa atenção a um fenômeno para apreendê-lo com precisão. Mas com objetos de percepção interior isso é absolutamente impossível. (BRENTANO, 2009, p.22; 2015, p. 29-30)

Com esse trecho, é possível perceber bem a diferença entre percepção interna e observação interna, isto é, a introspecção. Ao dizer que “Na observação, dirigimos toda a nossa atenção a um fenômeno” é possível deduzir uma ideia de que a introspecção é

voluntária. Isto é, nós decidimos quando ficarmos introspectivos a um determinado estado mental passado. Além disso, também é possível perceber que a introspecção é momentânea, ela acontece somente em alguns momentos, quando o indivíduo particular decide ficar em um estado introspectivo.

Sobre a percepção interna, Brentano diz que

No entanto, além de ter um objeto especial, a percepção interna possui outra característica distintiva: sua autoevidência imediata e infalível. De todos os tipos de conhecimento dos objetos da experiência, somente a percepção interna possui essa característica. Conseqüentemente, quando dizemos que os fenômenos mentais são aqueles que são apreendidos por meio da percepção interna, dizemos que sua percepção é imediatamente evidente. (Brentano, 2009, p. 70; 2015. P. 95)

O que Brentano pode querer dizer com isso é que, a experiência consciente é evidente, imediata e infalível mesmo que, essa experiência seja fruto de um fenômeno físico errôneo ou que não deveria causar essa experiência consciente mental. Kriegel (2017b, P. 17) argumenta a favor disso utilizando a história do trote da lâmina de gelo que foi explicada no capítulo anterior.

Devido aos alunos veteranos enganarem os alunos novatos, eles possuem uma experiência de dor. Apesar dos efeitos físicos não serem compatíveis com a experiência de dor, o relato dos alunos é de que a experiência que eles sentem é de dor e não de frio. Pois, para o sujeito ter a experiência fenomenológica da dor, é necessário apenas que o sujeito possua uma percepção interna da dor mesmo que os efeitos físicos externos não sejam agentes causadores de dor.

A evidência, a imediaticidade e a infalibilidade, são, portanto, as três características epistêmicas da percepção interna, e essas características são responsáveis por separar a percepção interna da percepção externa, e de qualquer outro tipo de percepção, conhecimento, ou apreensão que se possa ter.

É possível entender mais características sobre a percepção interna se a formos como contraponto da introspecção. Devido a percepção interna ser totalmente diferente da introspecção, Kriegel (2017, p.25) elenca três características da percepção interna:

- A percepção interna é involuntária.
- A percepção interna não é um exercício de atenção e
- A percepção interna está o tempo inteiro presente na mente do indivíduo.

Com essas características é possível chegar a outras duas proposições sobre a percepção interna:

C) Apenas atos mentais podem ser percebidos internamente.

D) Todos os atos mentais podem ser percebidos internamente.

Como ilustrado pelo exemplo da lâmina de gelo, e como dito anteriormente, a percepção interna é autoevidente, imediata e infalível. Portanto:

C1) Apenas os atos mentais são autoevidentes, imediatos e infalíveis

D1) Todos os atos mentais são autoevidentes, imediatos e infalíveis.

Apesar de Brentano ter sido o primeiro a admitir a possibilidade lógica de estados mentais inconscientes, em sua teoria da consciência, todos os estados mentais são internamente percebidos, de modo que todos eles são conscientes

Brentano deixa claro ao afirmar que não existe consciência sem ciência. Além disso, diversas passagens da sua literatura deixam isso bastante evidente. Por exemplo, a seguinte passagem do livro *Psicologia Descritiva* (1982): “Tudo o que é psíquico cai sob a percepção interna. Mas isso não significa que tudo é notado.¹⁴” (Brentano, 1982, p.129). Dessa forma, não apenas todos os atos mentais podem ser percebidos internamente, como na verdade, todos os atos mentais obrigatoriamente são percebidos internamente¹⁵

Existem diversas outras passagens na *Psicologia do ponto de vista empírico* (2015) que corroboram para essa conclusão. Incluindo uma das seções do livro que se chama “não existe ato mental inconsciente” e uma outra chamada “Todo ato mental é percebido internamente”.

Kriegel resume bem a consciência de Brentano na seguinte passagem:

Imagine uma pessoa paralisada que não pode mover o pescoço nem fechar os olhos à vontade. Ela não tem controle sobre o que lhe aparece visualmente, embora possa decidir prestar atenção a um ou outro elemento em seu campo visual. De acordo com Brentano, estamos todos nessa posição quando se trata de nossa percepção de nosso próprio fluxo de consciência: não temos controle sobre o que nos aparece, embora possamos decidir atender a um ou outro elemento em nosso fluxo de consciência. Aquilo pelo qual nossa própria vida consciente nos aparece desatenta, involuntária e ubíqua é o que Brentano chama de percepção interior. (Kriegel, 2017, p.26)

Então, para Brentano, não temos controle sobre a nossa consciência, e o aparente controle do que se passa na nossa mente vem da introspecção. No já citado caso do religioso que passa em frente uma igreja, dentro do sistema de Brentano, esse religioso está

¹⁴Com o “tudo é notado”, Brentano não quer dizer consciência sem ciência, mas sim observado internamente, isto é, sob efeito de introspecção.

¹⁵Importante mencionar que estas seções não estão presentes na edição de 2015, mas estão presentes na edição de 2009.

– através da percepção interna – o tempo inteiro consciente de sua crença religiosa, entretanto, ao ser perguntado do motivo das suas ações, ele entra, deliberadamente em um estado de introspecção, isto é, de observação interna, sobre a sua crença.

Mas como poderia alguém ter consciência o tempo inteiro de suas crenças? Além de consciência de tudo aquilo que está ao seu redor, as cores, os sons, as sensações tácteis, etc. Como Brentano explica alguns casos em que nós vemos mas não percebemos algo, como quando estamos procurando um chaveiro em uma determinada gaveta e sem sucesso, decidimos procurar em um outro local. Apenas depois de um determinado tempo voltamos a procurar na gaveta e encontramos a chave, descartando a possibilidade de que alguém colocou o chaveiro lá, como foi possível para nós estarmos conscientes do chaveiro (afinal, ele estava na gaveta e a luz do chaveiro chegou aos meus olhos) e não perceber o chaveiro?

Para explicar isso, Brentano se utiliza de diferentes intensidades dos atos mentais. Para Brentano, a intensidade do ato mental da representação do objeto, é a mesma intensidade da representação metapsicológica da representação, isto é, da percepção interna do objeto. Portanto, se tivermos um ato mental de pouca intensidade, a parte metapsicológica deste mesmo ato, isto é, a percepção interna deste ato mental também será de pouca intensidade.

Nossa conclusão anterior, portanto, permanece inalterada. Se a força de uma representação consciente aumenta e diminui, a força da representação acompanhante que se refere a ela aumenta e diminui no mesmo grau, e ambos os fenômenos têm sempre o mesmo nível de intensidade. (Brentano, 2009, P. 105; 2015, p. 141)

Se correta, essa conclusão não apenas refuta qualquer tentativa possível de provar a existência de representações inconscientes com base na relação funcional em discussão, mas, como já indicamos acima, pode ser considerada como uma prova de que realmente não existem representações inconscientes no nosso sentido do termo. (Brentano, 2009, P. 105; 2015, p. 141)

Dessa forma, quando dizemos que existem atos mentais inconscientes, os atos mentais não são inconscientes, e sim apenas de baixíssima intensidade.

Além disso, existe um outro ponto importante que merece ser destacado em relação a Brentano e os estados mentais inconscientes. Brentano acredita que muitos desses fenômenos que parecem ser inconscientes, são, na verdade, meras disposições.

“Da mesma forma, pode ser apenas por causa do hábito que, quando colocados em situações semelhantes, os animais antecipam efeitos semelhantes. O que é aqui uma disposição adquirida [...] Nesse caso, estaríamos errados em falar de inferências inconscientes, isto é, de inferências cujas premissas permaneceram inconscientes.” (Brentano, 2009, p.84)

Portanto, alguns fenômenos que parecem surgir de premissas inconscientes não passam de certas disposições que podem ser inatas ou adquiridas com o tempo.

Dessa forma, Brentano entende ter refutado a noção de que existem atos mentais inconscientes, e mais uma vez afirma que todos os nossos atos mentais são conscientes, e portanto, percebidos internamente. Portanto, quando procuramos o chaveiro e falhamos em encontrá-lo na gaveta, não estávamos inconscientes do chaveiro. Apenas a intensidade dessa consciência estava em um nível abaixo da intensidade dos outros aspectos do nosso campo visual.

3.3 BRENTANO E O MODO COMO É

Como visto anteriormente, Brentano utiliza dentro da sua noção de consciência, o fenômeno da consciência fenomenal, isto é, o caráter experienciável, o modo como é ter uma experiência. Portanto, é preciso entender qual o papel desse caráter experienciável dentro da teoria da consciência de Brentano, isto é, qual o papel das sensações e das qualidades sensoriais dentro da teoria.

Como vimos no capítulo anterior, as sensações são estados mentais que requerem explicações mais elaboradas, e um interesse maior em qualquer um que proponha uma resposta para o problema da consciência. Brentano também se debruça sobre as sensações no livro *Psicologia Descritiva* e para auxiliar a nossa pesquisa, pretendo introduzir os pensamentos de Brentano sobre esse problema.

Brentano entende a sensação como o ato mental de sentir alguma coisa, uma visão, um som, um tato etc. Portanto, esse ato mental possui uma intencionalidade, isto é, o estado mental é acerca de alguma coisa. O estado mental da sensação, para Brentano, é acerca dos objetos sensoriais que Brentano durante todo o livro chama de objetos concretos.

A esses estados mentais que são acerca de objetos sensoriais, ou concretos, Brentano diz que estes estados são atos psíquicos fundamentais.

Se olharmos para aqueles atos psíquicos que, por serem fundamentais, pertencem à primeira classe principal, eles são, sem exceção, atos que têm fenômenos sensoriais como objetos primários. Ou seja, eles contêm como relação primária uma representação de conteúdo sensorial concreto. (BRENTANO, 1982, p. 91)

Os atos que possuem os fenômenos sensoriais como objetos primários, podemos entender como as sensações, ou seja, as sensações são os únicos atos mentais

fundamentais, e representam os objetos sensoriais. Como vimos anteriormente na teoria de Brentano, os estados mentais representam os seus objetos e também representam a si mesmos de maneira metapsicológica, portanto, as sensações representam não só os objetos sensoriais, mas também representam a si próprias como objetos secundários da representação.

Mas qual a relação existente entre a sensação e o objeto primário? Essa relação vai além da simples representação? Sim, para Brentano, a relação da sensação com o objeto primário (sensorial) é “sem exceções, a representação, e uma aceitação assertórica cega.” (BRENTANO, 1982, p. 92). Isto é, quando um indivíduo ouve um som, os seus estados mentais não apenas representam o som, mas também o julgam como verdadeiro. Importante destacar que esse julgamento existe com todos os estados mentais, e não apenas com as sensações. Brentano não considera que o som exista por contra própria, o som somente existe junto com o ato de ouvir. “Só podemos dizer que algo realmente produz um som se também existe um sujeito que realmente ouve esse som.” (BRENTANO, 2009, p.101 ; 2015, p. 136)

Esse tipo de existência é comum a todos os objetos sensoriais. Além disso, Brentano estabelece que os objetos sensoriais:

têm uma determinação espacial específica[...] Eles [objetos sensoriais] têm uma segunda determinação específica que, como parte penetrante da determinação espacial, ocupa o lugar. No caso das experiências, essas segundas determinações específicas são chamadas qualidades (BRENTANO, 1982, p.94)

Isto é, os objetos sensoriais são divididos em duas partes, a espacial e a qualidade. Essas características que Brentano estabelece para os objetos sensoriais são de grande importância para entendermos algumas particularidades sobre como nós percebemos o mundo. Brentano defende que os objetos sensoriais não podem mudar suas características espaciais, ou seja, sua extensão e sua localização. Entretanto, os objetos podem mudar suas qualidades, portanto, um ponto azul pode se tornar vermelho, mas não pode mudar de local. (BRENTANO, 1982, p.19).

Brentano defende essa ideia afirmando que a localização de um certo ponto no espaço é o responsável individualizar os objetos sensoriais. Além disso, é a localização do objeto sensorial a responsável pela sua identidade numérica. Portanto, se um objeto sensorial se move no espaço, ele perde a sua individualidade, e sua identidade numérica, logo, é impossível um objeto se mover no espaço.

Se os objetos sensoriais possuem sua localização fixa, então como podemos explicar as cores como laranja ou roxo? Cores que são formadas a partir de misturas de

outras cores? Brentano explica essa junção das qualidades sensoriais através do que Massin (2017) chama de o tabuleiro de xadrez de Brentano. Isto é, o nosso campo sensorial seria composto por minúsculos espaços, como pixels na tela de um computador, e esses espaços são preenchidos por uma qualidade sensorial, ou são vazios.

As cores como roxo, laranja, verde, etc são compostas por diversos desses espaços preenchidos com as cores primárias que as formam. Apesar de ser mais fácil de imaginar como funciona esse tabuleiro de xadrez com cores, essa forma de organizar nosso campo sensorial não está restrita às cores. Como todos os objetos sensoriais possuem sua parte espacial, esses espaços podem ser preenchidos com sons, ou qualquer outra sensação.

Brentano ainda destaca uma particularidade destes espaços no campo sensorial “Novamente, é possível falar de partes maiores e menores neste contexto. Os menores serão menos ou nada perceptíveis.”(BRENTANO, 1982, p.64). Utilizando essa diferença de tamanhos para explicar os diferentes níveis de intensidade das sensações. É importante ressaltar que apesar desses espaços poderem ser vazios, isso não se aplica à sensação da visão. Todos os espaços da visão estão preenchidos com alguma qualidade.

Brentano utiliza esses espaços e os objetos sensoriais para classificar os diferentes tipos de sensação. Todos os objetos sensoriais são divididos em claro e escuro. As cores são mais claras ou mais escuras, os tons são mais claros ou mais escuros (altos ou baixos), etc. (BRENTANO, 1982, p.64). Os diferentes tipos de sensações são definidos de acordo com os gêneros do claro e do escuro. Isto é, uma cor não pode ficar tão clara que se torne um som, nem tão escura que se torne um som, logo, cores e sons são de gêneros diferentes de claro e escuro, portanto, são tipos diferentes de sensações.

Massin (2017, p.11) afirma que esse método de divisão de Brentano o levou a dividir as qualidades sensoriais em apenas três tipos, as cores, os sons e o que ele chama de “Spürsinn”. Dentro desse conceito estão as sensações que chamamos de temperatura, pressão, cheiro, e tato. Brentano coloca todas essas sensações, aparentemente heterogêneas, em um mesmo gênero de claro e escuro. É estranho olhar para as divisões sensoriais que Brentano estabeleceu na sua época, afinal, o conceito de Spürsinn parece muito amplo e heterogêneo.

Na realidade, todo o entendimento de Brentano sobre as sensações e o modo como é parece bastante estranho. É estranho pensar que o espaço sensorial seja composto por pequenos pixels de cores, sons, cheiros e formas que podem ser apreendidas pelo cérebro. Ainda mais estranho pensar que nenhum desses espaços conseguem se mover, apenas mudar as suas qualidades como cores, sons etc.

De fato a teoria das sensações de Brentano não está de acordo com quase nada da

física que entendemos contemporaneamente, e boa parte de sua teoria está mais ligada a uma fenomenologia do que necessariamente a uma teoria da consciência. Mesmo com Brentano afirmando que o som só existe se houver alguém para ouvi-lo, parece que em sua teoria das sensações a consciência é um mero espectador “fantasma” dos espaços sensoriais. O indivíduo consciente simplesmente capta a sensação e a julga como verdadeira sem nenhum caráter pessoal ou subjetivo de estar em um modo específico.

4 BRENTANO E ROSENTHAL

Com ambas as teorias devidamente apresentadas, é possível, neste capítulo traçar um paralelo entre elas, e verificar se uma possui certa vantagem explicativa sobre a outra. É importante ressaltar que, *A Psicologia de um ponto de vista empírico* foi escrita por Brentano na segunda metade do século XIX, já a teoria do pensamento de ordem superior formulada por Rosenthal, ainda está, nos dias de hoje, em constante evolução.

O primeiro ponto de choque entre as duas teorias é a questão da existência de estados mentais inconscientes. Ora, de acordo com a pesquisa de Philip Merlan (1949), Brentano fora professor de Sigmund Freud durante a sua faculdade de medicina, e portanto, não teria como Brentano ter acesso aos trabalhos sobre a inconsciência que Freud viria a publicar. Já Rosenthal, inserido no contexto do século XXI, admite os estados mentais inconscientes sem sequer necessitar defender a sua posição.

Entretanto, Brentano oferece alguns argumentos para rejeitar a tese de que existem estados mentais inconscientes, como demonstrado no capítulo anterior. Um dos motivos de Brentano é interessante de ser destacado neste capítulo, pois ataca de forma anacrônica, e direta não só a teoria do pensamento de ordem superior, mas todas as teorias de ordem superior. A prova do regresso ao infinito diz que se um estado mental consciente é objeto da existência de outro estado mental consciente, e este último por sua vez também é objeto de um terceiro estado mental consciente, teríamos então um regresso ao infinito de estados mentais, o que seria um absurdo.

Zahavi (2004) aponta que o regresso ao infinito não é o único problema nesses casos. O autor diz que

Se, digamos, a percepção de um pôr do sol fosse realmente o objeto de uma consciência de ordem superior, o pôr do sol seria dado duas vezes como um objeto [...] e, na consciência de terceira ordem da consciência de segunda ordem, teria o pôr do sol como objeto três vezes [...] e assim por diante (Zahavi, 2004, p. 71).

Portanto, não apenas o regresso ao infinito de estados mentais metapsicológicos seria um problema, mas também, um regresso ao infinito de representações enquanto objetos desses estados metapsicológicos. Portanto, o que Zahavi aponta é que uma simples observação do pôr do sol se tornaria em um sistema desnecessariamente complexo e absurdo.

Ora, o problema abordado por Brentano só é realmente problemático quando se aceita a tese de que todos os estados mentais são conscientes. Como Rosenthal, e outros teóricos da ordem superior não aceitam essa tese, então, é possível dizer que não existem

infinitos estados mentais com infinitas representações, pois o estado mental de ordem superior é, normalmente, inconsciente, e portanto, não é objeto de nenhum outro estado mental.

Na teoria de Rosenthal, como vista no capítulo dois, o pensamento de ordem superior só poderia ser consciente em momentos de introspecção, onde ocorreria um estado mental metapsicológico de terceira ordem que representaria o estado de segunda ordem. No caso da teoria de Rosenthal, o pôr do sol seria no máximo um objeto triplo da consciência. Primeiro no estado mental de primeira ordem, que representa o pôr do sol. Segundo no estado metapsicológico de segunda ordem, que representa o sujeito enquanto consciente do pôr do sol. Terceiro no estado metapsicológico de terceira ordem, que representa o próprio estado metapsicológico de segunda ordem.

Já na teoria do próprio Brentano, devido ao estado mental se autorrepresentar, como vimos no capítulo dois, o pôr do sol poderia ser representado infinitas vezes. Esse regresso ao infinito presente na teoria de Brentano sem dúvidas a fragiliza bastante. Como poderia um estado mental consciente ser a causa de uma quantidade infinita de representações? Como o cérebro humano teria essa capacidade? Obviamente que essa quantidade infinita de representações leva a teoria ao grau do absurdo. Portanto, o problema apontado por Zahavi sobre a infinidade de representações, é na verdade, um problema da teoria de Brentano.

É importante lembrar que não existem infinitas entidades metapsicológicas, mas sim uma quantidade infinita de representações. Ora, para Brentano, se escuto um som, eu tenho a representação do som, e a representação dessa representação. Ambas estas representações são partes de um todo, de um mesmo estado mental. Temos apenas uma parte metapsicológica desse estado mental, que representa o todo. Neste mesmo estado mental, também temos uma consciência da representação do ato de ouvir, portanto, teríamos uma única entidade metapsicológica com, pelo menos, três representações.

E quanto a consciência dessa consciência? Ou a representação dessa consciência de alguma forma? Brentano não parece dar motivos para negar esse problema do regresso infinito interno, sendo assim, uma representação dentro da representação (que ocorra dentro, e ao mesmo tempo, de uma única entidade metapsicológica) é possível em sua teoria. Mas como isso ocorreria? Os veículos representacionais teriam que ser capazes de carregar infinitas representações, o que é obviamente absurdo.

Mesmo que as representações não possam ser reduzidas a fenômenos físicos no cérebro, mesmo que a existência delas não exija um esforço psicológico ou mental do sujeito, e portanto, a natureza da existência delas seja não-física, isso não resolveria o

problema. Na verdade, acredito que o tornaria pior, pois, além de ter que explicar como essas representações existem e funcionam dessa maneira, ainda teríamos que explicar porque é possível que ocorra infinitas destas representações ao mesmo tempo. Além de absurdo, seria um tanto quanto misterioso.

Esses são os principais pontos de diferença entre a teoria dos pensamentos de ordem superior, e a teoria de Brentano. Enquanto na teoria de Rosenthal, ele considera que nem todos os estados mentais são conscientes, e os que são conscientes são devidos a um pensamento de ordem superior, Brentano considera que todos os estados mentais são conscientes, e eles o são pois uma parte do estado mental representa o todo. Portanto, enquanto Rosenthal considera a consciência como uma propriedade extrínseca, Brentano a considera como uma propriedade intrínseca ao estado mental.

Rosenthal parece estar ciente dessa diferença, em uma nota de rodapé ele diz que:

A ideia de Franz Brentano de que ser consciente de um estado mental se deve ao fato de (o estado mental) ser em parte sobre si mesmo é uma rara tentativa de atribuir estrutura informativa ao ser consciente, concebido como uma propriedade intrínseca. Mas ele não dá razão para sua insistência de que essa percepção de estados mentais conscientes seja intrínseca a esses estados; e se não for, a teoria resultante é virtualmente indistinguível daquela para a qual argumento abaixo (ROSENTHAL, 2005, p.145)

Mas será que a única diferença entre a teoria de Rosenthal e a teoria de Brentano é que uma trata a consciência como propriedade extrínseca, e a outra trata a consciência como propriedade intrínseca ao estado mental?

A seguir argumentarei que não, primeiramente analisarei como ambas as teorias se comportam quanto ao princípio da transitividade, em seguida, analisarei a natureza das representações metapsicológicas de cada teoria. Ao analisar a natureza das representações, a diferença entre ambas as teorias se tornará ainda maior e mais evidente.

4.1 SOBRE O PRINCÍPIO DA TRANSITIVIDADE.

Um dos principais aspectos da teoria de Rosenthal, e de qualquer teoria de ordem superior, é o princípio da transitividade. No capítulo passado, vimos que na teoria de Brentano é possível identificar o princípio da ciência, que funciona de forma bastante similar ao princípio da transitividade.

Podemos formular o princípio da transitividade da seguinte forma: *Para qualquer estado mental M de um sujeito S, se S está consciente de forma adequada de M, então M é consciente.* Essa maneira de apresentar o princípio da transitividade é bastante similar com o princípio da ciência de Brentano que possui a seguinte forma: *Para qualquer estado*

mental M de um sujeito S, se M é um estado da consciência de S, então S possui ciência de M.

A única diferença entre os dois princípios parece ser de que enquanto no princípio da transitividade o sujeito tem que estar consciente de forma adequada, no princípio da ciência, basta que o estado mental M seja objeto da consciência para que o indivíduo seja consciente dele. Essa mudança se deve ao fato de que dentro da teoria de Rosenthal a existência de estados mentais inconscientes é possível

Entretanto, apesar da semelhança, Fisette (2015, p. 35) aponta que “A teoria da consciência de Brentano não é consistente com o princípio da transitividade.” Fisette aponta isso através de fragmentos de textos póstumos de Brentano, e introduzindo a noção de consciência implícita e explícita.

Fisette aponta que existe uma divisão do conceito de consciência dentro do trabalho de Brentano, onde a consciência explícita é quando o sujeito realmente percebe o objeto, e possui a experiência da percepção deste objeto, já a consciência implícita é quando um determinado fenômeno é objeto dos órgãos sensitivos do indivíduo, mas ele não o percebe, ou não possui a experiência da percepção.

No exemplo das árvores utilizado no capítulo sobre Rosenthal, é possível dizer, agora em termos brentanianos, que o sujeito estava explicitamente consciente de todas as duas cenas, mas estava implicitamente consciente da árvore extra. Fisette (2015, p. 34) afirma que, de acordo com Brentano, um sujeito só pode estar explicitamente consciente de algo, se ele estiver implicitamente consciente disto.

A partir disto, Fisette afirma que

A referência à noção de consciência implícita mostra que os qualia são elementos da consciência primária e que, em contraste com a visão das teorias de ordem superior, a experiência qualitativa constitui uma condição necessária para se ter pensamentos de ordem superior[...]. É nesse sentido que a consciência primária é para Brentano uma consciência intransitiva e implícita (ou intrínseca). (FISETTE, 2015, p. 35)

A consciência primária pode ser entendida como a consciência sensorial, isto é, as sensações e percepções de um indivíduo. O que Fisette está afirmando é que a teoria de Brentano, não concorda com o princípio da transitividade, e que a consciência sensorial (primária) em Brentano, é uma propriedade intransitiva, isto é, uma propriedade de um estado mental não relacional e intrínseca, que depende apenas de si mesmo. Como visto no capítulo anterior, eu discordo fortemente dessa visão de Fisette. Acredito que a consciência de Brentano não pode ser vista de uma forma intransitiva.

Uma visão que concorda com Fisette e trata a consciência de Brentano como uma consciência intransitiva é a de Joelma Carvalho (2015, p. 82-83) que afirma que quando um

indivíduo possui apenas consciência implícita de um objeto, ele não possui nenhum conhecimento acerca desse objeto. Essa falta de conhecimento, se dá pelo fato de que quando um indivíduo possui apenas consciência implícita, ele não entende o objeto, logo, o indivíduo é incapaz de ter uma representação interna que o conecte epistemologicamente com o objeto, como por exemplo “Estou vendo o ponto vermelho”, pois para isso é necessário uma descrição, ou um entendimento do objeto. Portanto, estar implicitamente consciente de algo, não pode querer dizer que alguém está de alguma forma ciente de algo, ou experimentando algo, ou sequer que é real que algo existe.

Dessa forma, é possível ter um ato psicológico (como o ato de ouvir) consciente, isto é sem que tenhamos uma experiência de conhecimento deste ato. Carvalho encerra o artigo concordando com Fisette afirmando que: “Essas observações confirmam, assim, a visão de Fisette de que a consciência de Brentano é uma forma de autoconsciência intransitiva intrínseca ao agente” (CARVALHO, 2015, p.83)

Novamente, essa visão da consciência como intransitiva é a visão oposta à apresentada no capítulo anterior, isso ocorre porque eu discordo da visão de Fisette e Carvalho. No capítulo passado apresentei as proposições A1 e B1 que afirmam que todos os estados mentais são conscientes de algo, e todos os estados mentais são objetos da consciência. Portanto, tanto a consciência (percepção interna) quanto a observação interna (introspecção) são propriedades relacionais dos estados mentais, isto é, são transitivos.

Podemos dizer que o som é o objeto primário do ato de ouvir e que o próprio ato de ouvir é o objeto secundário. Temporalmente ambos ocorrem ao mesmo tempo, mas na natureza do caso, o som é anterior. Uma representação do som sem uma representação do ato de ouvir não seria inconcebível, pelo menos a priori, mas uma representação do ato de ouvir sem uma representação do som seria uma contradição óbvia. O ato de ouvir parece dirigido ao som no sentido mais próprio do termo, e por isso parece apreender-se incidentalmente e como algo adicional. (BRENTANO, 2009, p. 98)

Esse trecho da *Psicologia de um ponto de vista empírico* também corrobora com o meu argumento. Existe um estado mental X que é um ato de ouvir, e possui como objeto primário o som. Dentro da teoria de Brentano, esse estado é obrigatoriamente consciente, e portanto, possui um segundo objeto que seria o próprio estado mental, isto é, o ato de ouvir. Como explicito na passagem acima, não se pode existir uma representação do ato de ouvir sem uma representação do som, pois o ato de ouvir é dirigido ao som. Podemos concluir que não existe nenhum estado mental sem um objeto primário e sem um objeto secundário que representa o objeto primário. Portanto, como poderia essa percepção interna ser intransitiva? Como poderia existir um ato de ouvir sem uma representação? Isto é, um ato de ouvir que não representa o som?

Leclerc (2015, p. 45) e Bernier (2015, p. 109-111) argumentam de forma semelhante à argumentação do capítulo anterior. Para Leclerc, a questão sobre se a consciência em Brentano é transitiva ou não se baseia na possibilidade de existir um estado mental sem um objeto primário.

Ora, Brentano é claro ao dizer que todo estado mental possui dois objetos, uma representação e uma representação dessa representação. Portanto, se existe algum ruído no ambiente que eu não estou consciente, isto quer dizer que não existe um estado mental que tenha como objeto primário esse ruído.

Como todos os estados mentais possuem um objeto, então, todos os estados mentais são intencionais, isto é, são acerca de alguma coisa.

Portanto, é perfeitamente concebível que, pela visão, percebamos não apenas as cores, mas também o ato de ver, pela audição, não apenas o som, mas também o ato de ouvir, embora esta última percepção não seja realmente um ato de ouvir. Além disso, o som está imanentemente presente no ato de ouvi-lo e também em sua sonoridade. Esses dois atos estão relacionados entre si como ação e paixão. Portanto, na realidade, eles sempre existem simultaneamente. Só podemos dizer que algo realmente produz um som se também existe um sujeito que realmente ouve esse som. Caso contrário, só poderíamos falar da possibilidade de um som ser produzido. Produzir e ouvir um som, como uma ação e sua paixão correspondente, são, na verdade, uma e a mesma coisa; sendo conceitualmente correlativos, eles não podem ser pensados exceto juntos em um e o mesmo ato. (BRENTANO, 2009, p.100-101)

Fica evidente nessa passagem a relação íntima entre a percepção interna e o som, e portanto, a relação entre a consciência e o objeto dela. Dessa forma, a consciência em Brentano seria transitiva.

Para Bernier, pouco importa se a consciência é uma percepção interna, isto é, se o estado mental está representando a si mesmo como objeto, o estado mental continua possuindo um objeto, ainda é acerca de algo (mesmo que seja de si mesmo) e é isso que marca a transitividade.

Se vemos uma cor e temos uma representação de nosso ato de ver, a cor que vemos também está presente na representação desse ato. Essa cor é o conteúdo da representação do ato de ver, mas também pertence ao conteúdo do ver. (BRENTANO, 2009, p.103)

Brentano deixa claro que a cor é um objeto não somente do ato de ver, mas também da representação do ato de ver. Isto corrobora tanto para o ponto de que dentro da teoria de Brentano o ato mental representa a si mesmo como um todo, e portanto o objeto sofre uma dupla representação, como com o ponto de vista de que a consciência em Brentano é uma propriedade relacional, isto é, é transitiva

Como explicamos anteriormente, usamos o termo “consciência” para nos referir a qualquer fenômeno mental, desde que tenha um conteúdo. Existem, porém, diferentes tipos de fenômenos mentais; como já

mencionamos, existem várias maneiras de ter algo como conteúdo.
(BRENTANO, 2009, p.107)

Brentano não parece pensar muito diferente de Bernier, ao dizer no trecho anterior que qualquer estado mental que possua conteúdo, isto é, objeto¹⁶ é um fenômeno consciente, mesmo que não importe a maneira como esse conteúdo é apresentado.

Portanto, considero que a teoria de Brentano seja compatível com o princípio da transitividade, e na verdade, ela utiliza um princípio muito parecido com o da transitividade, sendo que a única diferença é acerca da possibilidade dos estados mentais serem inconscientes. Isto é, portanto, um fato de muita semelhança entre ambas as teorias, e torna a declaração de Rosenthal, de que a teoria de Brentano é virtualmente indistinguível da teoria dos pensamentos de ordem superior muito mais próxima da verdade.

Como Brentano utiliza um princípio próximo ao da transitividade, uma pergunta precisa ser respondida: Como o princípio da transitividade é aplicado? Nós vimos que na teoria da percepção de ordem superior, a maneira do princípio da transitividade ser aplicado é através de uma percepção sensorial, ou uma sensação. Já na teoria dos pensamentos, vimos que é preciso um pensamento assertórico, de ordem superior, cujo objeto representacional é que o indivíduo possui o primeiro estado mental.

4.2 SOBRE A NATUREZA DA REPRESENTAÇÃO.

Como então o objeto primário é representado pelo conteúdo metapsicológico? Qual a relação entre o objeto representado e a representação? Para responder essas perguntas, primeiro vamos analisar o que Brentano quer dizer com “A representação do som e a representação da representação do som forma um único fenômeno mental” (Brentano, 2009, p. 98; 2015, p. 132)

Hossack (2002, p. 174) apresenta o que ele chama de tese da identidade. Essa tese propõe que o estado consciente e a percepção desse estado são idênticos. Hossack (2002, p.174) baseia a sua tese no seguinte trecho de Brentano:

Enquanto temos a representação de um som, estamos conscientes de tê-lo... Existe uma conexão especial entre o objeto da representação interna e a própria representação, e... ambos pertencem a um único e mesmo ato mental. A representação do som e a representação da representação do som formam um único fenômeno mental (apud Brentano 2009, p. 97-98).

A partir desse trecho que Hossack formula a sua tese da identidade dizendo que:

[A tese da identidade] é a afirmação de que qualquer estado consciente é idêntico ao conhecimento de sua própria ocorrência, e que este é de fato o

¹⁶ Os tradutores da obra do alemão para o inglês (Antos C.Rancurello, D.B.Terrell e Linda L.McAlister também entendem “conteúdo” como semelhante à “objeto” no trecho citado

critério de se um estado é consciente(...) A tese da Identidade inclui em seu escopo todo estado consciente, isto é, todo estado cuja instanciação contribui para determinar o modo como é [what is it like] para um sujeito em um determinado momento.(Hossack, 2002, p.174)

Entretanto, Kriegel (2018, p. 29) aponta que o próprio trecho que Hossack usa para dar suporte a sua tese não parece deixar claro que os estados mentais possuem a identidade apontada. Brentano parece dizer que o objeto da representação interna e a própria representação interna formam um único fenômeno mental, e não que são um único fenômeno mental. Isto é, que a representação interna e o objeto da representação interna são partes do estado mental e não que eles possuem uma relação de identidade entre si.

Partindo da recusa da tese da identidade, Kriegel(2018, p.30) fornece uma nova interpretação da consciência de Brentano. Segundo a tese de Kriegel, uma experiência consciente qualquer envolve a ocorrência de apenas um estado mental, mas que se caracteriza de duas formas diferentes, uma como a consciência de uma árvore, e outra como uma parte metapsicológica que se caracteriza como a consciência da consciência da árvore.

É natural para nós hoje articular esse tipo de posição em termos de identidade fregeana. Hesperus e Phosphorus são uma entidade, mas existem duas maneiras completamente separadas de representar[conceiving] essa entidade: através do conceito de estrela da manhã e através do conceito de estrela da tarde. (...) Do jeito que eu vejo as coisas, essa é exatamente a posição de Brentano sobre a experiência consciente: a consciência de X e a consciência da consciência de X são uma e a mesma entidade; os conceitos, ou conceituações, consciência de X e consciência da consciência de X são maneiras distintas de escolher essa entidade. (Kriegel, 2018, p. 30)

Nessa interpretação, Kriegel afirma que as duas partes do estado mental, tanto a que representa o primeiro objeto, quanto a parte metapsicológica, que representa o segundo objeto (si mesmo) funcionam nos mesmos moldes da identidade Fregeana.

Na concepção de Frege, Vênus, Estrela da manhã e Estrela Vespertina são uma mesma entidade, entretanto, elas são representadas de forma diferente. Ao apontar para este objeto, que é o segundo planeta do sistema solar que é visível no céu tanto no raiar do dia quanto no poente, pode-se falar “Esta é Vênus”, “Esta é a estrela da manhã” ou “Esta é a estrela vespertina”. Todas essas proposições estão corretas.

Kriegel considera o mesmo mecanismo ao falar dos estados mentais de Brentano. Se pudéssemos apontar a um determinado estado mental que representa um determinado som, podemos tanto falar “Este estado mental é uma representação do som”(objeto primário) como “Este estado mental é uma representação do ato de ouvir” (objeto secundário). Ambas as formas estão corretas, e são apenas concebidas de forma diferente.

Existem trechos na *psicologia de um ponto de vista empírico* que reforçam esse sentido, em especial os seguintes trechos:

A apresentação do som [M] e a apresentação da apresentação do som [M*] formam um único fenômeno mental; é apenas considerando (*betrachten*) a sua relação com dois objetos diferentes, um dos quais é um fenômeno físico e o outro um fenômeno mental, que o dividimos conceitualmente em duas apresentações. (Brentano, 2009, p. 98)

Consequentemente, todo ato mental, mesmo o mais simples, tem quatro aspectos diferentes sob os quais pode ser considerado [*betrachtet*]. Pode ser considerado como uma representação de seu objeto primário, como quando o ato em que percebemos um som é considerado como ato de ouvir; no entanto, também pode ser considerado como uma representação de si mesmo, como um conhecimento de si e como um sentimento para consigo mesmo. Além disso, nesses quatro aspectos combinados, ele é o objeto de sua autorrepresentação, de sua autocognição e (por assim dizer) de seu auto-sentimento. Assim, sem nenhuma complicação adicional e multiplicação de entidades, não apenas a autorrepresentação é representada, a autocognição é conhecida e também representada, e o auto-sentimento é sentido, assim como é conhecido e representado. (Brentano, 2009, p.119)

Como é possível perceber, o termo original que Brentano utiliza na passagem é *betrachten* que pode ser traduzido como “considerar”, ou como “olhar sob certo aspecto”. Esse verbo por si só já nos dá uma ideia de que estamos falando de um e único estado mental que pode ser apontado sob dois aspectos diferentes, o primeiro como uma representação do som e o segundo como um aspecto metapsicológico que representa a representação do som.

Já no segundo trecho, além do uso do verbo "Betrachten" novamente, Brentano deixa explícito tanto os aspectos diferentes sobre qual o estado mental pode ser considerado, quanto deixa explícito que não existe multiplicação de entidades durante a autorrepresentação.

Nesta visão de Kriegel (2018, p. 32), “Não existem diferenças entre as propriedades” das diferentes partes do estado mental, eles “São uma e a mesma propriedade, enquadradas de duas maneiras diferentes.”.

Então como é a relação entre o objeto primário e secundário do estado mental? Fisette (2015, p. 27-28) aponta três maneiras de como essa relação pode existir:

Para um estado mental M de um sujeito S estar consciente, existe necessariamente um estado mental M1 de S onde $M \neq M1$.

Para um estado mental M de um sujeito S estar consciente, existe necessariamente um estado mental M1 de S onde $M = M1$.

Para um estado mental M de um sujeito S estar consciente, existe necessariamente um estado mental M1 de S e um estado mental M2 de S onde $M1 \neq$

M2, e onde $M1$ e $M2 \in M$.

A primeira possibilidade pode ser imediatamente descartada da teoria de Brentano, pois é explícito que a representação e a representação da representação são divididas apenas conceitualmente. Essa possibilidade é a teoria do pensamento de ordem superior, por exemplo. Muitos podem pensar que a teoria de Brentano se remete à segunda possibilidade, como por exemplo Hossack com a sua tese da identidade. Mas defendo que esse não é o caso. Brentano deixa claro que os diferentes objetos do estado mental, são as partes do estado mental distintas do mesmo estado mental.

Todo ato mental é consciente; inclui dentro de si uma consciência de si mesmo. Portanto, todo ato mental, por mais simples que seja, tem um duplo objeto, um primário e um secundário. O ato mais simples, por exemplo, o ato de ouvir, tem como objeto primário o som, e como objeto secundário, ele mesmo, o fenômeno mental em que o som é ouvido. (BRENTANO, 2009, p. 119; 2015 ,p. 160)

Nessa passagem, Brentano deixa claro que o estado mental possui dentro de si mesmo dois objetos, um objeto primário, e um objeto metapsicológico que é a consciência de si mesmo, logo, a teoria de Brentano está de acordo com a possibilidade 3 apresentada acima.

Por si só, essa já é uma grande diferença entre a teoria do pensamento de ordem superior e a teoria de Brentano, essa diferença já tinha ficado clara anteriormente. Entretanto, existem mais diferenças entre as teorias, primeiramente, vamos abordar a relação entre as diferentes partes do estado mental.

E a complexidade é aumentada ainda mais pelo segundo fator que identificamos como um fato geral sobre a consciência, a saber, a conexão inseparável de uma relação psíquica primária e concomitante. (BRENTANO, 2009, p.24-25)

Enquanto a separação das partes ali consideradas (Uma experiência visual e uma experiência sonora) só pode ser real, as partes aqui consideradas (uma experiência visual, e percepção interna da experiência visual) só podem ser separadas distintivamente. É por isso que, tendo referido as primeiras como partes psíquicas realmente separáveis, provavelmente não é totalmente inadequado chamar as últimas de inseparáveis (distintionais). (BRENTANO, 2009, p. 27)

Esses dois atos estão relacionados entre si como ação e paixão. Portanto, na realidade, eles sempre existem simultaneamente. Só podemos dizer que algo realmente produz um som se também existe um sujeito que realmente ouve esse som. Caso contrário, só poderíamos falar da possibilidade de um som ser produzido. Produzir e ouvir um som, como uma ação e sua paixão correspondente, geralmente são, na verdade, uma e a mesma coisa; sendo conceitualmente correlativos, eles não podem ser pensados exceto

juntos em um e o mesmo ato. (BRENTANO, 2009, p. 101)

Brentano, portanto, estabelece que a relação entre o objeto primário e o objeto secundário é inseparável. Eles são dependentes um do outro. Não é possível imaginar uma representação sem a sua contraparte metapsicológica, isto é, representação da representação, e nem o contrário, da mesma forma que não é possível um corpo sem forma. Essas duas partes dependem uma da outra para existir.

Na teoria dos pensamentos de ordem superior, vimos que é possível uma representação metapsicológica representar erroneamente o estado de primeira ordem. Isso só é possível, pois, apesar de um estado de ordem superior precisar de um estado de ordem inferior, eles não são inseparáveis, nem na realidade, nem no pensamento. Rosenthal explicita essa independência entre o pensamento de ordem superior e o que ele representa ao dizer que

“Conexões causais são irrelevantes aqui, visto que não há necessidade de laço causal entre um HOT e o que ele visa” (ROSENTHAL, 2020, p.314).

Então, a relação entre aquilo que representa e aquilo que é representado é diferente em ambas as teorias. Na teoria de Rosenthal, ambas as partes são distintas teoricamente, e na realidade. Já na teoria de Brentano, ambas as partes são distintas teoricamente, e na realidade sequer existe esta divisão.

Portanto, a teoria de Rosenthal trata $M1 \neq M$ onde é possível distinguir tanto em realidade quanto teoricamente $M1$ e M , e podem ser tratados de maneiras separadas. Já a teoria de Brentano trata M como um todo, composto por $M1$ e $M2$, onde $M1 \neq M2$ e são divididos apenas teoricamente, mas não em realidade, e não podem ser tratados de maneira separadas.

Além disso, existe um outro ponto que precisamos analisar nas duas teorias. Rosenthal afirma que o estado mental de ordem superior possui o modo psicológico do tipo pensamento e a direção de adequação assertórica. É preciso identificar qual o modo psicológico da consciência interna de Brentano, e qual a sua direção de adequação.

Como visto anteriormente(p.34), para Rosenthal, a atitude mental de qualquer estado mental que torne algo consciente, precisa ser assertivo, e portanto, como concluído no capítulo sobre Rosenthal (p.34), a direção de adequação é da mente para o mundo.

Todos os estados proposicionais sobre os estados mentais de alguém envolvem o pensamento, assim construído, de que estou nesses estados. Mas para tornar esse estado consciente, esse conteúdo deve ocorrer com uma atitude mental assertórica. (ROSENTHAL, 1997, p. 751)

Portanto, dentro da teoria de Rosenthal, é fundamental que o estado mental de ordem superior seja assertórico. Pois estados como desejo, medo, esperança, que

normalmente possuem direções de adequação do mundo para mente ou nulos, não podem ser responsáveis por tornar um estado mental consciente.

Brentano, nos ensaios complementares, discorre sobre a direcionalidade dos estados mentais:

O fato de o sujeito mentalmente ativo *ter a si mesmo como objeto de uma referência secundária*, independentemente do que mais ele se refere como seu objeto primário, é de grande importância. Como resultado deste fato, não há declarações sobre objetos primários que não incluam várias asserções. Se digo, por exemplo, “Deus existe”, estou ao mesmo tempo atestando o fato de que julgo que Deus existe. Ou se digo: “Deus não existe”, isso inclui o fato de que nego que exista um. (Brentano, 2009, p. 215; 2015, p. 287) (grifo meu).

É importante destacar duas coisas a partir desse fragmento do texto do Brentano. A primeira, é sobre do que se trata a representação do segundo objeto. Brentano deixa claro que o sujeito mentalmente ativo, isto é, o sujeito portador do estado mental, está incluído como objeto na percepção interna.

Além disso, ele também deixa claro que como consequência dessa inclusão, estão as asserções. Se um indivíduo percebe um objeto vermelho, a representação interna do indivíduo tem como objeto não apenas o ato de ver o vermelho, mas também que o indivíduo é portador deste ato de ver algo vermelho. Além disso, o indivíduo atesta como real o ato de ver algo vermelho. Portanto, a direção do segundo objeto é assertórica.

Entretanto, como visto anteriormente, a parte do estado mental que se percebe internamente, pode ser separada apenas conceitualmente do objeto primário. Então, se temos um estado do mundo para a mente, como “Tenho um desejo que o Brasil seja Hexa” eu tenho uma parte do estado mental do mundo para a mente, e uma outra parte do estado mental (a parte metapsicológica) em uma direção da mente para o mundo¹⁷. Como isso é possível?

Rosenthal (1997, p.746-747) aponta que é nesse ponto que a teoria de Brentano se torna incoerente, pois ao lidar com qualquer estado mental cujo direcionamento é do mundo para a mente, o estado mental, para se autorrepresentar, teria que possuir as duas direções de adequação.

Kriegel (2003) argumenta a favor da existência de ambas as direções de adequação.

Mas o estado mental de x está relacionado de maneira diferente aos seus dois conteúdos. Relaciona-se em termos de desejo [direção de adequação mundo para mente] com seu conteúdo de primeira ordem e assertoricamente [direção de adequação mente para mundo] com seu conteúdo de ordem superior. (Kriegel, 2003, p. 487)

Rosenthal não parece fornecer motivos para descartar totalmente a dupla direção de

¹⁷ Não para o “mundo” propriamente dito, pois se trata de um conteúdo metapsicológico, e sim do segundo objeto mental em direção ao primeiro objeto mental.

adequação. Na verdade, muitos filósofos (David McNaughton, 1988; HILLA JACOBSON – HOROWITZ, 2006, Jonathan Nancy, 1993)¹⁸ afirmam que certos estados mentais, como crenças morais, possuem essa dupla direcionalidade. No caso da crença moral, nós temos um estado mental do tipo crença que possui a direção de adequação mente para o mundo (pois pode ser verdadeira ou falsa) mas que também é do mundo para a mente, pois esse estado mental estabelece duas coisas. A primeira é que o indivíduo possui uma crença que o mundo é de certa maneira. Já a segunda é que o indivíduo também possui o desejo do mundo ser de certa maneira

Por exemplo, caso um indivíduo possua a crença moral de que todas as pessoas devem atravessar a rua na faixa de pedestres. Nesse caso, o indivíduo possui uma crença de que tanto ele quanto todos os outros devem atravessar na faixa de pedestres e um desejo de que tanto ele quanto os outros atravessem na faixa de pedestres. Dessa forma, a crença moral possui tanto a direção mundo para mente, como a direção mente para o mundo.

Entretanto, porque devemos considerar a crença moral como apenas um estado mental? Faz mais sentido dividir a crença moral em dois estados mentais distintivos. Ora, se possuo uma crença moral eu possuo dois estados. O primeiro estado é obviamente a crença, a crença de que o mundo é de determinada maneira. Já o segundo estado eu possuo um desejo, o desejo de que o mundo seja de uma maneira diferente.

Portanto, é difícil utilizar o exemplo da crença moral para facilitar a dupla direcionalidade de Brentano. Podemos considerar que, em Brentano, a direcionalidade do estado mental não está contida na entidade representativa, e sim nos conteúdos representacionais. Como visto anteriormente, existe apenas um estado mental com diversos conteúdos representacionais diferentes, dessa forma, apesar de implausível, a direcionalidade seria uma característica dos conteúdos e não da entidade representativa.

É possível concluir algumas semelhanças e diferenças entre ambas as teorias a partir desse ponto. Primeiramente, ambas as teorias colocam o sujeito portador do estado mental como objeto dessa representação. Entretanto, na teoria de Brentano, o estado mental não é simplesmente da mente para o mundo, ele também pode assumir uma direcionalidade dupla, em desejos, por exemplo, onde a primeira representação é do mundo para a mente e a segunda parte é da mente para o mundo. Além disso, o modo psicológico da entidade que representa é diferente nas duas teorias. Enquanto na teoria de Rosenthal, o modo psicológico é o pensamento, na teoria de Brentano, o modo psicológico é a percepção.

¹⁸ MCNAUGHTON, David. *Moral vision: An introduction to ethics*. 1988.

JACOBSON-HOROWITZ, Hilla. *Motivational cognitivism and the argument from direction of fit*.

Philosophical Studies, v. 127, n. 3, p. 561-580, 2006.

DANCY, Jonathan. *Moral reasons*. 1993.

Por exemplo, se um determinado indivíduo possui o desejo que o Brasil seja hexa, na teoria de Brentano, e é consciente desse desejo, nós teremos um estado mental, que pode ser teoricamente dividido em duas partes com a seguinte situação:

1. Primeira parte do estado mental
 1. Modo psicológico: Desejo.
 2. Direção de adequação: Mundo para Mente.
2. Segunda parte do estado mental
 1. Modo psicológico: Percepção
 2. Direção de adequação: Mente para Mundo.

Por fim, concluo que, ao contrário do que Rosenthal afirma, ambas as teorias não são “praticamente indistinguíveis”. Rosenthal afirma que se não fosse o fato de que a teoria de Brentano tem caráter intrínseco, as suas teorias seriam iguais, e isso não se segue.

Apesar de ambas as teorias aceitarem o princípio da transitividade, a natureza dos estados mentais são bastante diferentes, e essa diferença vai além do fato de a consciência em Rosenthal ser extrínseca ao estado mental, e na de Brentano a consciência ser intrínseca. As representações metapsicológicas em Rosenthal podem ser tratadas como uma entidade diferente, já em Brentano, ambas as entidades, tanto o objeto primário, quanto o objeto metapsicológico não podem ser separadas.

4.3 VEÍCULOS REPRESENTACIONAIS.

Ambas as teorias concordam em uma coisa, para que exista a consciência de um sujeito qualquer, esse sujeito deve possuir dois conteúdos representacionais. O primeiro conteúdo é voltado ao mundo externo, fora do que entendemos por “mental”. Já o segundo conteúdo é uma representação metapsicológica, ou seja, o seu conteúdo é voltado para a própria mente. Entretanto, elas possuem uma discordância em relação a quantidade de veículos representacionais envolvidos neste processo.

Mas o que seriam exatamente estes veículos representacionais?

“Na psicologia cognitiva, os veículos representacionais são os portadores de conteúdo. Além de suas propriedades semânticas, eles também possuem propriedades não semânticas às quais os mecanismos cognitivos são sensíveis.” (DRAYSON, 2018, p. 1-2).

Os veículos representacionais são, portanto, as entidades responsáveis por carregar o conteúdo representacional até os mecanismos cognitivos sensíveis a eles. Portanto, o veículo representacional possui tanto propriedades semânticas quanto propriedades não semânticas.

“Um veículo é um símbolo. Um símbolo (token) é um espaço-tempo particular que tem propriedades sintáticas e semânticas e um papel causal. Os veículos, como outros símbolos, são individualizados com relação às suas propriedades sintáticas e semânticas, mas não com relação aos seus papéis causais.” (FODOR, 1990, p.69)

Exatamente essas propriedades sintáticas e não semânticas que são as reconhecidas pelos mecanismos cognitivos. Além disso, como os conteúdos representacionais e as propriedades não semânticas são individualizados em relação aos veículos (um veículo carrega apenas um conteúdo representacional e uma propriedade sintática) isso nos permite explicar como o mesmo conteúdo representacional pode executar um papel explanatório distinto.

Importante perceber que, os conteúdos representacionais são individualizados em relação aos veículos, mas, os veículos não são individualizados em relação aos conteúdos. Portanto, é possível que um mesmo conteúdo representacional seja carregado por veículos representacionais distintos, mas, não é possível que um mesmo veículos representacional carregue dois ou mais conteúdos.

Como um mesmo conteúdo representacional pode ser carregado por veículos representacionais distintos, que possuem propriedades sintáticas distintas. Essas propriedades sintáticas, que podem ser formais, funcionais ou físicas possuem cada uma um papel causal distinto. Dessa forma, mesmo que o mesmo conteúdo representacional chegue a um mecanismo cognitivo, devido a natureza não semântica do veículo representacional, o papel explanatório desse conteúdo pode ser distinto.

Vimos anteriormente que uma das diferenças entre a teoria de Brentano e a teoria de Rosenthal é justamente a quantidade de veículos representacionais que estão envolvidos com o fenômeno da consciência. Enquanto na teoria de Rosenthal existem dois veículos, na de Brentano apenas um. Mas como isso ocorre exatamente ? mais importante ainda, como contamos os veículos representacionais ?

“A questão, então, é: Como devemos contar os veículos? Pode-se pensar que a resposta é direta. Lembre-se de que, dentro da estrutura fisicalista, os veículos são interpretados como estados cerebrais. Portanto, a individualização do veículo se reduz à individualização dos estados cerebrais.”(KRIEGEL, 2003, p. 489)

Kriegel se faz a mesma pergunta em seu artigo. Além disso, ele considera, dentro de uma estrutura fisicalista da mente, que é possível reduzir os veículos representacionais em estados cerebrais. É claro que, Brentano não era um fisicalista nos moldes contemporâneos, e a seguinte comparação é, de certa forma, uma comparação anacrônica de ambas as teorias. A partir disso, a resposta para a pergunta parece fácil de ser

respondida. Contamos veículos representacionais da mesma forma que contamos estados cerebrais.

No mesmo artigo, Kriegel fornece uma hipótese que logo é descartada chamada “Proposta simples”. Para resumir, a proposta apresentada por ele diz que se uma área cerebral aumenta a taxa de disparo dos impulsos elétricos então aquilo é um estado cerebral. Caso o cérebro aumente a taxa de disparos em duas áreas descontínuas, isso quer dizer que existem dois estados cerebrais e portanto dois veículos representacionais.

Entretanto, dentro da área da neurociência existe o chamado “Problema de ligação”[Binding problem]. Diferentes partes do cérebro são especializadas em identificar e perceber diferentes tipos de estímulos ambientais. Mesmo se tratando apenas da visão, nós temos áreas específicas para as cores, outra para as formas e outras para o movimento. Mesmo dentro dessas categorias, o cérebro ainda é dividido em partes ainda mais especializadas, por exemplo, linhas horizontais disparam atividades neuronais em uma área diferente de linhas verticais.¹⁹

“Uma representação totalmente hierárquica é criada repetindo a segmentação em diferentes níveis de escala. Cada unidade estrutural, contida por seu próprio limite, é posteriormente subdividida em partes pelos principais limites dentro dela. Assim, um corpo humano pode ser subdividido em cabeça, tronco e membros, e uma mão em palma e dedos.” (DUNCAN e HUMPHREYS, 1989, p.445)

É criado assim uma espécie de hierarquia entre as partes do cérebro assim como as partes do corpo. Uma mão possui dedos que possuem falanges da mesma forma que o cérebro possui córtices, grandes áreas especializadas, e dentro dessas áreas existem outras subdivisões ainda mais especializadas. Essas diferentes áreas percebem diferentes aspectos da visão, e se relacionam de forma hierárquica para combinar esses diferentes aspectos em uma única cena coesa.

Como então nós percebemos a letra “T” como um objeto único? Ou como percebemos uma bola de futebol rolando em direção ao gol? Esse é o problema da ligação, como nós percebemos um fenômeno complexo como uma bola rolando como um único objeto e uma única cena coesa se o nosso cérebro está percebendo a cor da bola em uma área, a circularidade, o movimento horizontal e o movimento vertical em áreas diferentes?²⁰

Kriegel(2003, p. 492) fornece uma solução para esse problema que ele chama de “proposta menos simples”[Less simple proposal]. Dentro da literatura da neurociência, essa solução é chamada de “Hipótese da ligação por sincronia” [hypothesis of binding by

¹⁹ cf: ZEKI, Semir et al, 1991 e RENTZEPERIS, Ilias et al, 2014.

²⁰É claro que o problema da ligação é um problema neurocientífico muito maior que o abordado nesta dissertação, e seria contraproducente ser abordado com toda a riqueza de detalhes que o problema necessita. Cf: FELDMAN, 2013

synchrony].

A ideia é que o cérebro liga os vários bits de informação sincronizando o disparo do potencial de ação dos neurônios em diferentes partes do cérebro. O cérebro usa algum tipo de mecanismo de feedback para sincronizar disparos em diferentes eventos neurais quando, e somente quando, esses diferentes eventos neurais representam características de um único e mesmo objeto. (Kriegel, 2003, p. 490).

Dessa forma, os neurônios do cérebro se comunicam entre si através dos picos de disparos, ou picos de ação. A hipótese da ligação por sincronia, sugere que as diferentes áreas do cérebro emitem os picos de disparos em tempos bastante próximos quando entendem que os diferentes aspectos captados pertencem ao mesmo objeto. Quando dois ou mais eventos diferentes estão ocorrendo, o cérebro consegue sincronizar as diferentes partes do primeiro evento entre si em um tempo diferente da sincronização que acontece das partes do segundo evento.

Por exemplo, em uma partida de futebol, um jogador fez um lançamento para outro, acontece que este lançamento estava em posição de impedimento, o que faz com que o bandeirinha levante a bandeira. Para simplificar, trataremos apenas de dois eventos acontecendo simultaneamente, o primeiro é o lançamento da bola, e o segundo o levantamento da bandeira.

O lançamento da bola ativa diferentes áreas no cérebro, que sincroniza o tempo de disparo dos neurônios entre si para identificar que pertence a um evento. Já o levantamento da bandeira, também ativa diferentes áreas do cérebro (algumas coincidem com o evento anterior) que sincronizam os disparos entre si, em um tempo diferente do evento de lançamento da bola, para que o cérebro identifique que pertence a outro evento.

Como existe uma sincronização entre as ativações cerebrais responsáveis por entender o lançamento da bola, todas estas ativações são apenas um estado cerebral. O mesmo ocorre com o levantamento da bandeira, onde os diferentes disparos sincronizam e formam apenas um estado cerebral.

A partir dessa proposta apresentada é possível fazer uma comparação entre ambas as teorias. Na verdade, o próprio Kriegel faz essa comparação entre a teoria Neo-Brentaniana e a teoria de Rosenthal.

Os teóricos do [Modelo] Neo-Brentaniano e do HOM[Monitoramento de ordem superior] podem concordar com tudo isso. A única discordância é sobre a questão de saber se N1[Evento neural 1] e N2 [Evento neural 2] constituem dois estados cerebrais ou apenas um.(Kriegel, 2003, p. 492)

Usando de exemplo apenas o evento do lançamento de uma bola de futebol, o cérebro possui dois eventos neurais acontecendo simultaneamente, ou seja, dois conjuntos

de disparos neuronais. Isto é de comum acordo entre as duas teorias. O primeiro evento neural seria uma ativação de disparos neuronais responsáveis por perceber e entender o movimento visual do lançamento da bola, isto é, a representação do movimento. Já o segundo evento neural, seria uma ativação de disparos neuronais (muito provavelmente) no córtex pré-frontal que seria responsável pela representação metapsicológica do lançamento da bola. No caso da teoria de Rosenthal, o segundo evento neural seria o pensamento de ordem superior, já na teoria de Brentano, o segundo evento neural seria a percepção interna.

A diferença entre as teorias está não na quantidade de eventos neurais, isto é, mas sim na quantidade de estados cerebrais que o indivíduo portador possui, isto é, se estes dois conjuntos sincronizam seus eventos neurais para serem partes de um mesmo estado cerebral ou não. No caso da teoria de Rosenthal, esses dois eventos sincronizarão em tempos diferentes, e terão, dois estados cerebrais distintos. Já na teoria de Brentano, esses dois eventos sincronizarão ao mesmo tempo, e serão partes do mesmo estado cerebral.

A partir disso, Kriegel chega em uma conclusão interessante. A respeito dos veículos representacionais e portanto, dos estados cerebrais, a diferença entre as teorias não se trata de uma pergunta filosófica, e sim de uma pergunta empírica. Observar se os eventos neurais da representação do lançamento da bola, e o evento metapsicológico da representação da representação da bola se trata de um ou dois estados cerebrais distintos é uma pergunta que apenas a neurociência e a investigação empírica podem dizer.

É importante notar algo dentro da proposta de Kriegel. A teoria da sincronização que Kriegel trabalha para chegar a sua conclusão não encontra muito sucesso. DONG, Yi et al. (2008) testou a hipótese da sincronização de diferentes formas, e ao final do seu experimento, ele afirma que “Esses resultados não são consistentes com as previsões da hipótese BBS[Binding by synchrony]” DONG, Yi et al. (2008, p. 13). Dessa forma, a hipótese da sincronia vem sendo descartada e no seu lugar uma nova hipótese aparece, a da Policronização [Polychronization].

Nessa hipótese, um neurônio qualquer que se comunica com outros, não sincroniza em um tempo específico os disparos neuronais, na verdade, esse neurônio sofre um atraso no tempo do seu disparo, e todos os outros neurônios que se comunicarão entre si sofrerão atrasos em seus disparos. Esses atrasos são distintos entre si, para que todos os disparos de diferentes neurônios em diferentes áreas do cérebro atinjam o seu alvo ao mesmo tempo.²¹

O interessante dos resultados dessa hipótese de Policronização é que, de acordo com IZHIKEVICH(2006), o grupo de policronização, isto é, a rede de atrasos que

²¹Cf:IZHIKEVICH,2006.

coexistem superam o número de neurônios. De acordo com o autor, isso resulta em uma capacidade de memória sem precedentes, “o que poderia explicar como redes de meros 10^{11} neurônios (o tamanho do neocórtex humano) poderiam ter tal diversidade de comportamento.” (IZHIKEVICH(2006, p. 270).

Essa descoberta é importante e interessante para a defesa das teorias de pensamentos de ordem superior. BROWN, LAU e LEDOUX (2019, p.756) aponta que uma das objeções mais recorrentes contra a teoria é de que a capacidade de pensamentos humana é limitada.²² Dessa forma, dada a riqueza da experiência cotidiana, o número de pensamentos e a complexidade dos eventos seria muito maior do que o possível para a capacidade humana.

Com a descoberta de IZHIKEVICH, pode ser que este não seja realmente o caso. Além da capacidade humana não estar limitada apenas aos números de neurônios e sim aos grupos de policronização, nós também não temos como saber o quanto de capacidade neuronal é exigida de um pensamento de ordem superior. Dessa forma, considero que a crítica apresentada por Brown, Lau e Ledoux não se sustenta totalmente.

A diferença entre a proposta menos simples e a proposta da policronização não é o suficiente para negar a conclusão de Kriegel. Portanto, apesar de ser uma outra hipótese, a diferença entre a teoria de Brentano e de Rosenthal em relação ao aspecto dos veículos representacionais e dos estados cerebrais segue como uma pergunta puramente empírica. O que a proposta da policronização fornece ao debate é que como a partir dessa proposta a capacidade cognitiva humana cresce enormemente, ela se torna útil para descartar a crítica apresentada por Brown, Lau e Ledoux.

4.4 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Como visto na seção anterior, as evidências empíricas serão úteis para diferenciar entre a teoria de Rosenthal e a teoria de Brentano. Na verdade, é possível que estas evidências empíricas até concedam uma vantagem em uma teoria em relação a outra. Pensando nisso, LAU e ROSENTHAL escreveram o artigo *Empirical support for higher-order theories of conscious awareness*(2011).

Neste mesmo artigo, os autores classificam os diferentes tipos de teorias de ordem superior. Uma dessas teorias é o que eles chamam de Teorias da mesma ordem [Same-Order Theory]. Eles conceituam essa teoria como uma teoria em que um estado mental com conteúdo perceptual representa a si mesmo, e colocam como representante dessa

²²Para mais informações sobre essa crítica Cf. Seager, W. (2004). A cold look at HOT theory. In Gennaro, R. J. (Org.), *Higher-order theories of consciousness: An anthology* (pp. 255-275).

teoria o próprio Brentano.

Os estudos empíricos²³ identificam uma atividade tanto no córtex pré frontal quanto no córtex parietal quando o sujeito está em uma atividade que envolve uma percepção consciente. Essa mera ativação dos córtices não é suficiente para identificarmos qual teoria está empiricamente mais acurada do que a outra. Existem dois modelos metacognitivos, isto é modelos baseados em atividades mentais sobre atividades mentais, para explicar as atividades nos córtices:

1. A existência de um canal de processamento independente inconsciente e paralelo ao estado mental. Esse canal de processamento funciona em um modelo duplo, podendo servir tanto para a realização da tarefa, quanto para a percepção consciente desta tarefa.²⁴

2. Os processos conscientes e inconscientes formam uma hierarquia. Esse modelo sugere que a percepção consciente depende de um processo de monitoramento metacognitivo extrínseco que determina se um estado de primeira ordem representa informações confiáveis.²⁵

Nenhum desses modelos parece conversar bem com a teoria da mesma ordem. Devido ao fato de que na teoria de Brentano não existem estados mentais inconscientes. Entretanto, se ignorarmos essa tese do autor, o primeiro modelo pode ser bastante interessante para a sua teoria, já que esse canal de processamento é duplo, e pode servir tanto para a realização da tarefa quanto para a percepção. Poderia se argumentar que esse canal faz parte do estado mental da realização da tarefa. Dessa forma, o estado cerebral iria consistir na tarefa, no canal, e na percepção consciente da tarefa. Assim, apenas um estado cerebral existiria, que representaria o mundo externo e a si mesmo, estando de acordo com a tese de Brentano.

Entretanto, de acordo com ROSENTHAL e LAU (2011, p.367 e 368) estudos recentes sugerem que os processos inconscientes e conscientes funcionam de forma hierárquica, como explicado no modelo B.

No geral, o modelo hierárquico forneceu o melhor e mais parcimonioso ajuste aos dados. Os parâmetros do modelo usados para ajustar os dados também parecem plausíveis (Fig. 7) e, em geral, o modelo parece compatível com as descobertas empíricas anteriores (MANISCALCO e LAU, 2016)

Além dos estudos apresentados por Rosenthal e Lau, os estudos de Maniscalco e Lau comparam o modelo hierárquico apresentado acima com outros dois modelos do

²³Cf: DEHAENE e CHANGEUX, 2011 e REES, KREIMAN e KOCH, 2002.

²⁴Cf: DEHAENE, 2011

²⁵Cf: MANISCALCO e LAU, 2010.

funcionamento da metacognição. O resultado dos estudos é que o modelo hierárquico é o que mais se adequa aos dados coletados. Podemos concluir portanto que o modelo hierárquico é o que mais parece se aproximar da verdade sobre a metacognição.

Devido à hierarquização dos processos, e devido ao fato do processo de monitoramento ser extrínseco ao primeiro estado mental, esse modelo funciona muito melhor com a teoria dos pensamentos de ordem superior. Pode-se argumentar que o processo de monitoramento metacognitivo que determina se o estado de primeira ordem representa as informações confiáveis é um pensamento de ordem superior. Neste modelo apresentado, o primeiro estado mental, responsável pela realização da tarefa, é inconsciente. Já o segundo estado mental, seria responsável por determinar o que seria conscientemente percebido ou não.

Além do modelo metacognitivo, existe um argumento que ROSENTHAL E LAU (2011, p. 370-371) fornecem em defesa das teorias de ordem superior. O argumento é a respeito das desordens clínicas. Nos casos da visão cega, apresentados anteriormente, a percepção consciente da visão dos pacientes é abolida, entretanto eles ainda conseguem realizar a tarefa de distinguir as formas apresentadas. Os estudos de SAHRAIE ET AL (1997, p.9409) associam a falta de percepção consciente da visão dos pacientes com uma atividade reduzida no córtex pré-frontal, área do cérebro ligada à metacognição.

Apesar desses estudos sobre as desordens clínicas servirem de fato para uma melhor confirmação empírica das teorias de ordem superior, ambas as teorias trabalhadas aqui poderiam usar os estudos empíricos como vantagem, e nenhum dos casos relatados por Rosenthal e Lau auxiliam para demonstrar que uma teoria possui vantagem sobre a outra.

Apesar das descobertas empíricas envolvendo a metacognição ajudarem as teorias de ordem superior em geral, e especialmente a teoria do pensamento de ordem superior, Rosenthal(2012) argumenta que, os estados metacognitivos e os estados de ordem superior são bastante distintos.

“Nelson e Narens descrevem julgamentos sobre informações que não podem ser lembradas atualmente, mas provavelmente serão no futuro, como julgamentos de um sentimento de saber[feeling-of-knowing judgements]; eles descrevem julgamentos de que as informações atualmente disponíveis continuarão a ser como julgamentos de aprendizado [judgements of learning]” (ROSENTHAL, 2012, p.1427)

Os estados metacognitivos seriam julgamentos de dois tipos diferentes. Um é um julgamento sobre coisas que não podem ser lembradas, mas muito provavelmente irão. O outro é um julgamento de aprendizado, que julga as informações atualmente disponíveis. Rosenthal concorda que ambos os julgamentos da metacognição e os estados

metapsicológicos de sua teoria são estados de ordem superior. Entretanto, os julgamentos não operam de forma que tornam os seus estados de primeira ordem representados conscientes.

Para além disso, uma outra diferença básica entre os estados metacognitivos e os estados de ordem superior, é que os primeiros são, quase sempre, conscientes. Os participantes dos experimentos estão completamente conscientes dos julgamentos que estão realizando. É claro que isso pode ser devido a uma falha na natureza do processo. É muito difícil captar empiricamente as ativações neuronais do cérebro de uma pessoa ao fazer um julgamento de segunda ordem, sem que esta pessoa esteja consciente que está realizando um julgamento. Uma prova de que os julgamentos nem sempre são conscientes são os casos de visão cega, onde o sujeito não está consciente do julgamento a respeito da forma apresentada a frente, pois não está consciente sequer da forma apresentada.

A diferença crucial entre HOAs [ciência de ordem superior²⁶] e julgamentos metacognitivos está em seu conteúdo. Os julgamentos metacognitivos considerados anteriormente são julgamentos sobre quais informações alguém provavelmente lembrará no futuro; Todos os HOAs têm o conteúdo que está atualmente no estado em questão (Rosenthal, 2012, p.1429)

Portanto, mesmo que os estados metacognitivos ajudem a teoria de Rosenthal, e possuam semelhanças com os pensamentos de ordem superior, eles ainda são diferentes na principal questão: O conteúdo. Em um pensamento de ordem superior o conteúdo é se o indivíduo portador está, ou possui um modo como é estar, em um determinado estado mental. Já os estados metacognitivos julgam a informação.

Dessa forma, se for possível que os estudos empíricos consigam bater o martelo e dar uma certeza em relação às teorias da consciência, será preciso um avanço inimaginável nas tecnologias e técnicas necessárias para os estudos. É claro que, com os avanços tecnológicos existentes e os estudos empíricos apresentados, é possível dizer que a teoria de Rosenthal possui uma certa vantagem sobre a de Brentano, principalmente em relação à hierarquização dos estados do córtex pré-frontal. Mesmo que os estados metapsicológicos não sejam exatamente iguais aos pensamentos de ordem superior, é muito provável que ambos se utilizem de maneiras parecidas para funcionar, já que ambos representam de alguma forma um outro estado mental.

É claro que isso não isenta a teoria de Rosenthal de problemas, por exemplo, como a já citada crítica de que seria necessário uma quantidade absurda de processamento e memória para que a teoria de Rosenthal seja viável.

²⁶Rosenthal(2012) usa o termo “*Percepção de ordem superior*” [higher-order awareness] como sinônimo de representação metapsicológica

Talvez a metacognição tenha aparecido primeiro na evolução como um processo não relacionado à consciência, e então o mesmo mecanismo foi posteriormente “reciclado” para permitir a consciência.” (BROWN, LAU e LEDOUX (2019, p.757)

Através dos estudos coletados pelos pesquisadores, os autores perceberam que quando atividades do córtex pré frontal, responsáveis pela percepção consciente, são manipuladas com o uso de estimulação magnética transcraniana, o funcionamento da metacognição também é afetado. Isso sugere que existe uma relação entre a metacognição e a consciência de ordem superior.

Dessa forma, os autores cogitam a possibilidade de tanto a metacognição, quanto os estados mentais metapsicológicos necessários para a consciência compartilharem das mesmas estruturas cerebrais e de funcionamento parecidos.

Como vimos anteriormente, o modelo metacognitivo mais aceito é um modelo hierárquico extrínseco ao estado mental de primeira ordem. Caso a proposta evolucionista dos autores se sustente, é muito provável que o processo de consciência também se dê de forma hierárquica e extrínseca. Portanto, mesmo que os julgamentos metacognitivos e os pensamentos de ordem superior não sejam a mesma coisa, a relação entre eles pode ser bastante próxima. Logo, as descobertas empíricas dão um suporte muito grande para a teoria de Rosenthal em detrimento da teoria de Brentano.

4.5 OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Kriegel (2003) compara uma teoria Neo-Brentaniana e a teoria de Rosenthal. Apesar de a comparação ser com uma teoria Neo-Brentaniana, o aspecto destacado por Kriegel para a preferência desta teoria em relação a de Rosenthal pode ser reutilizado em qualquer teoria que trate a consciência como uma propriedade intrínseca dos estados mentais.

“Dado o quão semelhantes as duas teorias são, não vejo razão para preferir a teoria HOM sobre a teoria Neo-Brentaniana [...] Não há nenhuma vantagem conceitual ou de princípio na teoria HOM, como pretendem seus proponentes. Pelo contrário, a teoria neo-brentaniana tem a vantagem de estar muito melhor posicionada para captar a autoconsciência distinta implícita nos estados conscientes. (Kriegel, 2003, p.497)”

O motivo para que Kriegel prefira a teoria Neo Brentaniana é que, após o autor defender uma possível naturalização da teoria, isto é, uma possibilidade da teoria ser empiricamente testada, as diferenças entre as duas se esgotam quase totalmente. Entretanto, o autor considera que a teoria Neo-Brentaniana esta fenomenologicamente mais apropriada

do que a teoria de Rosenthal. Essa vantagem se deve ao fato da teoria tratar a consciência como uma propriedade intrínseca aos estados mentais.

Como na própria teoria de Brentano, a consciência também é intrínseca aos estados mentais, esse posicionamento de Kriegel não se esgota de sentido quando transposto para teoria de Brentano propriamente dita.

O motivo para o autor acreditar que a teoria de Brentano está fenomenologicamente mais apropriada é que de acordo com Goldman (1993) qualquer modelo que trate a consciência como uma propriedade extrínseca aos estados mentais é inadequada. Essa inadequação se deve ao fato da teoria se colocar como alvo para a “Objeção do Zumbi”.

Balog(2000, p.218) conceitua os Zumbis da seguinte forma:

“Uma criatura cuja vida interior, do ponto de vista de seu fluxo de consciência, é idêntica à minha, exceto que ela não tem nenhum estado sensorial, ela nunca tem dores e talvez nunca tenha tido.” (Balog, 2000, p.218)

Então os zumbis seriam criaturas hipotéticas que seriam exatamente como os humanos com a única diferença que eles não possuem consciência fenomenal, isto é, o “modo como é”. Ou seja, eles possuem estados intencionais, incluindo estados de ordem superior, eles reagem a situações, conseguem falar e expressar coisas como “Estou vendo o vermelho” sem de fato experienciar o vermelho.

Rosenthal(2000) nega a existência desses zumbis. Respondendo Balog (2000, p.218) que afirma que a existência desses zumbis seria paradoxal.

“Os estados sensoriais que faltariam ao zumbi HOT são apenas estados inconscientes. Uma vez que os estados conscientes são estados em que alguém está consciente de si mesmo, os estados nocionais são tudo o que importa para os propósitos da consciência.” (Rosenthal, 2000, p. 238)

Não existem muitos outros comentários do próprio Rosenthal em relação a esse possível problema na sua teoria, de forma que é difícil pensar se o autor sequer possui uma defesa forte contra a crítica dos zumbis. Apesar disso, entendo que, a existência desse tipo de zumbis é impossível pois, dentro da teoria de Rosenthal, quando um sujeito qualquer observa o vermelho conscientemente, o conteúdo do estado de ordem superior é de que o indivíduo é portador do estado de ordem inferior. Se o indivíduo está consciente da experiência do vermelho, então, obrigatoriamente ele está consciente do modo como é ver o vermelho. Além disso, ele também possui pelo menos uma crença inconsciente de si mesmo enquanto criatura que está experienciando a cor vermelha. Dessa forma, os conceitos da teoria de pensamento de ordem superior não abrem possibilidade para a existência do Zumbi como conceituado por Balog.

“Mas como é para um indivíduo ter uma dor, no sentido relevante desse

idioma, é simplesmente como é para ele ter consciência de ter a dor. Portanto, não haverá o modo como é ter a dor a não ser que a dor seja consciente.” (Rosenthal 2021, p. 307)

No capítulo 1 argumentei que dentro da teoria de Rosenthal, existem estados sensoriais não conscientes, dessa forma, o estado sensorial não possui um modo como é. Já os estados sensoriais conscientes possuem um modo como é. É simplesmente impossível um zumbi ter um estado sensorial consciente sem um modo como é estar nesse estado. O modo como é estar é justamente a diferença entre um estado sensorial consciente de um inconsciente.

Dessa forma, o zumbi só poderia ter estados sensoriais inconscientes, o que vai diretamente contra o próprio conceito do zumbi utilizado no exemplo. Sendo assim, a existência desse zumbi parece ser absurda nos moldes da teoria de Rosenthal.

Além do argumento dos zumbis, existe um outro ponto que tanto Kriegel (2003, p. 500) quanto Zahavi (2004, p. 67) concordam. Como poderia um estado mental inconsciente, como o pensamento de ordem superior, dar a propriedade da consciência a um outro estado mental? Essa pergunta também é uma consequência do fato de que na teoria de Rosenthal, a consciência é uma propriedade extrínseca e inconsciente do estado mental.

Para responder isso, é necessário resgatarmos os conceitos de consciência transitiva e consciência intransitiva abordados no capítulo 1 desta dissertação. A consciência transitiva é quando dizemos que um sujeito S está consciente de um estado mental M. Já a consciência intransitiva é quando dizemos que o estado mental M está consciente.

Quando um sujeito possui consciência de um estado mental qualquer, ele está transitivamente consciente desse estado devido a uma representação metapsicológica. Entretanto, essa representação metapsicológica não precisa estar intransitivamente consciente.

Apesar de não estar intransitivamente consciente, essa representação metapsicológica ainda conecta o sujeito com o estado mental de primeira ordem. Essa conexão se dá devido a representação metapsicológica representar não apenas o estado mental de primeira ordem, mas sim representar que o sujeito se encontra no estado mental.

Essa conexão não precisa ser intransitivamente consciente para acontecer, ela precisa apenas se conectar transitivamente ao estado mental. Então, posso ter uma representação metapsicológica intransitivamente inconsciente que conecta psicologicamente um sujeito com um estado mental transitivamente consciente.

Enquanto a consciência do primeiro estado mental consiste no fato de que

esse estado se integra à experiência consciente do sujeito, de modo que o sujeito se dá conta de que se encontra nesse estado, a consciência do segundo estado mental, por outro lado, consiste no fato de que ele estabelece uma relação representacional com algo (neste caso, com o primeiro estado mental). E o ponto é, justamente, que o segundo estado mental preserva sua capacidade de estabelecer uma relação representacional com algo mesmo quando ele não se integra à experiência consciente do sujeito. (PRATA, 2022, p. 166)

Por exemplo. Se um indivíduo acredita que está chovendo e é consciente dessa crença, o sujeito possui uma consciência transitiva de que está chovendo. Além disso, o sujeito possui um pensamento não-inferencial, não-disposicional e assertórico que o conecta psicologicamente com o primeiro estado mental.

A capacidade de conexão do pensamento ao primeiro estado mental nada tem a ver com a sua própria propriedade da consciência, pois por diversas vezes, vários estados mentais estão nos conectando psicologicamente com o estado de coisas sem que tenhamos consciência disso. Casos como esses foram apresentados no capítulo 1, como o caso da dor de cabeça (p.14) e do efeito de coquetel (p.15).

Portanto, a crítica que Kriegel e Zahavi fazem sobre a teoria de Rosenthal não se sustenta. Como mostrado, não existe nenhum problema em um estado mental inconsciente gerar um estado mental consciente, porque os termos consciência tratados são termos com significados distintos. Como esse é o único motivo, ou, pelo menos, o mais forte deles, dos autores preferirem uma teoria Neo-Brentaniana em relação à teoria de Rosenthal, não acho que seja possível essa preferência se manter.

Resolvidos os problemas abertos pela extrinsecidade da consciência nos estados mentais de primeira ordem. Além disso, também foi o possível problema dos zumbis também teve uma resposta possível pelos moldes da teoria do pensamento de ordem superior, não vejo razões para considerar uma teoria fenomenologicamente superior a outra.

Além disso, como vimos anteriormente existe um problema grave quando se trata a consciência como uma propriedade intrínseca ao estado mental. O problema das representações infinitas. Apesar das entidades metapsicológicas não serem infinitas, os conteúdos metapsicológicos, isto é, as representações seriam infinitas.

Ora, se tenho um estado mental M que representa M1 e uma percepção interna P1 que representa M. Como P1 representa todas as partes de M e P1 está contido em M, então existe uma representação que representa P1, uma segunda percepção interna P2. Como P2 também está contido em M também existe uma terceira percepção interna P3 e assim sucessivamente. Como apontado no capítulo dois da dissertação, todas essas percepções internas e suas representações metapsicológicas existem apenas em um único estado mental

composto por duas partes, M e P1. Entretanto, as suas representações continuam sendo infinitas já que na teoria de Brentano um mesmo veículo representacional pode carregar duas representações. Dessa forma, a teoria de Brentano abre espaço para um absurdo: a quantidade infinita de representações.

Por essas razões, e também pelo fato de a teoria de pensamentos de ordem superior possuir muito mais respaldo empírico do que a teoria de Brentano, não vejo outros motivos para preferir a teoria de Brentano em relação a de Rosenthal. Portanto, a conclusão desta dissertação é que a teoria de Rosenthal possui uma vantagem em relação a teoria de Brentano.

5 CONCLUSÃO

No primeiro capítulo desta dissertação, discutimos brevemente os conceitos fundamentais que seriam utilizados ao decorrer do texto. Houve uma tentativa de clarificar o máximo possível termos como: estados mentais, consciência, representação e etc. É claro que, dentro da tradição literária da filosofia da mente, esses termos adquirem diferentes conceituações que, muitas vezes, divergem entre si.

Além disso, também exploramos algumas teorias da consciência, que buscam responder a pergunta: se somos conscientes, como nós somos conscientes? Isto é, como os estados mentais se tornam intransitivamente conscientes? E como nós somos transitivamente conscientes deles?

Existem inúmeras respostas para essa pergunta e nós não poderíamos, nem com um grande esforço, listá-las todas nesta dissertação. Portanto, focamos nas teorias representacionais da mente, que apelam para a representação como forma de explicar o fenômeno da consciência.

Mesmo no conjunto das teorias representacionais da mente, existe um grande número de variações que tentam explicar o fenômeno. Para o propósito deste trabalho, apenas duas destas teorias importam. A teoria do pensamento de ordem superior, elaborada por Rosenthal e a teoria elaborada por Brentano no *Psicologia para um ponto de vista Empírico*.

Ambas as teorias são consideradas teorias de ordem superior, e além disso, muitas vezes elas são comparadas entre si. Fisette (2015) está ciente dessa comparação, e cita que muitos outros filósofos também compararam as duas teorias, e alguns até consideram as duas como uma mesma teoria. Portanto, o meu objetivo nesta dissertação foi, além de diferenciar as duas teorias, tentar argumentar a favor da teoria de Rosenthal em relação à teoria de Brentano.

A nossa resposta é de que ambas as teorias são distintas desde suas bases, e que a teoria de Rosenthal possui um suporte empírico da literatura neurocientífica muito maior do que a teoria de Brentano. A principal distinção entre as teorias é que, enquanto a teoria dos pensamentos de ordem superior trabalha com a consciência enquanto uma propriedade extrínseca dos estados mentais, a teoria de Brentano trata a consciência como uma propriedade intrínseca. Apesar disso, a teoria de Brentano concorda com Rosenthal em relação ao princípio da transitividade, mas difere nos termos em que essa consciência transitiva se dá.

Diferenciamos também a natureza das representações metapsicológicas. Na teoria

de Rosenthal, a representação metapsicológica é um pensamento não-inferencial, não-disposicional e assertórico que o conecta psicologicamente com o primeiro estado mental. Já na teoria de Brentano, a representação metapsicológica é uma percepção interna, ou seja, uma parte (não divisível) do estado mental que representa todo o estado mental.

O parecer desta dissertação foi de que a teoria de Rosenthal possui vantagem em relação à teoria de Brentano. Filósofos como Kriegel(2003) e Zahavi (2004) consideram a teoria de Brentano uma teoria fenomenologicamente mais apropriada que a de Rosenthal por tratar a consciência como uma propriedade intrínseca aos estados mentais. Argumentamos contra essa visão, e mostramos que dentro da teoria de Rosenthal, é perfeitamente viável tratar a consciência como uma propriedade extrínseca dos estados mentais. Portanto, o argumento de Zahavi e Kriegel não poderia ser utilizado para preferir a teoria de Brentano. Já que a teoria de Rosenthal possui um amparo empírico muito maior, no meu entendimento a preferência é da teoria dos pensamentos de ordem superior.

Para isso, inicialmente a dissertação tratou isoladamente da teoria de Rosenthal, buscando explicar como o filósofo argumentava a favor dos pensamentos de ordem superior. Primeiro entendemos os diferentes significados do termo consciência. Em seguida vimos que, na teoria de pensamento de ordem superior, um sujeito S estava consciente de um estado mental M devido a um pensamento inconsciente de ordem superior que representava S enquanto portador de M. Além disso, entendemos como a consciência fenomenológica funciona na teoria de Rosenthal, e como esse pensamento de ordem superior é responsável pelo modo como é estar consciente de algo.

O mesmo foi feito com a teoria de Brentano, inicialmente entendemos o que o autor realmente quis dizer com o termo consciência. Em seguida explicamos como o autor argumentava que a consciência seria uma propriedade intrínseca dos estados mentais. Através de uma percepção interna, o estado mental representaria tanto o objeto externo quanto a si mesmo como um todo. Dessa forma, considero que a teoria de Brentano não pode ser considerada uma teoria de ordem superior. Apesar de existir um conteúdo metapsicológico, só existe um único nível de estado mental que tanto representa o mundo quanto representa a si mesmo.

Com o auxílio do livro *psicologia descritiva* entendemos a relação entre as sensações e os objetos primários e secundários da consciência. A explicação de Brentano é complicada e confusa sobre como funcionam as sensações, e não contribui tanto para a teoria do autor sobre a consciência, por se tratar de uma explicação muito mais sobre a metafísica dos objetos e como eles se relacionam com as nossas sensações, do que sobre a consciência das sensações por si só.

Finalmente, no terceiro capítulo comparamos ambas as teorias apresentadas em pontos específicos para as suas diferenciações. Entramos no debate do princípio da transitividade, que visava responder se tanto a teoria de Brentano quanto a de Rosenthal era compatível com o princípio. A minha posição foi que sim, ambas as teorias aceitam e utilizam o princípio da transitividade. Para finalmente diferenciarmos as teorias, analisamos a natureza da representação e dos estados metapsicológicos de ambas as teorias.

Por meio dessa comparação, chegamos à conclusão de que as teorias são diferentes muito por conta da natureza da representação metapsicológica. Enquanto na teoria de Rosenthal, a representação é externa ao estado mental alvo, possui apenas uma direção e é um pensamento, na teoria de Brentano, a representação metapsicológica é interna ao estado mental, possui duas direções de adequação e é uma percepção.

Além disso, a quantidade de veículos representacionais também é um ponto de importante diferença entre as teorias. Na teoria de pensamento de ordem superior, existem dois veículos representacionais. Um veículo carrega a representação do objeto externo, e o outro carrega a representação metapsicológica. Já na teoria de Brentano, existe apenas um veículo representacional que possui a representação do objeto externo, quanto a representação metapsicológica

A partir dessa diferença, entendo que esses veículos representacionais não poderiam ser abordados de forma puramente filosófica, e portanto, tentamos entender o que a literatura da neurociência teria a contribuir para a diferenciação das teorias. Entendemos que as evidências empíricas fortalecem muito mais a teoria de Rosenthal do que a teoria de Brentano não só na questão dos veículos representacionais, como também no funcionamento da metacognição.

Apesar dos estados cerebrais metacognitivos não serem equivalentes aos estados mentais metapsicológicos, é possível argumentar que eles compartilham de mecanismos em comum, e seu funcionamento pode ser bastante parecido. Como esses mecanismos metacognitivos são muito mais próximos da teoria de Rosenthal, isto é, são mecanismos hierárquicos e extrínsecos, é possível entender que a teoria de Rosenthal possui um respaldo maior na literatura empírica.

Por fim, para concluir a vantagem teórica da teoria de Rosenthal em relação à teoria de Brentano, rebatemos duas críticas que filósofos recorrentemente usam para preferir o Brentano em relação ao Rosenthal.

A primeira crítica foi em relação aos zumbis filosóficos, mas vimos que Rosenthal nega a possibilidade de existência destes zumbis dentro de sua teoria. O próprio conceitos desses zumbis se tornaria paradoxal, e portanto, a sua existência, mesmo que teórica, seria

um absurdo lógico.

A segunda crítica em relação a como um estado mental de ordem superior inconsciente, poderia causar a consciência de um estado mental de primeira ordem. Para rebater essa crítica, mostramos que os termos consciência utilizados são termos com significados distintos, e portanto não existe nenhum problema em um estado mental inconsciente gerar um estado mental consciente.

A partir disso, é possível concluir que, após resolver os problemas da extrinsecidade da consciência nos estados mentais de primeira ordem, não existem maiores motivos para preferir a teoria de Brentano em relação a de Rosenthal. Na verdade, concluímos que aceitar a consciência como uma propriedade intrínseca aos estados mentais causa um problema de regresso ao infinito das representações.

Ao longo dessa dissertação podemos perceber que conceitos filosóficos aliados com bons estudos empíricos podem ser necessários para a elucidação de muitas teorias e questões de natureza filosófica. Estes estudos foram utilizados durante quase toda a dissertação, desde os exemplos que apoiam certos conceitos da teoria do pensamento de ordem superior, até para o auxílio da diferenciação das teorias.

Por fim, a teoria de Rosenthal adquire uma grande vantagem em relação à teoria de Brentano. Essa vantagem está relacionada tanto com a simplicidade dos conceitos, por exemplo que um veículo representacional carrega apenas um conteúdo representacional, quanto ao suporte das evidências empíricas. Além disso, a teoria de Brentano deixa em aberto uma possibilidade absurda, a da existência de infinitas representações dentro de um estado mental.

É claro que a teoria de Rosenthal não esgota todas as críticas feitas, e não consegue explicar todos os fenômenos relacionados com a consciência. Por questões de espaço e tempo, é evidente que este trabalho não poderia abarcar todos os assuntos relacionados como: A consciência animal, a consciência pré linguística, a relação mente e corpo, etc. Existem diversas outras teorias tanto representacionais quanto não representacionais que possuem respostas diferentes para os mesmos problemas que a teoria do pensamento de ordem superior abarca.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola et al. Dicionário de filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ARMSTRONG, David. What is Consciousness? In: BLOCK, Ned; FLANAGAN, Owen; GÜZELDERE, Guven (Eds.). *The nature of consciousness: philosophical debates*. Cambridge, MA: MIT Press, 1997. p. 721-728.
- AYDEDE, Murat. On the type/token relation of mental representations. *Facta Philosophica*, v. 2, n. 1, 2000.
- BALOG, Kati. Comments on David Rosenthal's "Consciousness, Content, and Metacognitive Judgments". *Consciousness and Cognition*, v. 9, n. 2, p. 215-219, 2000.
- BERNIER, Paul. Brentano's 'revised' theory of consciousness. *Argumentos: Revista de filosofia*, n. 13, p. 95-112, 2015.
- BLOCK, Ned. Some concepts of consciousness. *Sciences*, v. 18, n. 2, p. 1-28, 1995.
- BRENTANO, Franz. *Descriptive Psychology*. London: Routledge, 1982.
- BRENTANO, Franz. *Psychology from an empirical standpoint*. Routledge, 2009.
- BRENTANO, Franz. *Psychology from an Empirical Standpoint*. 4th ed. London: Routledge, 2015.
- BROWN, Richard; LAU, Hakwan; LEDOUX, Joseph E. Understanding the higher-order approach to consciousness. *Trends in cognitive sciences*, v. 23, n. 9, p. 754-768, 2019.
- BYRNE, Alex. Some like it HOT: Consciousness and higher-order thoughts. *Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition*, v. 86, n. 2, p. 103-129, 1997.
- CARRUTHERS, Peter. *Phenomenal consciousness: A naturalistic theory*. Cambridge University Press, 2003.
- CARVALHO, Joelma Marques de. Franz Brentano's higher-order theories of consciousness. *Argumentos: Revista de filosofia*, n. 13, p. 77-84, 2015.
- CRANE, Tim. Intentionality as the mark of the mental. *Royal Institute of Philosophy Supplements*, v. 43, p. 229-251, 1998.
- DEHAENE, Stanislas; CHANGEUX, Jean-Pierre. Experimental and theoretical approaches to conscious processing. *Neuron*, v. 70, n. 2, p. 200-227, 2011.
- DESCARTES, René. *Princípios da Filosofia*. 2. ed. São Paulo: Editora Rideel, 2007.
- DESCARTES, René. *Objections to the Meditations and Descartes's Replies*. Trans.

Roger Ariew & Donald A. Cress. Hackett Publishing Company, 2010.

DONG, Yi et al. Synchrony and the binding problem in macaque visual cortex. *Journal of vision*, v. 8, n. 7, p. 1-16, 2008.

DRAYSON, Zoe. The realizers and vehicles of mental representation. *Studies in History and Philosophy of Science Part A*, v. 68, p. 80–87, 2018.

DRETSKE, Fred. Conscious experience. *Mind*, v. 102, n. 406, p. 263-283, 1993.

DUNCAN, John; HUMPHREYS, Glyn W. Visual search and stimulus similarity. *Psychological review*, v. 96, n. 3, p. 433, 1989.

FELDMAN, Jerome. The neural binding problem(s). *Cognitive neurodynamics*, v. 7, n. 1, p. 1-11, 2013.

FISETTE, Denis. Duas teses de Franz Brentano sobre a consciência. *Phainomenon, Revista de Filosofia*, 2014.

FISETTE, Denis. Brentano's theory of consciousness revisited. Reply to my critics. *Argumentos-Revista de Filosofia*, n. 13. p. 129-156, 2015.

FISETTE, Denis. Franz Brentano and Higher-Order Theories of Consciousness. *Revista Argumentos, Fortaleza*, ano 7, n. 13, p. 9-39, 2015.

FODOR, Jerry A. "Substitution Arguments and the Individuation of Belief". In: *Meaning and method: Essays in honor of Hilary Putnam*. Cambridge University Press, 1990, p. 63-78.

GENNARO, Rocco J. (Ed.). *The Routledge handbook of consciousness*. New York: Routledge, 2018.

GOLDMAN, Alvin I. Consciousness, folk psychology, and cognitive science. *Consciousness and Cognition*, v. 2, n. 4, p. 364-382, 1993.

GUZELDERE, Guven. *Is consciousness the perception of what passes in one's own mind?*. 1995.

GÜZELDERE, G. "Introduction – Many Faces of Consciousness: A Field Guide". In: BLOCK, N.; FLANAGAN, O.; GÜZELDERE, G. (Org.). *The Nature of Consciousness: Philosophical Debates*. Cambridge (Massachusetts): MIT Press, pp. 1-67, 1997.

HERBERT, Frank. *Dune*. Ace, 1999.

HORGAN, Terry; KRIEGEL, Uriah. Phenomenal epistemology: What is consciousness that we may know it so well?. *Philosophical Issues*, v. 17, p. 123-144, 2007.

HOSSACK, Keith. Self-knowledge and Consciousness. In: *Proceedings of the Aristotelian Society (Hardback)*. 2002, p. 163-81.

ISBISTER, James B. et al. A new approach to solving the feature-binding problem

in primate vision. *Interface focus*, v. 8, n. 4, p. 20180021, 2018.

IZHIKEVICH, Eugene M. Polychronization: computation with spikes. *Neural computation*, v. 18, n. 2, p. 245-282, 2006.

KRIEGEL, Uriah. *Subjective consciousness: A self-representational theory*. OUP Oxford, 2009.

KRIEGEL, Uriah. Consciousness, higher-order content, and the individuation of vehicles. *Synthese*, v. 134, n. 3, p. 477-504, 2003.

KRIEGEL, Uriah. Brentano's Most Striking Thesis. In: FISETTE, D.; FRÉCHETTE, G. (Ed.). *Themes from Brentano*. Amsterdam: Rodopi, p. 23-40, 2013.

KRIEGEL, Uriah (ed.). *The Routledge Handbook of Franz Brentano and the Brentano School*. 1st ed. New York: Routledge, 2017.

KRIEGEL, Uriah. Brentano's concept of mind: Underlying nature, reference-fixing, and the mark of the mental. In: *Innovations in the history of analytical philosophy*. Palgrave Macmillan, London, p. 197-228, 2017b.

KRIEGEL, Uriah. *Brentano's philosophical system: mind, being, value*. Oxford University Press, 2018.

LAU, Hakwan; ROSENTHAL, David. Empirical support for higher-order theories of conscious awareness. *Trends in cognitive sciences*, v. 15, n. 8, p. 365-373, 2011.

LECLERC, Andre. Intentionality or consciousness?. *Argumentos: Revista de filosofia*, n. 13, p. 40-47, 2015.

LECLERC, André. *Uma introdução à filosofia da mente*. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2018.

LYCAN, William. Representational Theories of Consciousness. In: ZALTA, Edward N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2019 Edition). URL=<https://plato.stanford.edu/archives/fall2019/entries/consciousness-representational/>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

MANISCALCO, Brian; LAU, Hakwan. Comparing signal detection models of perceptual decision confidence. *Journal of Vision*, v. 10, n. 7, p. 213-213, 2010.

MANISCALCO, Brian; LAU, Hakwan. The signal processing architecture underlying subjective reports of sensory awareness. *Neuroscience of consciousness*, v. 2016, n. 1, 2016.

MARCHESI, Andrea. Brentanian inner consciousness and the infinite regress problem. *Dialectica*, v. 73, n. 1-2, p. 129-147, 2019.

MARCHESI, Andrea. A systematic reconstruction of Brentano's theory of consciousness. *Topoi*, v. 41, n. 1, p. 123-132, 2022.

MASSIN, Olivier. Brentano on sensations and sensory qualities. In: KRIEGEL, Uriah (ed.). *The Routledge Handbook of Franz Brentano and the Brentano School*. Routledge, 2017. p. 87-96.

MENDELOVICI, Angela. Brentano on phenomenal and transitive consciousness, unconscious consciousness, and phenomenal intentionality. 2021.

MERLAN, Philip. Brentano and Freud – A sequel. *Journal of the History of Ideas*, v. 10, p. 451, 1949.

NAGEL, Thomas. Como é ser um morcego? *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Campinas, série 3, v. 15, n. 1, p. 245-262, jan./jun. 2005.

PAPINEAU, David. What Exactly is the Explanatory Gap?. *Philosophia*, v. 39, p. 5-19, 2011.

PITT, David. Mental Representation. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2020/entries/mental-representation/>. Acesso em: 30/05/2022.

PRATA, Tárík. A consciência como uma percepção do mental e o estatuto dos fenômenos mentais inconscientes na perspectiva de David Armstrong. *Sofia*, v. 8, n. 1, p. 199-220, 2019.

PRATA, Tárík. Pensamentos inconscientes como base de explicação da consciência enquanto propriedade de estados mentais: um exame da teoria da consciência de David Rosenthal. *Revista Ideação*, v. 1, n. 45, p. 153-171, 2022.

REES, Geraint; KREIMAN, Gabriel; KOCH, Christof. Neural correlates of consciousness in humans. *Nature Reviews Neuroscience*, v. 3, n. 4, p. 261-270, 2002.

RENTZEPERIS, Ilias et al. Distributed processing of color and form in the visual cortex. *Frontiers in psychology*, v. 5, p. 932, 2014.

ROSENTHAL, David M. State consciousness and transitive consciousness. *Consciousness and cognition*, v. 2, n. 4, p. 355-363, 1993.

ROSENTHAL, David. A theory of consciousness. In: BLOCK, Ned et al. (eds.). *The Nature of Consciousness*. MIT Press, 1997.

ROSENTHAL, David M. Two concepts of consciousness. In: *Consciousness and Emotion in Cognitive Science*. Routledge, 1998. p. 1-31.

ROSENTHAL, David M. Metacognition and higher-order thoughts. *Consciousness and cognition*, v. 9, n. 2, p. 231-242, 2000.

ROSENTHAL, David. *Consciousness and mind*. Clarendon Press, 2005.

ROSENTHAL, David M. Consciousness and its function. *Neuropsychologia*, v. 46, n. 3, p. 829-840, 2008.

ROSENTHAL, David. Higher-order Theories of Consciousness. In: MCLAUGHLIN, Brian et al. (eds.). *The Oxford Handbook of Philosophy of Mind*. Oxford University Press, 2009. p. 239-252.

ROSENTHAL, David. Concepts and definitions of consciousness. In: BANCROFT, T. (ed.). *Encyclopedia of Consciousness*, p. 157-169, 2009.

ROSENTHAL, David. Higher-order awareness, misrepresentation and function. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, v. 367, n. 1594, p. 1424-1438, 2012.

ROSENTHAL, David; DE ATHAYDE PRATA, Tárík. EXPLICANDO A CONSCIÊNCIA. *Prometheus-Journal of Philosophy*, n. 35, 2021.

SAHRAIE, Arash et al. Pattern of neuronal activity associated with conscious and unconscious processing of visual signals. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 94, n. 17, p. 9406-9411, 1997.

SEAGER, William. A cold look at HOT theory. *Advances in Consciousness Research*, v. 56, p. 255-276, 2004.

SEARLE, John R. What is an intentional state?. *Mind*, v. 88, n. 349, p. 74-92, 1979.

SEARLE, John. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SEARLE, John R. *A redescoberta da mente*. Martins Fontes, 2006.

SHEA, Nicholas. Naturalising representational content. *Philosophy Compass*, v. 8, n. 5, p. 496-509, 2013.

SHEPHERD, Gordon M. *Neuroenology: how the brain creates the taste of wine*. Columbia University Press, 2016. (E-book)

SIEWERT, Charles. The significance of consciousness. In: *The Significance of Consciousness*. Princeton University Press, 1998.

SOLDATI, Gianfranco. Brentano on inner perception, intrinsic truth and evidence. 2005.

TASSONE, Biagio. *From Psychology to Phenomenology: Franz Brentano's 'Psychology from an Empirical Standpoint' and Contemporary Philosophy of Mind*. Springer, 2012.

TEXTOR, Mark. Brentano (and Some Neo-Brentanians) on Inner Consciousness. *Dialectica*, v. 60, n. 4, p. 411-432, 2006.

TEXTOR, Mark. "Inner perception can never become inner observation": Brentano on awareness and observation. *Philosophers Imprint*, v. 15, n. 10, p. 1-19, 2015.

TYE, Michael. Ten problems of consciousness: A representational theory of the

phenomenal mind. MIT Press, 1995.

TYE, Michael. *Consciousness, color, and content*. MIT Press, 2000.

VAN GULICK, Robert. *Consciousness*. In: ZALTA, Edward N.; NODELMAN, Uri (eds.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2022 Edition). Stanford University, 2022. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2022/entries/consciousness/>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

ZAHAVI, Dan. *Back to Brentano?* *Journal of Consciousness Studies*, v. 11, n. 10-11, p. 66-87, 2004.

ZEKI, Semir et al. *A direct demonstration of functional specialization in human visual cortex*. *Journal of Neuroscience*, v. 11, n. 3, p. 641-649, 1991.